

Anexo 6.4.4-1 – Patrimônio Histórico, Cultural Arqueológico e Paisagístico

ÍNDICE

Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico e Paisagístico.....	1/149
1 - Definição das Áreas de Influência.....	4/149
2 - Procedimentos Teórico-Methodológicos	5/149
2.1 - Diagnóstico dos Bens Arqueológicos	5/149
2.2 - Aspectos Teóricos-Conceituais do Patrimônio Natural - Paisagístico, Imaterial e Edificado	8/149
2.3 - Procedimentos Analíticos Potencial Arqueológico e Zonas Potenciais.....	10/149
2.3.1 - Prognóstico	11/149
3 - Resultados	12/149
3.1 - Bens de Natureza Imaterial	12/149
3.1.1.1 - Bens Imateriais Registrados no IPHAN.....	16/149
3.2 - Bens Imateriais sem Registro no IPHAN	17/149
3.3 - Bens de Natureza Material	51/149
3.3.1 - Patrimônio Edificado.....	52/149
3.3.2 - Bens tombados no IPHAN/BA por município.....	52/149
3.3.3 - Bens Tombados na Esfera Estadual IPAC/BA.....	53/149
3.3.4 - Patrimônio Edificado sem Proteção Legal	54/149
3.3.5 - Patrimônio Paisagístico	72/149
3.3.6 - Patrimônio Paleontológico	75/149
3.4 - Patrimônio Arqueológico.....	75/149
3.4.1 - Contexto Arqueológico.....	76/149
3.4.1.1 - As Tradições Rupestres no Piauí e Bahia.....	79/149
3.4.1.2 - As indústrias Líticas e os Grupos Ceramistas Pré-coloniais no Planalto Central Brasileiro.....	86/149
3.4.1.3 - Arqueologia Histórica no Sertão e Recôncavo Baiano.....	95/149

3.4.2 -	Sítios Arqueológicos Registrados na Área de Pesquisa	98/149
3.4.3 -	Contexto Ethnohistórico	105/149
3.4.4 -	Contexto Histórico: Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia	118/149
4 -	Envolvimento de Instituições Públicas e Privadas com o Patrimônio Cultural	136/149
5 -	Referências Bibliográficas	137/149

APÊNDICES

- Apêndice 1 - Mapa de Localização do Empreendimento com identificação dos Municípios que possuem Sítios Arqueológicos cadastrados

Legendas

Esquema prático-teórico da constituição do patrimônio cultural.....	3/149
Figura 1 - Habitação de taipa em Centenário/TO.....	21/149
Figura 2 - Barraca com objetos confeccionados em palha, Balsas/MA.	24/149
Figura 3 - Cerca de pau-a-pique, Gilbués/PI.....	28/149
Figura 4 - Carro-de-boi, Gilbués/PI.	29/149
Figura 5 - VI Festa do Vaqueiro de Riacho Frio/PI.....	30/149
Figura 6 - Pesca em Mangal e Barro Preto.	38/149
Figura 7 - Registro da 6ª Cavalgada de Marcionílio Souza, 2012.	46/149
Figura 8 - Peças do artesão Manoel Paciência, feitas para decoração do Resort Kiaroa, em Barra Grande. Vários resorts da região possuem peças deste artista.	47/149
Figura 9 - Igreja São Pedro, Pedro Afonso/TO.....	54/149
Figura 10 - Igreja Matriz de Balsas, dedicada a Santo Antônio.....	55/149
Figura 11 - Vista do Cais de Alto Parnaíba/MA.....	56/149
Figura 12 - Vista lateral da Matriz de Santa Filomena/PI.	57/149
Figura 13 - Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Corrente/PI.	57/149
Figura 14 - Templo atual da Igreja de Santana.	58/149
Figura 15 - Estátua de Santana na entrada da cidade.....	58/149
Figura 16 - Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia.....	59/149
Figura 17 - O belo templo dedicado a Santana em Angical/BA.....	59/149
Figura 18 - Igreja Matriz de São João Batista, Barreiras/BA.	60/149

Figura 19 - Interior do Santuário de Bom Jesus da Lapa.....	61/149
Figura 20 - Matriz de Nossa Senhora da Glória, Riacho de Santana.	62/149
Figura 21 - Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.	63/149
Figura 22 - Igreja de São Benedito em Caetité.....	64/149
Figura 23 - Estação de trem de Iramaia/BA.....	65/149
Figura 24 - Estação de trem de Marcionílio Souza/BA.....	66/149
Figura 25 - Matriz de Nossa Senhora das Graças, Maracás/BA.....	67/149
Figura 26 - Matriz e imagem de Nossa S ^a de Lourdes na Praça Central da cidade.....	68/149
Figura 27 - Ruas onde podem ser vistos os casarões de Brejões/BA.	69/149
Figura 28 - Estação ferroviária de Santa Terezinha/BA.	70/149
Figura 29 - Casa do poeta Castro Alves.....	71/149
Figura 30 - Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....	71/149
Figura 31 - Morro do Santo, ou Santo do Morro.	73/149
Figura 32 - Vista do lago azul da gruta do Catão.	74/149
Figura 33 - Gruta do Catão, Catolândia/BA.....	74/149
Figura 34 - Algumas das belezas do Canyon da Fumacinha.....	74/149
Figura 35 - Grafismos rupestres evidenciados no sítio Buraco D'água, em Serrinha/BA associados à Tradição São Francisco.	77/149
Figura 36 - A tradição Nordeste	80/149
Figura 37 - Principais tradições arqueológicas de arte rupestre no Brasil.....	82/149
Figura 38 - Painel rupestre registrado em Coribe/BA associado à Tradição São Francisco.....	83/149

Figura 39 - Localização da área de pesquisa que abrange os estados da Bahia e Minas Gerais.	85/149
Figura 40 - Material lítico comumente associado à Tradição Itaparica.....	87/149
Figura 41 - Representação dos vasilhames cerâmicos e artefatos líticos associados à tradição Una.....	90/149
Figura 42 - Ilustração dos artefatos cerâmicos associados à Tradição Aratu, na Bahia.....	93/149
Figura 43 - Lasca retocada em quartzito do sítio Marcolino.....	94/149
Figura 44 - Louças importadas (parte superior), fragmento de fôrma de pão de açúcar (inferior esquerda) e fundo de garrafa (inferior direita) com marca de fabricante do sítio Engenho Rio das Contas.....	96/149
Figura 45 - Fotos da sede da fazenda Laranjeiras em meados do século XX e as ruínas evidenciadas durante a pesquisa no sítio Laranjeiras.....	98/149
Quadro 1 - Relação dos Sítios Arqueológicos cadastrados pelo CNSA/IPHAN na área de estudo.....	99/149
Figura 46 - Mapa de Nimuendajú com as delimitações do projeto da LT apresentando a presença de grupos indígenas da família linguística Macro Jê no início do traçado no século XVIII e no final Tupi também no mesmo período.....	107/149
Quadro 2 - Etnias indígenas nos municípios atravessados pelo empreendimento.	107/149
Figura 47 - Jovem Xerente apresentando motivos pintados no corpo, referentes aos clãs da metade Wahirê.	111/149
Figura 48 - Corrida de tora de buriti.....	112/149
Figura 49 - Estrutura circular das casas.....	113/149
Figura 50 - Hotxuás.....	114/149
Figura 51 - Delimitação da área do Tocantins, nordeste do Mato Grosso e sudeste do Pará, contendo as etnias identificadas.....	119/149

Figura 52 - Vaqueiros piauienses com suas roupas de couro.....	127/149
Figura 53 - Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, em 1500. Autor: Oscar Pereira da Silva. 1902.	129/149
Figura 54 - Jean Baptiste Debret, O Colar de Ferro Castigo para os Fugitivos, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.....	132/149
Figura 55 - Rede de transporte.....	133/149
Quadro 3 - Envolvimento de Instituições públicas e privadas.	136/149

Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico e Paisagístico

O componente Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico e Paisagístico também denominado, pela Portaria Interministerial nº 419/2011, como Bens de Interesse Cultural, tem por objetivo caracterizar, inventariar e avaliar o prognóstico de risco a esses bens em função da instalação e/ou operação do empreendimento. Deste modo, visa gerar informações capazes de promover a proteção, conservação e valorização dos bens patrimoniais já conhecidos e participativos da tutela do Estado, bem como, inventariar outros bens representativos de processos histórico-culturais, socioeconômicos e ambientais não protegidos.

O presente estudo foi elaborado com base no Termo de Referência do IBAMA (item 6.4.4) e no Termo de Referência e orientações do Ofício nº 389/2012 - CNA/DEPAM/IPHAN, de 12 de junho de 2013. Assim, está em consonância com as exigências legais determinadas por um conjunto de leis e portarias que regem a matéria, ressaltando-se as Portarias: IPHAN nº 07/1988, IPHAN nº 230/2002 e Interministerial nº 419/2011. Contudo, torna-se importante ressaltar que serão apresentados os resultados dos Bens de Interesse Cultural com base em dados secundários, tendo em vista que a permissão para pesquisa foi publicada no D.O.U., em 06 de agosto de 2013, (Portaria nº 35, de 05 de agosto de 2013) ocasião em que o presente relatório já se encontrava em elaboração. Os trabalhos de campo para levantamento de dados primários estão em andamento e após sua finalização, os dados serão consolidados em um relatório completo que será oportunamente apresentado ao IPHAN e IBAMA.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) em seu Art. 216, constituem o Patrimônio Cultural:

“os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

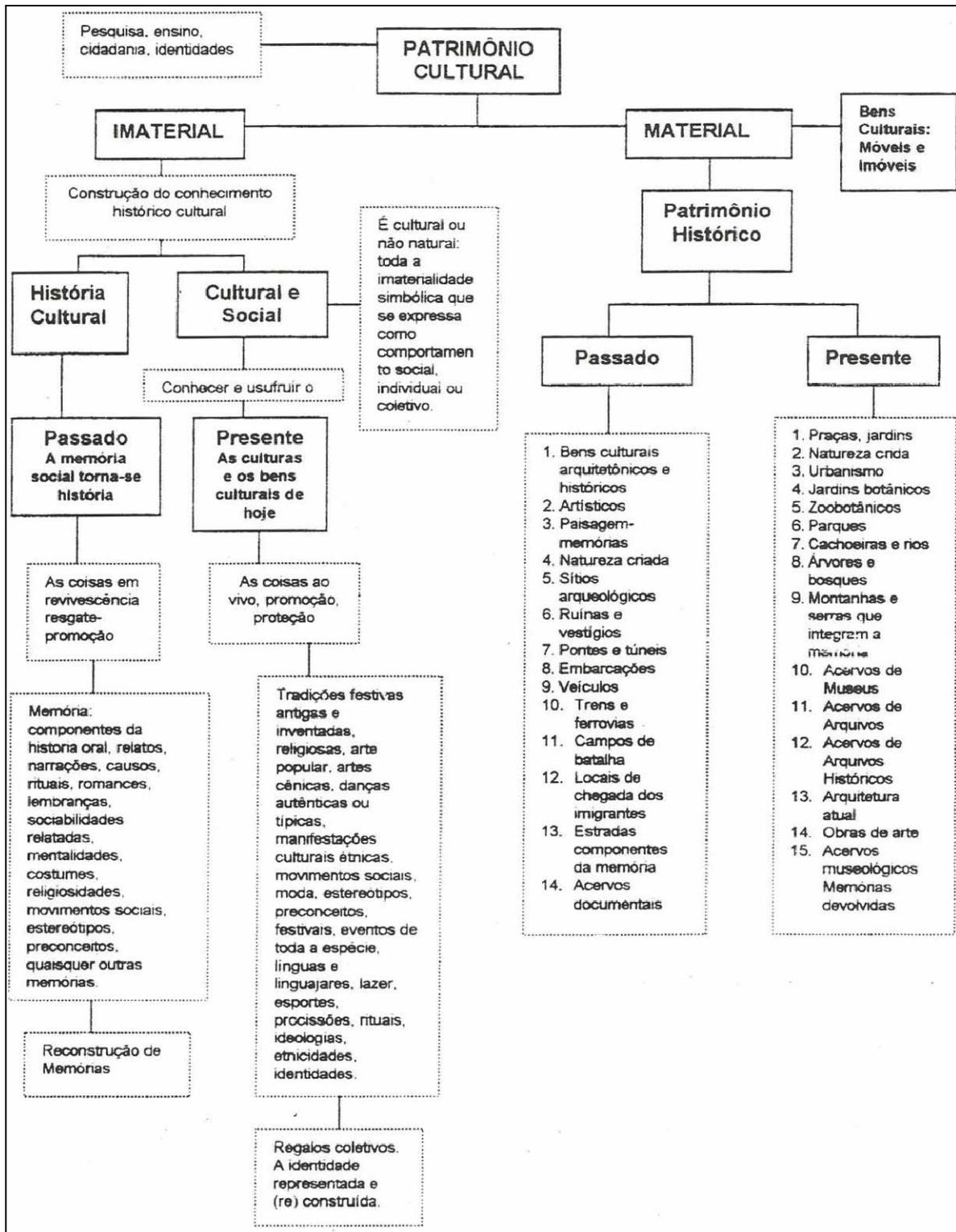
II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

O Patrimônio Cultural representa a coletividade de um país, estado, região ou localidade, na medida em que as “coisas herdadas” do passado são compartilhadas e mantidas pela sociedade, ou parcelas desta, como algo que as represente (inclusive no porvir). Assim, o conjunto de bens culturais de determinados locais e segmentos sociais é considerado patrimônio (FERNANDES, 2006). O Patrimônio Cultural representa uma teia entre o passado e o presente, viva e vivenciada no cotidiano pela coletividade e também individualmente. Esta é representada em sua divisão material e imaterial, a qual possui diversas interfaces. Neste sentido, o Patrimônio Cultural é inventado e reinventado a partir da memória que vira história e das diversas políticas de ensino, preservação e valorização. A seguir é apresentado o organograma da constituição do Patrimônio Cultural dividido em bens de natureza imaterial e material, as relações com o presente e o passado, os processos de construção e manutenção social dos bens culturais e os desmembramentos de ensino, pesquisa e fruição.



Fonte: Oliveira (2001 apud IMHOF, 1998), com adaptações.

Esquema prático-teórico da constituição do patrimônio cultural.

1 - Definição das Áreas de Influência

O Termo de Referência emitido pelo IBAMA indica que a avaliação de impactos ao Patrimônio Cultural, passível de sofrer danos decorrentes da implantação do empreendimento, seja feita junto ao componente do Meio Socioeconômico. Tratando-se de estudos preventivos e de prognóstico de risco para os bens arqueológicos, as Áreas de Influência são normalmente correlacionadas àquelas definidas para o Meio Físico, por ser o solo/sedimento um dos seus componentes, ou seja, a principal matriz de sustentação dos sítios arqueológicos. Assim, com base no descrito acima, a definição das Áreas de Influência do empreendimento, no que diz respeito à avaliação de impactos para os Bens de Interesse Cultural, foi definida a partir da interpolação entre as Áreas de Influência do Meio Físico e Socioeconômico. Estas são descritas a seguir:

▪ Área de Influência Indireta (AII)

Em termos dos contextos mais amplos definidores de relevâncias e potencialidades, relacionados ao contexto arqueológico regional e contexto etno-histórico, correspondem à região geo-ambiental em que está inserido o empreendimento, ou seja, nordeste do estado de Tocantins associada à Bacia do Rio Tocantins; região Sul do Maranhão, englobando a Chapada das Mangabeiras; região sudoeste do Piauí; e noroeste da Bahia, contemplando a Bacia do Rio Preto. Para os bens de natureza imaterial e material (arquitetônico) trata-se dos 47 municípios atravessados pelo traçado.

▪ Área de Influência Direta (AID)

Corresponde ao entorno das áreas que sofrerão alteração pelo empreendimento, em uma faixa de 5 km, 2,5 km para cada lado do traçado definido para a LT para fins de levantamento arqueológico. Para os bens de natureza imaterial e material (arquitetônico) referem-se às comunidades localizadas nesta faixa de 5 km.

2 - Procedimentos Teórico-Metodológicos

O presente estudo avaliou os bens culturais existentes nas Áreas de Influência do empreendimento baseado em 03 (três) níveis de inferência, a saber:

- 1) **Diagnóstico:** Compreendeu os levantamentos de dados secundários relativos aos bens de interesse cultural;
- 2) **Analítico:** Refere-se às análises de atributos de relevância das áreas pesquisadas, avaliação de potencialidade arqueológica, definição das fragilidades, potencialidades e significância dos recursos culturais existentes ou potencialmente existentes;
- 3) **Prognóstico:** Consiste na avaliação preditiva dos impactos a partir de matriz e das atividades críticas nas Áreas de Influência do empreendimento. Elaborando, a partir desta, a lista dos impactos positivos e negativos e as medidas e recomendações cabíveis.

2.1 - Diagnóstico dos Bens Arqueológicos

Os estudos de Diagnóstico Arqueológico baseiam-se em propostas conceituais da Arqueologia Pública (MERRIMAN, 2004; FERNANDES, 2008). A Arqueologia Pública é um campo da ciência arqueológica destinado a trabalhar com as questões públicas da disciplina, como a Gestão de Recursos Culturais (FERNANDES, 2008). A Arqueologia Preventiva ou Conservacionista é desenvolvida na Gestão Pública Brasileira através do Licenciamento Ambiental de Empreendimentos regido por um conjunto de leis e portarias que regulamentam a Proteção e a Preservação do Patrimônio Cultural, definido pela Constituição Federal de 1988. O Patrimônio Arqueológico como bem cultural é protegido pelos instrumentos legais como: Lei nº 3.924/1961, Resoluções CONAMA nº 001/1986 e nº 237/1997, com ênfase as Portarias IPHAN nº 07/1988 e nº 230/2002, que definem os critérios para permissão das pesquisas arqueológicas no Brasil. A premissa da Arqueologia Preventiva (SCHIFFER & GUMERMAN, 1977; MERRIMAN, 2004; FERNANDES, 2008) é desenvolver Pesquisas Arqueológicas sob a ótica da preservação, conservação e gestão dos Recursos Arqueológicos e sua relação com os interesses da sociedade contemporânea (TAMANINI, 1998). Conforme a legislação, a unidade de proteção, conservação e gestão do Patrimônio Arqueológico são Jazidas e/ou Sítios Arqueológicos.

Assim, nesta pesquisa, entende-se Sítio Arqueológico como:

(...) unidades espaciais físicas dispostas sobre a superfície ou subsuperfície de solos/sedimentos que contenham vestígios materiais ou ainda informações potenciais de relevante interesse arqueológico, apresentando relações contextuais passíveis de serem delimitadas, protegidas, estudadas e manejadas, em favor de interesses conservacionistas, científicos e da sociedade (BROCHIER, 2004).

A definição de Sítio Arqueológico estabelecida acima busca dar conta de um tema sempre complexo, considerando as realidades do Registro Arqueológico, notadamente sob o enfoque regional (ARAÚJO, 2001 *apud* BROCHIER, 2001). Neste sentido, conforme argumenta Schiavetto (2003), a Arqueologia, enquanto estudo do homem em sociedade, é realizada “por meio da análise de um conjunto de fatores que não se restringe à cultura material (artefatos), mas sim, inclui o estudo do contexto no qual a matéria é apropriada pelo homem.” Desta maneira, pode-se acrescentar ao registro arqueológico regional os ecofatos e biofatos, que compõe a paisagem, fauna e flora que acompanham a cultura material (FUNARI, 1988).

Assim, dentro da denominação ‘Unidade de Interesse Arqueológico’ podem-se classificar, além do Sítio Arqueológico, indícios isolados e discretos (como fragmentos de vasilhames cerâmicos, lascas e/ou artefatos), que podem ter sofrido também processos pós-deposicionais, sendo retrabalhados e redepositados, denominados “Ocorrência Arqueológica”. Este, no conjunto de avaliações de áreas extensas, como é o caso da LT 500 kV Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas, possui relevância para o levantamento arqueológico tanto nos aspectos de entendimento de tipologia e variabilidade da ocupação humana na área de estudo, as relações que envolvem o padrão de assentamento dos grupos humanos do passado, atividades específicas de uso e ocupação (*off-site*), mobilidade e delimitação de território, quanto para o prognóstico de risco para definição da metodologia a ser usada no Programa de Arqueologia.

No que concerne aos aspectos metodológicos, a Pesquisa Arqueológica desenvolvida visou identificar o Potencial Arqueológico das Áreas de Influência do empreendimento. Entende-se, conforme Plog & Hill (1971 *apud* MORAIS, 1999), que as zonas potenciais podem ser determinadas a partir da presença de materiais culturais e/ou sua ausência,

assim como pelo indicativo de fontes históricas e étnicas, conhecimentos prévios sobre a ocupação humana, condições locais da área de estudo, modelagens preditivas, áreas dotadas de informações ambientais de relevância arqueológica (paleosolos, abrigos sob rocha, fontes de matéria-prima, por exemplo), entre outros.

Neste sentido, a abordagem de detecção de vestígios utilizada na área de pesquisa é específica de Estudos para Diagnóstico Regional de Recursos Culturais (adaptado de REDMAN, 1973; SCHIFFER *et al.*, 1978; LIGHTFOOT, 1986; SANTOS, 2000; BROCHIER, 2004; PLOG, 1978), baseando-se na avaliação amostral da área de estudo. Considera-se também a perspectiva Geoarqueológica (GLADFELTER, 1977; BUTZER, 1977; WATERS, 1992; WATERS e KUEHN, 1996), visando identificar as variáveis ambientais com maior potencial para a ocorrência de sítios arqueológicos. Essas variáveis, em geral, estão baseadas na concepção da existência de determinados padrões recorrentes de ocupação/atividade humana, a partir de certas estratégias econômico-sociais ligadas à captação, produção, distribuição, consumo e manejo de recursos naturais em uma área. Ainda, esta abordagem possibilita a caracterização da estrutura, dinâmica e evolução da paisagem (BROCHIER, 2001).

Assim, o diagnóstico das Áreas de Influência do empreendimento para os bens arqueológicos foi realizado a partir da:

Contextualização arqueológica: Consistiu no levantamento secundário de dados arqueológicos relacionados à área de estudo, tais como: histórico das pesquisas, registro de sítios, sínteses regionais, características dos vestígios e estruturas, etc., apontando os locais de ocorrência já registrados e identificando regiões e áreas arqueológicas de interesse. Para a elaboração do contexto foram recorridas as seguintes fontes:

- Análise das publicações especializadas (livros e artigos em periódicos e anais de simpósios) sobre pesquisas arqueológicas já realizadas, incluindo relatórios de estudos para licenciamento ambiental de empreendimentos;
- Consulta ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN.

Contextualização etno-histórica: Consistiu no levantamento de informações históricas e de cunho etnográfico da região de estudo e seu entorno, com a finalidade de avaliar o potencial de ocorrência de sítios, associados a grupos ou populações relatadas

historicamente. Os trabalhos de levantamento das documentações históricas foram concentrados na compreensão da dinâmica e interação das populações indígenas, ibéricas, negras, caboclas ou mamelucas (índio e europeu), nesta porção do território brasileiro. A contextualização etno-histórica também objetivou desenvolver uma visão sub-regional e local dos aspectos e informações históricas e étnicas existentes, estabelecendo uma relação preditiva que avaliou o potencial da área para a presença de indícios de ocupações e atividades humanas pretéritas. Para a elaboração do contexto recorreu-se a bibliografia com informações secundárias sobre a etnografia, a etno-história e a história regional e local.

2.2 - Aspectos Teóricos-Conceituais do Patrimônio Natural - Paisagístico, Imaterial e Edificado

O Decreto-Lei nº 25/1937 equiparou o Patrimônio Natural ao Patrimônio Histórico e Artístico nacional, tornando monumentos naturais como Jardins e Paisagens, assim como os bens agenciados pela indústria humana, como os Parques, passíveis de tombamento. Estes são entendidos desta forma, pois visam conservar e proteger a feição notável que possuem. Deste modo, um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público e, como tal, é considerado monumento.

A caracterização deste patrimônio foi realizada através do mapeamento e inventário das áreas e bens protegidos ou não, nas esferas federal, estadual e municipal, localizados nas Áreas de Influência do empreendimento que apresentam interesse nacional, regional e local.

Os bens edificados são construções (edifícios, casas, etc.) que possuem significância cultural para preservação. Determinadas cidades e/ou conjuntos arquitetônicos são considerados sítios urbanos, ou seja, conjunto de bens imóveis tombados que necessitam de “instrumentos próprios de análise e critérios de intervenção adequados a essa especificidade”. A caracterização deste bem cultural foi realizada através da consulta a órgãos de proteção/conservação nas esferas federal, estadual e municipal. Assim, foram inventariados os bens protegidos nas respectivas esferas identificados nas Áreas de Influência do empreendimento que apresentam interesse nacional, regional e local.

O patrimônio imaterial, segundo a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial” da Unesco, compreende *“as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”*.

Para esta categoria de patrimônio, diferentemente do ocorrido com os bens edificados, a forma de salvaguarda se dá através do Registro. Deste modo, o Decreto nº 3.551/2000 instituiu 04 (quatro) Livros de Registro, os quais envolvem a gama de conhecimentos e manifestações populares das comunidades divididos em: Ofícios, saberes e modos de fazer; Celebrações; Formas de Expressão; Lugares e Edificações.

Para a pesquisa do Patrimônio Imaterial seguiu-se a classificação de acordo com os Livros de Registro supracitados. As 05 (cinco) categorias são:

- **Ofícios, saberes e modos de fazer:** Referente aos “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”; são as atividades desenvolvidas por conhecedores de técnicas e matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade. Os modos de fazer são inventariados através da prática de determinados executantes, por exemplo: artesãos, benzedeiros, pessoas que trabalham com culinária ou técnicas construtivas, etc.
- **Celebrações:** Referente a “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento, e de outras práticas da vida social”; ocasiões diferenciadas de sociabilidade que envolvem práticas com regras específicas de papéis sociais, produção e uso de vestuário e ornamentação de lugares, preparo e consumo de bebidas e comidas, objetos, músicas, orações, danças, etc. Em geral, estas atividades participam da produção de sentidos específicos de lugar e território.
- **Formas de Expressão:** Referente a “manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas”; formas não linguística de comunicação, que estão associadas a determinados grupos sociais ou regiões, fazendo parte de suas identidades. As formas de expressão serão inventariadas através dos modos como elas são postas em prática por seus executantes.

- **Lugares:** Referente a espaços “onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas”, com sentido cultural diferenciado para a população local. As atividades e sentidos abrigados pelos lugares são atributos reconhecidos e tematizados pelas populações locais em representações simbólicas e narrativas.
- **Edificações:** Construções que não tenham necessariamente o valor cultural do patrimônio edificado objeto de tombamento, mas que são referenciais para práticas coletivas, a memória e a identidade de grupos, ou se relacionam de alguma forma aos demais bens culturais de natureza imaterial, sendo assim, portadoras de significado diferenciado.

A pesquisa foi realizada a partir de fontes secundárias disponibilizadas em bibliografia, inventários, entre outros.

2.3 - Procedimentos Analíticos Potencial Arqueológico e Zonas Potenciais

O Nível Analítico foi realizado a partir de uma avaliação das Áreas de Influência do empreendimento, dada através da estimativa do potencial arqueológico da AII, englobando também a AID.

O potencial arqueológico e as zonas potenciais ou locais de interesse arqueológico (PLOG; HILL, 1971 *apud* MORAIS, 1999) podem ser determinados a partir de fontes históricas e étnicas, modelagens preditivas, áreas dotadas de informações ambientais de relevância arqueológica (paleosolos, abrigos sob rocha, fontes de matéria-prima, por exemplo), entre outros. Assim, os atributos de relevância para definição de potencial arqueológico podem ser ambientais e histórico-culturais. Os primeiros referem-se aos aspectos ambientais que podem favorecer a presença/preservação de vestígios diretos e indiretos, estruturas e/ou sítios arqueológicos, bem como elementos que podem ter favorecido a ocupação humana no local. Estes podem ser a presença de camadas de solo preservadas, existência de compartimentos ambientais favoráveis à subsistência e obtenção de matéria-prima para produção de artefatos considerando a geologia, geomorfologia, hidrografia, solos, etc. Os atributos histórico-culturais referem-se à presença/ausência de cultura material, vestígios arqueológicos diretos e indiretos, estruturas e/ou sítios arqueológicos, informações e dados etno-históricos sobre a presença de populações indígenas, europeias e caboclas em

faixa temporal pesquisada pela Arqueologia. Assim, áreas e/ou zonas de alto potencial arqueológico são aquelas que apresentam mais atributos ambientais e histórico-culturais, já as de médio e baixo potencial apresentam menos atributos. O cruzamento destes atributos em uma determinada área possibilita estabelecer o potencial arqueológico existente e/ou previsto.

Conforme o conceito de sítio adotado neste estudo, é necessário o uso de avaliações de relevância na definição de uma unidade mínima de proteção e conservação. Para a aplicação de critérios de significância arqueológica, segundo Juliani (1997), deve-se proceder à identificação das diferentes categorias existentes, e da formulação de um conjunto complexo de questões de pesquisa capazes de avaliar o valor dos bens arqueológicos. As categorias que serão utilizadas são:

- **Significância histórica** - Quando o recurso cultural pode fornecer informações sobre padrões culturais durante o período histórico, ou estar associado a um evento ou aspecto particular e específico da história;
- **Significância científica** - Refere-se ao potencial de um recurso cultural, para o estabelecimento de fatos, inferências científicas ou generalizações confiáveis sobre o passado;
- **Significância étnica** - Está relacionada ao valor religioso, mitológico, social, entre outros, de significativa importância para a história e integridade de minorias étnicas;
- **Significância pública** - Relaciona-se a possibilidade do uso dos recursos culturais para a educação, o turismo e a valoração desse patrimônio, refletindo a própria identidade multicultural e a afirmação dos valores da cidade e dos seus cidadãos, além de permitir desenvolvimentos socioeconômicos sustentáveis.

2.3.1 - Prognóstico

Consiste na avaliação preditiva das alterações físicas sobre a matriz de sustentação dos Sítios Arqueológicos, ou seja, o solo/sedimento, que podem vir a ser causadas pelo empreendimento.

3 - Resultados

3.1 - Bens de Natureza Imaterial

A palavra Cultura tem muitas acepções, desde a equivalência à sabedoria, erudição, até chegar-se àquela que aqui nos interessa: o conjunto de elementos (crenças, saberes, ofícios, construções, etc.) que informam as características identitárias de um grupo humano. Como menciona Geertz (1989:4): *“Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado”*.

Conforme apresentado, tem-se que a cultura não é “apenas” o conjunto de padrões de comportamento de uma determinada comunidade, Geertz acrescenta que estes padrões comportamentais regem a própria vida no interior desta comunidade, e, desse modo, o homem passa a ser dependente desses costumes para viver em sociedade, e desenvolver sua própria personalidade. Nesse sentido, a cultura passa a ser tratada como condição indissociável da vida em sociedade, e, de certa maneira, da própria característica humana.

Considerando que a cultura é viva, e sempre está em movimento, é fato que este movimento pode causar a modificação das referências culturais existentes, ou mesmo a substituição e o desaparecimento de algumas delas. Do mesmo modo, compondo-se de elementos que servem de construção identitária e da alteridade, é certo que os padrões culturais são sempre influenciáveis pelo contato com o outro. Segundo o autor Roberto Cardoso de Oliveira (1963), não existem culturas a serem analisadas em separado, mas é na fricção inter-étnica que se as particularidades se tornam mais perceptíveis.

Em situações, porém, que um acontecimento gera um processo de mudança acelerada nos costumes de uma população, como nos casos de alterações de paisagem, movimentos migratórios, dentre outros, há sempre o risco de prejuízos ao conjunto de elementos culturais de cada povo.

Note-se, ainda, que o próprio levantamento pode se prestar à revitalização cultural de tradições, despertando o interesse das gerações mais jovens em aprender mais sobre seu povo, seus costumes e conhecimentos, garantindo, assim, uma continuidade do

Patrimônio Cultural particular a cada grupo, e ao País como um todo. Ao mesmo tempo, a divulgação das tradições através dos produtos resultantes de um Levantamento do Patrimônio Cultural possibilita o aprendizado sobre a diversidade, a interação e a troca de saberes e fazeres entre grupos distantes que, talvez, por limitações físicas, sociais ou econômicas, talvez não pudessem vir a ocorrer.

As populações tradicionais da área de pesquisa são apresentadas a seguir, conforme descritas por Diegues (2000):

Sertanejos / Vaqueiros

Ocupam a orla descontínua ainda úmida do agreste e prosseguem com as enormes extensões semiáridas das caatingas. Mais além, penetrando no Brasil Central, elevam em planalto como os campos cerrados que se estendem por milhares de quilômetros quadrados. Toda essa área compõe-se de vegetação rala, confinada, de um lado pela floresta da costa atlântica, do outro pela floresta amazônica e fechada ao sul por zonas de matas e campinas naturais.

No agreste, depois nas caatingas e por fim nos cerrados, desenvolveram economia pastoril associada à produção açucareira como fornecedora de carne, couro e bois de serviço.

As atividades pastoris, nas condições climáticas dos sertões cobertos de pastos pobres e com extensas áreas sujeitas à secas periódicas, conformaram não só a vida, mas também a própria figura do homem e do gado. Assim associados, multiplicando-se juntos, o gado e os homens foram penetrando terra adentro, até ocupar, ao fim de três séculos, quase todo o sertão interior. No curso desse movimento de expansão, todo o sertão foi sendo ocupado e cortado por estradas abertas pela batida das boiadas. Estas marchavam de pouso em pouso, pousos esses que se transformariam mais tarde em vilas e cidades, célebres como feiras de gado, vindo de imensas regiões circundantes. Mais tarde, as terras mais pobres dos carrascais, onde o gado não podia se desenvolver, foram dedicadas à criação de bodes, cujo couro encontrou amplo mercado. Crescendo junto com o gado esses bodes transformam-se mais tarde na única carne ao alcance do vaqueiro. Assim é que os currais se fizeram criatórios de gado, de bode e de gente: os bois para vender, os bodes para consumir, os homens para emigrar (QUEIROZ, 1994).

Exportam o couro, porém, possuem uma economia pobre e dependente.

A cultura sertaneja especializada na criação de animais de pastoreio é marcada por uma dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização familiar, na estruturação do poder, na vestimenta típica (perneiras, guarda-peito, gibão, etc.), nos folgedos estacionais, na visão de mundo, numa religiosidade propensa ao messianismo, na dieta e na culinária"... Somos um povo que tudo come: "mato" (legumes verdes, folhas), com exceção da couve que se cozinha junto com o feijão, a cebolinha e o coentro para o tempero. Não abatemos nem comemos filhotes de animais: leitões, cordeiros, cabritos, vitelos. Talvez porque os nossos rebanhos sejam pequenos e por demais preciosos." (QUEIROZ, 1994). Possuem formas de cooperação que por vezes se transformam em festas religiosas como as vaquejadas.

Cultivam o algodão arbóreo (mocó) fazendo torta de sementes para o gado. Desenvolvem atividades extrativistas (coleta de coco, babaçu e drogas da mata). Fazem roças de subsistência e exploram os palmais de carnaúba para a produção de cera e artefatos de palha.

(...)

Os imigrantes sertanejos que regressam à terra trazem do sul a imagem de regiões progressistas. O sertanejo lavrador adquire a posse após uma década de ocupação. Esse é o mesmo sistema das sesmarias reais do período colonial, só que agora as concessões de gleba dependem da prodigalidade de políticas estaduais e/ou federais.

Os sertanejos possuem um movimento secular de expansão da ocupação humana dos desertos interiores. Na vastidão do mediterrâneo interior configuram-se diversas variantes de modos de vida que são adaptações locais e funcionais dessa expansão sertaneja.

No Centro-Oeste o vaqueiro se torna assalariado (fazendas cercadas por arame - regime pluvial regular - a exploração pastoril se torna um negócio racionalizado). O vaqueiro passa então a comprar a carne. Nas vastas áreas do mediterrâneo interior, grande contingente de sertanejos se dedica ao garimpo de cristal de rocha e pedras semipreciosas, de ouro e de minerais raros. O sertanejo caracteriza-se por sua religiosidade singela tendente ao messianismo fanático, por um carrancismo de hábitos, laconismo e rusticidade, predisposição ao sacrifício e à violência. E ainda pelas qualidades morais características das formações pastoris do mundo inteiro: o culto da honra pessoal,

o brio e a fidelidade a suas chefaturas. Suas duas formas de expressão foram o cangaço e o fanatismo religioso, desencadeadas pela penúria, mas conformadas pelas singularidades do seu mundo cultural.

O grupo dos sertanejos foi, relativamente, pouco estudado até hoje. Uma descrição sucinta é feita por Darcy Ribeiro, em 'O povo brasileiro (1995)'. Entre os trabalhos clássicos sobressai o de Manuel Correia de Andrade 'A terra e o homem do Nordeste (1964)' antecedido pelo livro de Rodolfo e Dora Von Ihering, escrito nas primeiras décadas deste século e republicado em 1983 'Ciência e belezas do Nordeste'. Donald Pierson, em 1972, escreveu 'O homem do vale do São Francisco' em que também descreve os habitantes do sertão e da caatinga nordestina. Ultimamente, os sertanejos reaparecem em teses de universidades locais como a Universidade Federal da Paraíba.

(...)

Varzeiros (ribeirinhos não-amazônicos)

Varzeiros ou Varzeiros são consideradas aquelas populações tradicionais que vivem às margens dos rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco. Essa denominação é também aplicada a ribeirinhos e caboclos de outros rios, como o Paraná.

O rio São Francisco e sua gente foi já descrito por Saint-Hilaire, no início do século XIX, em 'Viagem às nascentes do rio São Francisco' e por Spix e Martius, nesse mesmo período em sua 'Viagem pelo Brasil (1817-1820)'. O livro clássico sobre os varzeiros do São Francisco é de Donald Pierson 'O homem no vale do São Francisco (1972)', no qual o autor descreve o modo de vida dos varzeiros, que combinava as atividades agrícolas (principalmente o plantio do arroz), extrativistas da mata, de onde retiravam mel, ervas medicinais, madeira para as célebres canoas (ubás) e barcas, movidas a remo e a vela e com as atividades de pesca, pecuária e cerâmica. Anterior ao trabalho de Pierson é necessário citar a obra de Von Ihering que, na década de 30, percorreria o rio São Francisco e publicou 'Ciência e belezas nos sertões do Nordeste', enfocando, sobretudo, as atividades pesqueiras. Em 1978, Mangabeira Unger escreveu 'Sertão do velho Chico'. Em 1991, Zanoni Neves apresentou sua dissertação de mestrado intitulada 'Os remeiros do rio São Francisco: trabalho e posição social', na qual o autor descreve a herança social dos remeiros e lameiros que navegavam com as canoas e barcas, bem como o conhecimento que tinham do rio e de seus recursos naturais. Outro conjunto de trabalhos

diz respeito aos varzeiros do baixo São Francisco, próximo à foz do rio. Esses trabalhos referem-se às transformações por que passa o rio depois da construção das hidroelétricas e seu impacto sobre o modo de vida dos varzeiros. Tania Elias Alves et al. (1990) em 'As várzeas ameaçadas: um estudo preliminar das relações entre as comunidades humanas e os recursos naturais da várzea da Marituba no rio São Francisco' enfocam as transformações em duas comunidades de varzeiros em virtude das alterações no regime hídrico, do avanço da cana-de-açúcar e do arroz irrigado implantado pela Codevasf (Cia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) em áreas vizinhas. José Geraldo Marques em 'Pescando pescadores - etnoecologia abrangente do baixo São Francisco Alagoano' faz uma análise do conhecimento dos varzeiros da Marituba sobre os recursos naturais na perspectiva da etnoictiologia e da etnobotânica.

O presente estudo pontuou suas ações em uma perspectiva patrimonial ampla, tendo como foco de legitimação operacional o conceito de "referência cultural", que permeou as atividades de pesquisas e resultados apresentados ante a identificação, levantamento e registro dos bens patrimoniais de natureza imaterial. Dessa maneira, foi realizada a identificação e descrição de costumes e manifestações artísticas e culturais desenvolvidas nos municípios abrangidos pelo empreendimento, em especial as manifestações como artesanato, culinária, folclore, danças, crenças e modos de vida tradicional.

3.1.1.1 - Bens Imateriais Registrados no IPHAN

A seguir serão apresentadas as referências culturais identificadas que possuem registro no IPHAN, bem como as que não possuem registro, identificadas por município.

Samba de Roda do Recôncavo Baiano

Forma de expressão - nº de registro 01450.010146/2004-60 - Data de Registro: 05/10/2004.

O Samba de Roda baiano é uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva das mais importantes e significativas da cultura brasileira. Presente em todo o estado da Bahia, ele é especialmente forte e mais conhecido na região do Recôncavo, a faixa de terra que se estende em torno da Baía de Todos os Santos. Seus primeiros registros, já com esse nome e com muitas das características que ainda hoje o identificam, datam dos anos 1860.

O Samba de Roda traz como suporte determinante tradições culturais transmitidas por africanos escravizados e seus descendentes. Tais tradições incluem, entre outros, o culto aos orixás e caboclos, o jogo da capoeira e a chamada comida de azeite. A herança negro-africana no Samba de Roda se mesclou de maneira singular a traços culturais trazidos pelos portugueses - como certos instrumentos musicais, viola e pandeiro principalmente - e à própria língua portuguesa nos elementos de suas formas poéticas. O Samba de Roda pode ser realizado em associação com o calendário festivo - caso das festas da Boa Morte, em agosto, de São Cosme e Damião, em setembro, e de sambas ao final de rituais para caboclos em terreiros de candomblé. Mas ele pode também ser realizado em qualquer momento, como uma diversão coletiva, pelo prazer de sambar. Essa expressão musical possui inúmeras variantes, que podem ser divididas em dois tipos principais: o samba chula e o samba corrido. Historiadores da música popular consideram o Samba de Roda baiano como uma das fontes do samba carioca que, como se sabe, veio a tornar-se, no decorrer do século XX, um símbolo indiscutível de brasilidade. A narrativa de origem do samba carioca remete à migração de negros baianos para o Rio de Janeiro ao final do século XIX, que teriam buscado reproduzir, nos bairros situados entre o canal do Mangue e o cais do porto, seu ambiente cultural de origem, onde a religião, a culinária, as festas e o samba eram partes destacadas. O Samba de Roda é uma das joias da cultura brasileira, por suas qualidades intrínsecas de beleza, perfeição técnica, humor e poesia, e pelo papel proeminente que vem desempenhando nas próprias definições da identidade nacional.

3.2 - Bens Imateriais sem Registro no IPHAN

Miracema do Tocantins/TO

Celebrações

Designação: Festas Religiosas

No município de Miracema de Tocantins há um expressivo calendário de festas religiosas, que expressam a fé católica na cidade. Há a festa da Padroeira, Nossa Senhora das Graças, no mês de maio, os Festejos de Nossa Senhora de Fátima, festa junina, aniversário da cidade e Festa de Terezinha do Menino Jesus, além da encenação da Paixão de Cristo, na Semana Santa.

Designação: Expoagro

Em 2013 realizou-se em Miracema do Tocantins a 32ª Edição de sua Expoagro, uma festa que se inicia com uma cavalgada, que mobiliza boa parte da cidade, e reúne além de cavalos, carros de boi e carroças, assim como carros de passeio, tratores e caminhões, que seguem pela cidade, anunciando o início das festividades, que envolvem também shows, barracas com comidas típicas e outras atrações.

Lugares

Designação: Agostina Park

O Agostina Park é um espaço em Miracema de Tocantins dedicado a exposições, festas populares, shows e eventos agropecuários. Uma das atrações mais evocativas do espaço é a estátua do 'maior boi do mundo', localizada na entrada do Parque.

Designação: Praia de Mirassol

A Praia de Mirassol é uma praia de água doce do rio Tocantins, que é frequentada por pessoas da cidade de Miracema do Tocantins, assim como por turistas. Além da beleza natural da praia, o local também recebe uma série de atrações musicais durante o mês de julho.

Miranorte/TO

Celebrações

Designação: Folia de Reis

Miranorte integra um circuito de Folias de Reis no Tocantins. Dentro desse circuito, a cada ano o grupo "Seguidores de Cristo", de Paraíso de Tocantins, passa pela cidade durante as festividades que se iniciam no dia 02 e terminam em 06 de janeiro, data que, no calendário católico, corresponderia ao dia em que os Reis Magos chegaram até a cidade de Belém e encontraram o recém-nascido Jesus.

Designação: Festa de Santo Antônio

O Padroeiro de Miranorte é Santo Antônio, e, anualmente, no dia 13 de junho realiza-se a festa em seu louvor, que reúne toda a comunidade de fiéis. A Paróquia de Santo Antônio foi instituída no ano de 1972.

Designação: Carnaval

Em Miranorte o Carnaval é um evento que tem um espaço voltado para a chamada 'melhor idade' que procura resgatar as antigas marchinhas e bailes de carnaval, atraindo, com isso, o grupo da terceira idade para a festa.

Rio dos Bois/TO

Formas de Expressão

Designação: Lojas Maçônicas

A Maçonaria é uma sociedade associativa que se faz presente no Brasil há muitos séculos, em geral trabalhando em ações de cunho filantrópico e social, e muito contribuindo para o desenvolvimento de várias cidades e regiões. Na cidade de Rio dos Bois, existe a Loja Vale do Rio dos Bois n° 3.699, Oriente de Cezarin, fundada no ano de 2005 pelo Sr. Valdir Martins e tendo, em 2011, sagrado o seu templo. A fundação da Loja, e o seu templo, foram grandemente comemorados por seus membros, visto que, antes disso, os integrantes da maçonaria de Rio dos Bois necessitavam viajar para participar de encontros.

Celebrações

Designação: Festa de São Raimundo Nonato

O padroeiro da cidade de Rio dos Bois é São Raimundo Nonato e a festa em sua homenagem ocorre no dia 31 de agosto. Este santo é o padroeiro das parteiras e dos obstetras, porque foi extraído do ventre de sua mãe, que havia morrido antes de conseguir dar à luz, procedimento raro e arriscado à época, 1218, e pelo qual recebeu a alcunha de 'nonato', 'não nascido'.

Pedro Afonso/TO

Ofícios e Modos de Fazer

Designação: Pesca Artesanal

O município de Pedro Afonso é uma espécie de bifurcação em meio a cursos d'água: ele fica no encontro do rio Tocantins do lado esquerdo e o rio Sono que fica do lado direito do município. Esse ambiente propicia, claramente, o desenvolvimento de atividades ligadas à pesca por parte das comunidades, que retiram da atividade a renda, e a base alimentar de sustento das famílias. Funciona no município a Associação de Pescadores na Pesca Artesanal, que atua no sentido de ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio rural.

Celebrações

Designação: Procissão Fluvial de São Pedro

No dia 29 de junho comemora-se na cidade de Pedro Afonso a festa em louvor de seu Padroeiro, São Pedro. Integra a comemoração a Procissão Fluvial feita em homenagem ao Santo Pescador. A procissão inicia-se por volta das 16h na frente da Igreja Matriz de São Pedro, onde os fiéis se reúnem para seguirem até o antigo porto da balsa do rio Tocantins. Em seguida, embarcam em uma balsa que conduz a imagem de São Pedro até o encontro dos rios Tocantins e Sono. Cerca de 60 embarcações acompanham o cortejo.

Lugares

Designação: Praia do Sono

A cidade de Pedro Afonso tem uma grande presença de turistas no período das férias do mês de julho, pois é quando as águas dos rios Tocantins e Sono, que fazem limites com a cidade, têm seu nível baixado em função da seca, trazendo à tona praias de areias brancas. A mais conhecida delas é a Praia do Sono, que costuma surgir a partir do mês de junho no centro do rio Sono, que se abre em duas braços. O acesso à praia se faz por meio de lanchas voadeiras ou barcos, bem como, caminhando através da passarela que

liga as cidades de Pedro Afonso e Bom Jesus. Além do atrativo natural, a praia também abriga eventualmente atrações musicais.

Centenário/TO

Ofícios e Modos de Fazer

Designação: Construções de Taipa

A Taipa é uma técnica construtiva bastante simples à base de barro e cascalho para formar a estrutura das paredes. Existem duas formas para fazer-se a taipa:

- Taipa de mão, também chamada de 'à galega' em Portugal, onde após o erguimento da estrutura de madeira, o barro é batido com as mãos;
- Taipa de pilão ou apiloada, onde após a estrutura de madeira montada, o barro será compactado horizontalmente usando-se pilões dentro de uma espécie de caixa, ou forma.

Em Centenário, são encontrados exemplos de construções em Taipa **Figura 1**, uma forma de construção que além de ser de simples execução, é também acessível, pela possibilidade de obtenção das matérias-primas diretamente da natureza.



Fonte: Panorâmico.

Figura 1 - Habitação de taipa em Centenário/TO.

Celebrações

Designação: Festa de São José

As festividades de celebração ao padroeiro de Centenário acontecem anualmente durante o mês de março, e duram 10 dias, nos quais ocorrem shows e apresentações de sanfoneiros, cavalgadas, reza de terço e missa solene.

Lugares

Designação: Morro de São João

O Morro de São João é uma elevação em meio à paisagem plana do município, o qual é cercado de tradições e de uma lenda: conta-se que antigamente o morro era mal-assombrado por 'visagens', e que tais assombrações só foram expulsas depois que um grupo de padres subiu o outeiro, rezando lá em cima uma missa e plantando uma cruz no cume. Atualmente, o Morro é local de peregrinações religiosas.

Lizarda/TO

Formas de Expressão

Designação: Festa dos Caretas

A Folia dos Caretas de Lizarda é uma tradição trazida pelos fundadores da cidade, e é a única em todo o estado em suas características. Há pelo menos 70 anos, ela é praticada na cidade na Semana Santa. Na Sexta-feira Santa, os fiéis se reúnem na igreja em oração. No ocaso, quando se encerra o serviço religioso, os caretas entram em cena. Os caretas são mascarados que descem das serras na direção da cidade, gritando e 'assustando' a população. Tradicionalmente, suas escaramuças tinham a função de proteger as 'quintas', propriedades e safras de cana-de-açúcar, coco e banana.

“A brincadeira é realizada à noite, na fazenda Morro Alto, única que resistiu à pressão da Igreja. É lá, onde existem apenas seis casas, que a festa acontece exatamente como há 70 anos. Sem energia elétrica e água encanada, regalias do mundo moderno, a folia é realizada no escuro mesmo, como sempre foi. A entrada dos caretas na fazenda obedece ao chamado do ronca-tripa - uma

espécie de cuíca gigante, afinada no fogo, que marca o ritmo da brincadeira - e das cantorias das mulheres de Lizarda. Com chicotes nas mãos (pinholas) e usando máscaras feitas de buriti - planta típica do cerrado -, folhas e até pelo de animais, os caretas anônimos invadem a roda e ameaçam aqueles que ousem invadir a quinta. Como numa luta entre o bem e o mal, eles não respeitam parentes, nem amigos. Jovens, mulheres, crianças e idosos: todos se sentem instigados a invadir a quinta e levar algum produto, mas qualquer um que se atreva é rapidamente castigado a chicotadas. Além dos mascarados, mais três personagens fazem parte da folia: a Catita, homem que se fantasia de mulher e se torna, na brincadeira, espécie de amante dos caretas - é ela quem agarra os moradores para que os mascarados os chicoteiem; a égua - uma mandíbula de boi articulada por um arame - é o animal do grupo; e o fantasma - um dos caretas se veste de branco para assustar as crianças. E são elas, as crianças, as principais responsáveis pela perpetuação da tradição. Imitando os adultos, os pequeninos ensaiam o rito, sempre antes do folguedo, que se repete há cerca de 100 anos, sem que se explique ao certo o motivo de sua existência.” (<http://lizardacity.com.br>)

Celebrações

Designação: Festejo da Imaculada Conceição

A Festa da Imaculada Conceição, padroeira de Lizarda, acontece anualmente entre 29 de novembro e 09 de dezembro. Trata-se de uma festa que põe em movimento toda a comunidade, e se inicia com a Alvorada, um Canto de Ofício realizado na antiga Matriz, após o que os fiéis seguem em procissão para a Igreja nova carregando o Mastro da Imaculada Conceição, onde os festeiros recebem as bênçãos solenes. Após isso, seguem-se os 10 dias de festa, que envolvem ainda missas solenes, shows de duplas sertanejas, barracas com comidas típicas, bailes, queima de fogos, tudo voltado para a adoção de Maria, mãe de Jesus.

Balsas/MA

Ofícios e Modos de Fazer

Designação: Jangadeiros

O rio como rota de passagem está nas bases da história de formação da cidade de Balsas. Os caminhos de água necessitavam do trabalho hábil de canoeiros, barqueiros e jangadeiros que pudessem transportar os viajantes e seus bens. Além dos saberes ligados à navegação, em Balsas encontra-se também a notável habilidade de construção de jangadas feitas de tora, palha e cordas.

Designação: Cestaria

A utilização da palha na produção de diferentes objetos de uso cotidiano, ou itens decorativos, se faz presente na cultura brasileira como um todo, como uma herança e conhecimentos ancestrais herdadas dos indígenas e dos africanos. Em Balsas, verifica-se a presença de artesãos portadores de tais saberes, os quais empregam a palha obtida do meio circundante na produção de diferentes peças, como balaies, cestas, peneiras, esteiras, dentre outros (**Figura 2**).



Fonte: Prefeitura de Balsas.

Figura 2 - Barraca com objetos confeccionados em palha, Balsas/MA.

Formas de Expressão

Designação: Boi Criança Maravilha

O Bumba-meu-boi é uma tradição de grande força em todo o estado do Maranhão. Em Balsas, há um grupo de brincantes formado por crianças, o Boi Criança Maravilha, as quais se encarregam das danças e encenações que narram a história da morte e ressurreição do Boi.

Celebrações

Designação: Festa de Santo Antônio

A festa do Padroeiro da cidade é a principal celebração religiosa do município. Ela se inicia no dia 1º, encerrando-se no dia 13 de junho. Durante esses treze dias de festa, são celebradas missas ao ar livre, e ocorre também um arraial com diversas atrações juninas, bem como leilões e apresentações culturais.

“Cada dia a celebração é baseada em um tema religioso e cabe a organização da noite dar um seguimento da sociedade ou bairro. Durante os treze dias de festejo a imagem de Santo Antônio visita todos os estabelecimentos locais retornando ao meio dia para a Igreja onde se realiza o terço. Inclui-se também a carreato com a imagem pelas ruas da cidade no primeiro dia de festejo e procissão pelo rio Balsas no primeiro domingo do mês de Junho com encerramento no Porto das Caraíbas. A imagem desce em uma balsa confeccionada de talos de buriti, é acompanhada por barcos e boias. O arraial se dá no largo da Igreja Matriz. E todos os dias conta com a participação de órgãos instalados no município, onde são apresentadas as manifestações culturais das escolas e grupos. Na barraquinha central, como em todas as outras, são servidas comidas e bebidas típicas, durante os treze dias de festejo”. (Fonte: Prefeitura Municipal de Balsas)

Designação: Festa de Maria

No mês de maio, é com grande fervor que se festeja o mês de Maria, a Mãe de Jesus, que segue de 01 a 31 em todo o município. O evento é organizado pelas devotas do sagrado coração de Jesus e Romeiras. Em oratório, a virgem Maria sai em peregrinação às famílias balsenses. No primeiro dia do mês de maio, onde se passa o dia e pernoita, é rezado o terço e feita a leitura do evangelho com comentário e reflexão. No dia seguinte, na saída da Nossa Senhora, a dona de casa contribui com donativos destinados aos mais necessitados. No dia 31 os oratórios destinam-se à igreja matriz onde é celebrada uma missa campal e Nossa Senhora é coroada pelos alunos do Colégio São Pio X. Em seguida, é servido o chá datia Maria com bolos e refrigerantes". (Fonte: Prefeitura Municipal de Balsas).

Designação: São João

A festa de São João de Balsas inicia-se no dia 23 e vai até o dia 30 de junho, e possui um conjunto de atrações, tais como festival de quadrilha caipira, comidas típicas, Bumba-meu-Boi, apresentações de bandas, premiações, e barraquinhas de brincadeiras típicas de festas juninas.

Alto Parnaíba/MA**Celebrações****Designação:** Festa de Nossa Senhora das Vitórias

Nossa Senhora das Vitórias é a Padroeira de Alto Parnaíba. As festividades em sua homenagem ocorrem anualmente entre 30 de agosto e 08 de setembro, iniciando-se com a celebração de Alvorada, às 5h da manhã, após o que se segue o terço em dedicação à Santa. À noite do mesmo dia ocorre a Celebração Eucarística, que abre oficialmente a festa, que envolve também a montagem de barracas para venda de comida típica e artesanato e, ainda, shows de diferentes estilos musicais.

Lugares

Designação: Rio Parnaíba

Chamado de 'Velho Monge', o rio Parnaíba tem importância fundamental para os estados do Maranhão e Piauí. Ele nasce na chapada das Mangabeiras, do encontro de vários rios, sendo os principais: Água Quente, Parnaibinha, Curriola e Lontra. O rio Parnaíba possui uma extensão de aproximadamente 1.485 km, constituindo-se em um dos maiores rios do Nordeste, propiciando e potencializando a exploração, através de suas águas, de atividades inúmeras, tais como pesqueiras, agropastoris, de navegabilidade, de energia elétrica, de abastecimento urbano, de lazer, dentre outras.

Santa Filomena/PI

Formas de Expressão

Designação: Terço dos homens

Em Santa Filomena, um grupo de homens devotos se reúne todas as quartas-feiras às 19h30m, para, juntos, elevarem suas preces e darem, assim, testemunho de sua fé. A cidade orgulha-se de reunir um grande grupo de homens fiéis à fé católica, fato cada vez mais raro nos dias atuais.

Celebrações

Designação: Festa da Padroeira

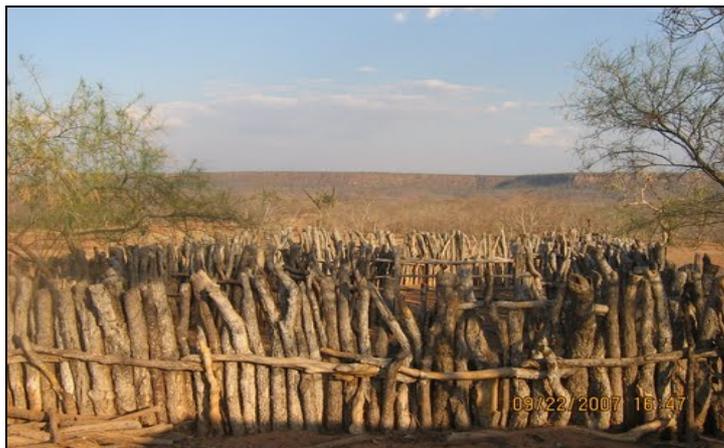
As festividades da Padroeira da cidade acontecem há 155 anos. A celebração se inicia com uma Alvorada, seguida de queima de fogos, às 4h30m do dia 06/08. Após há um café da manhã compartilhado, servido na Barraca da Igreja. Depois disso, seguem-se dias de festejo, com missas, noites de baile e shows, terminando no dia 15/08 com uma procissão e missa solene na Matriz de Santa Filomena.

Gilbués/PI

Saberes e Ofícios

Designação: Cercas de pau-a-pique

Em Gilbués são encontradas cercas feitas de pau-a-pique, técnica construtiva bastante simples, pela qual esteios de madeira são fincados no chão próximos uns dos outros. Por vezes, há ainda a colocação de vigas de madeira horizontal para deixar a estrutura mais firme. Outra característica interessante desta técnica é o uso de madeira não beneficiada, e sem grandes preocupações de desbaste de seus galhos, o que produz um conjunto final muito interessante (**Figura 3**).



Fonte: Walter Wagner, Panomario.

Figura 3 - Cerca de pau-a-pique, Gilbués/PI.

Designação: Carros-de-boi

O carro-de-boi (**Figura 4**) é um dos mais antigos meios de transporte de pessoas e cargas utilizado no Brasil, sendo ainda utilizado no meio rural. Trata-se de uma carroça de duas ou mais rodas feitas de madeira que usa bois no lugar de cavalos para tração, o que faz dele mais lento do que uma carroça puxada por cavalos, mas, por outro lado, lhe dá maior capacidade de carga.



Fonte: Walter Wagner, Panoramio.

Figura 4 - Carro-de-boi, Gilbués/PI.

Monte Alegre do Piauí/PI

Celebrações

Designação: Festejos de Nossa Senhora de Fátima

Os festejos de Nossa Senhora de Fátima em Monte Alegre do Piauí atraem fiéis de todo o País. Por isso, a Prefeitura da cidade monta uma estrutura para a recepção dos romeiros durante os 10 dias que dura a festa, que envolve novenário, missas e shows musicais.

Riacho Frio/PI

Celebrações

Designação: Festa do Vaqueiro

A cidade de Riacho Frio tem promovido há seis anos no mês de maio a Festa do Vaqueiro, uma celebração que reporta às tradições dos vaqueiros do sertão nordestino, cujos trajes, objetos, saberes e ofícios são particulares às condições especiais do meio natural do sertão, ambiente em geral considerado hostil e indomável, e que apenas a bravura e tenacidade do sertanejo são capazes de vencer (**Figura 5**).

Fonte: <http://180graus.com>**Figura 5 - VI Festa do Vaqueiro de Riacho Frio/PI.**

Corrente/PI

Formas de Expressão

Designação: Igreja Batista de Corrente

Em um caso que pode ser considerado raro no Brasil, o marco desenvolvimentista do município de Corrente está atrelado a uma fé distinta da Católica. Em Corrente, historicamente a instalação da Igreja Batista é apontada como ponto de partida para o desenvolvimento municipal. O templo atual da igreja foi construído em 1961, mas antes disso, outras ações foram realizadas pelos membros dessa igreja com fito na educação e crescimento da cidade. Em 1920, em terras doadas à Missão Batista do Norte do Brasil, foi fundado o Instituto Batista Industrial, hoje denominado Instituto Batista Correntino, com a finalidade de divulgar a religião Batista, educando e instruindo a mocidade, não só de Corrente como de municípios e estados vizinhos. Em 1947, foi criado o Ginásio do Instituto Batista Industrial. No ano de 1949, foi a vez da criação de uma instituição educacional católica, o Educandário Imaculada Conceição e, em 1953, o Ginásio São José pelo Padre José de Anchieta Melo.

Celebrações

Designação: Expocorrente

No ano de 2013, a cidade realizou sua 38ª edição da festa Expocorrente. Trata-se de uma festa que denota a forte ligação da cidade com o mundo rural: uma Cavalgada abre o evento, após o que se seguem shows de música sertaneja e forró, além de feira e exposição de produtos da terra e de animais de corte. É considerada a maior feira da pecuária de corte do extremo sul piauiense.

Designação: Vaquejada

A Vaquejada de Corrente é outra festividade ligada à tradição agropecuária do município. A festa compõe-se de rodeios e diversas provas onde os cavaleiros provam suas habilidades. Há também shows e feira de produtos da terra.

Sebastião Barros/PI

Celebrações

Designação: Festa de Santa Luzia

A Padroeira da cidade de Sebastião Barros é Santa Luzia, protetora dos deficientes visuais e oftalmologista, e considerada a Santa das Luzes, que abre as portas da visão das coisas espirituais. Estes atributos têm ligação com a história do martírio da Santa que, por não negar sua fé, teve seus olhos extirpados do rosto. No entanto, os olhos nasceram de volta em seu rosto milagrosamente. Luzia foi por fim decapitada em 13 de dezembro, sendo esta a data em que anualmente celebram-se as festas em sua homenagem.

Atualmente, parte da renda da festa de Santa Luzia na cidade é voltada para a construção do novo santuário dedicado à Padroeira.

Cristalândia do Piauí/PI

Celebrações

Designação: Nossa Senhora de Santana

Os festejos e procissão em adoração a Nossa Senhora de Santana acontecem no mês de julho.

Santa Rita de Cássia/BA

Celebrações

Designação: Folia de Reis

Santa Rita de Cássia realiza durante todo o mês de janeiro a sua Folia de Reis, onde grupos teatrais se apresentam pela cidade inteira, sendo seguidos por uma multidão de fiéis e assistentes desta festa que comemora a tradição católica da visita de Reis Magos ao recém-nascido Jesus.

Designação: Aniversário da Cidade

No período de 20 a 26 de março acontecem os festejos de aniversário da cidade, sob o patrocínio da Prefeitura. Pela manhã há o hasteamento das bandeiras do Brasil, da Bahia e a de Santa Rita de Cássia, seguido de discursos das autoridades da cidade e por um culto ecumênico na Igreja Matriz. À tarde são apresentadas peças folclóricas na Praça Rui Barbosa pelas escolas do município, e à noite os conjuntos musicais da cidade se apresentam nessa mesma praça.

Designação: Festa da Padroeira

A Festa da Padroeira do município se estende do dia 15 ao dia 22 de maio, e atrai pessoas de todos os municípios da região e de Brasília. Juntamente com a Festa de Santa Rita de Cássia, acontece a tradicional Vaquejada, entre os dias 18 e 20 de maio.

Designação: Festas do Divino Espírito Santo e Juninas

Na cidade de Santa Rita de Cássia, as festas do Divino Espírito Santo e as Juninas acontecem uma em sequência à outra. A primeira se realiza entre o final de maio e o começo de junho, e entre 18 e 29 do mesmo mês acontecem as Festas de São João.

Lugares

Designação: Rio Preto

O rio Preto é considerado a principal atração turística e de lazer do município. Além disso, é a base do sustento da maior parte dos moradores de Santa Rita de Cássia.

“Na margem direita do rio, fica o Parque Ecológico Zabelê, antiga Ilha Grande, uma grande área verde onde é possível fazer caminhadas e andar a cavalo. Há também nessa margem, próximo ao local onde existia uma antiga ponte de madeira, uma pequena ilha à qual o povo chama de Croinha. Na margem esquerda fica o Parque do Povo, mais conhecido pelo nome de Piranhas, que é o ponto mais movimentado e procurado do rio, sediando inclusive shows musicais.” (Fonte: <http://www.riodeondas.com>).

Riachão das Neves/BA

Celebrações

Designação: São João

A festa de São João, realizada no mês de junho, é uma das mais tradicionais da cidade. Ela acontece durante vários dias na praça central da cidade, com apresentações de quadrilhas juninas e bandas de forró, além de brincadeiras e comidas típicas da época.

Designação: Festa de São José

No mês de março acontece a festa dedicada a São José, para a qual, todos os anos, é montada uma estrutura específica para o festejo. Durante o dia, o povo se diverte às margens do rio Grande, e as noites são animadas por shows musicais.

Lugares

Designação: Comunidades Remanescentes de Quilombo

De acordo com levantamento sob a responsabilidade do IBGE e INCRA, existem em Riachão das Neves 02 (duas) comunidades quilombolas. São elas: Barra do Riacho e Pintor.

Angical/BA

Saberes e Fazeres

Designação: Ceramistas

Em Angical, são encontrados artesãos que dominam as técnicas de composição de arte em cerâmica. Um desses artesãos é o Sr. Francisco Marcos, que extrai argila na região para produção das peças produzidas por ele manualmente em sua casa. A arte foi aprendida com seu pai, já falecido, e é perpetuada através dele e de sua família, que também ajuda no trabalho de dar acabamento às peças. Um dos principais artesãos da cidade, Francisco Marcos intenta a criação de cursos que possam formar outros artistas em Angical.

Formas de Expressão

Designação: Congados

Na Bahia, como em outros estados brasileiros, os Congados são uma forte expressão do catolicismo negro. Em Angical, registra-se a presença de um grupo de Congado na localidade de Covas. Recentemente ocorreu o falecimento de Mestre Dão, Rei Congo do grupo.

Barreiras/BA

Formas de Expressão

Designação: Devoção ao Senhor dos Aflitos

A Romaria e a festa do Senhor dos Aflitos, em Barreiras, tem lugar no dia 02 de julho, dia no qual também se comemora a independência da Bahia. A solenidade acontece na localidade de Cantinho, na margem de uma curva do rio Branco, a 18 km ao norte da sede de Barreiras. A solenidade é aberta com uma missa cantada onde é narrada uma passagem da vida de Jesus, após o que ocorre uma procissão solene dos fiéis em torno da Imagem do Senhor dos Aflitos, Jesus Crucificado. É comum que alguns romeiros saiam de suas casas de madrugada, indo a pé até a Capela do Senhor dos Aflitos, como forma de penitência e recordação dos sacrifícios de Cristo. O número de pessoas que comparecem é grande demais para a pequena Capela de Cantinho, razão pela qual a Prefeitura monta todos os anos uma estrutura provisória para a realização da missa.

Celebrações

Designação: São João

Barreiras promove uma das maiores festas juninas do interior da Bahia. A festa, que dura de 21 a 24 de junho, tem como principal atração um concurso de quadrilhas, que se dividem em várias categorias. Além dos quadrilheiros, as festas são animadas por bandas de forró, e conta, ainda, com barracas de brincadeiras e comidas típicas.

Lugares

Designação: Comunidades Remanescentes de Quilombo

Em Barreiras consta a existência, conforme a Fundação Cultural Palmares (FCP), de 03 (três) Comunidades Remanescentes de Quilombo. São elas: Barracão, Mocambo e Mucambo.

Baianópolis/BA

Saberes e Ofícios

Designação: Cozinha cabocla

No interior do país, os fogões construídos em cerâmica, movidos a lenha, se constituem em muitos casos a principal forma de cozer os alimentos, já que, dado a questões como distância dos centros de fornecimento, ou mesmo a falta de recursos, o fogão à gás passa a ser um luxo quase inacessível. O conhecimento necessário tanto à construção desses fogões, como a sua utilização, e, ainda, as comidas neles preparadas, formam um conteúdo cultural de rara importância para caracterizar a vida cotidiana dos sertões brasileiros. Algumas mulheres de Baianópolis, e suas cozinhas, foram fotografadas pelo fotógrafo francês Rodolphe Hammadi, em um projeto realizado no ano 2009 em cidades dos estados da Bahia e Tocantins (<http://femmesdubresil.blogspot.com.br/>).

Celebrações

Designação: Festa das Águas e do Riacho da Tábua

O Riacho da Tábua é uma comunidade rural da cidade de Baianópolis onde se comemora há cerca de 10 anos, no feriado de Corpus Christi, a Festa das Águas, uma comemoração que celebra e busca fortalecer a luta das comunidades dos gerais na defesa das águas, dos recursos naturais e da permanência na terra. A festividade envolve a celebração de uma missa às margens do riacho, após o que ocorre a benção das águas e do povo, seguido de um almoço comunitário para todos os presentes.

Tabocas do Brejo Velho/BA

Celebrações

Designação: Tabofolia

A Tabofolia é uma Micareta (carnaval fora de época) realizada no mês de setembro, com duração de 03 (três) dias, à qual comparecem não apenas moradores locais como também um grande número de turistas.

Designação: Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

A festa é realizada em louvor à Padroeira do município, Nossa Senhora da Conceição, no dia 08 de dezembro, e tem a participação de toda a comunidade dos fiéis.

Brejolândia/BA

Celebrações

Designação: Vaquejada

A principal festividade da cidade de Brejolândia é a Vaquejada, festa que se realiza no segundo final de semana de julho, e envolve provas competitivas que visam testar as habilidades e performances dos vaqueiros, com a premiação dos melhores em cada habilidade. Além disso, a festa conta com atrações musicais para animam o público.

Santana/BA

Celebrações

Designação: Exposantana

Depois de um período de 23 anos sem ser realizada, no ano de 2012, o município de Santana voltou a realizar a Exposantana, uma festa que celebra a tradição agropecuária da cidade. Atualmente, a festa ocorre no Parque Manoel Cardoso Pereira, personagem ilustre na cidade. O evento conta com shows, leilões, palestras e feiras de negócios nas áreas pecuária e agrícola.

Designação: Micareta

A Micareta é o carnaval fora de época de Santana, que atrai um grande número de visitantes vindos de outras cidades e outros estados. São 03 (três) dias de festa, animados pelo som de trios elétricos que se sucedem pelas ruas da cidade, seguidos pela multidão de foliões.

Sítio do Mato/BA

Ofícios e Modos de Fazer

Designação: Pesca, Comunidades Quilombolas Mangal/Barro Vermelho

Embora desde a década de 1970 tenha se acentuada a restrição à pesca por parte dos fazendeiros vizinhos às comunidades, a pesca sempre se constituiu em elemento de grande importância para a cultura local. Para realizar tal atividade, os quilombolas de Mangal e Barro Vermelho desenvolveram uma série de métodos, alguns dos quais recebem denominações próprias ao grupo. Citam-se: "anzol, tarrafa, "trio" (fios de arame farpado em que são colocadas iscas), "mergo" (arpão fincado na ponta de uma vara) e arco-e-flecha. De todos os métodos de pesca (**Figura 6**), somente o arco-e-flecha não é mais utilizado, sendo lembrado apenas como método dos antepassados" (Jailton S. Oliveira, <http://quilombomangalbarrovermelho.blogspot.com.br>).



Fonte: João Zinclair.

Figura 6 - Pesca em Mangal e Barro Preto.

Celebrações

Designação: Festa de São Sebastião

O Padroeiro de Sítio do Mato é São Sebastião, o santo guerreiro cuja festa anual ocorre no dia 20 de janeiro. A festa mobiliza toda a comunidade de fiéis. Nela, realizam-se sorteios de prendas, missa solene e também apresentações de música ao vivo.

Designação: Marujada, Comunidades Quilombolas Mangal/Barro Vermelho

É um festejo dedicado a Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição, e realizado no dia 08 de outubro. É um ritual realizado exclusivamente pelos homens, que se vestem com um traje especial para ocasião, quando são entoados cantos e feitas encenações. A festa inicia-se na alvorada, em um porto localizado entre as duas comunidades. Os marujos postam-se de pé sobre as canoas e navegam em pares, enquanto a população local acompanha a passagem da Marujada às margens do rio, saudando-os com fogos de artifício. Quando aportam em Mangal, os marujos dirigem-se à Igreja, saudando a padroeira e os santos de devoção.

“A Marujada tem como figuras centrais: o mestre, o contra-mestre, o “ração” e o “careta”. Ao mestre cabe entoar cantos e conduzir cerca de 30 homens (denominados pelotão) que o acompanham com seus pandeiros, vozes e marcha ritmada. No intervalo entre um canto e outro, o mestre convoca o “ração”. Fechando o pelotão que acompanha o mestre, o “ração” é um menino que atende rapidamente ao chamado e se dirige para a frente do grupo. Em seguida, bate continência ao mestre e enuncia: “Pronto patrão!”. A partir daí, o mestre passa a questionar o “ração” sobre a disponibilidade da tropa para seguir. A cada resposta o pelotão realiza uma batida com os pés e uma pancada seca dos pandeiros. Durante a passagem da Marujada, o contra-mestre tem a função de controlar a evolução da tropa, corrigindo os descompassos e ritmos irregulares. Já o quarto personagem central é o “careta”, que, com vestimenta especial, portando chibata e adornado com uma máscara no rosto, açoita aqueles que o provocam ou que ele deseja assustar” (Jailton S. Oliveira, <http://quilombomangalbarrovermelho.blogspot.com.br>).

Formas de Expressão

Designação: Literatura de Cordel

No Brasil, também chamado de 'Folheto', o Cordel é um gênero literário popular, em geral escrito na forma de versos, e abordando relatos orais impressos na forma de pequenos folhetos ilustrados com xilogravuras. A tradição dos cordéis remonta ao Renascimento, quando foi popularizada a prática da impressão de relatos orais, e se

mantém no Brasil, notadamente no Nordeste, como uma forma de literatura popular. O nome cordel deriva do modo como os folhetos eram expostos para a venda em Portugal, pendurados em cordéis ou barbantes. Os autores ou cordelistas recitam os versos de forma melodiosa e cadenciada, com acompanhamento de viola. No Brasil, foi criada no ano de 1988 a Academia Brasileira de Literatura de Cordel, com sede no Rio de Janeiro, e que reúne os notáveis deste gênero. Em Sítio do Mato, assim como em outras cidades da região do São Francisco, no sentido de divulgar e salvaguardar essa forma de expressão tão notável, são feitas oficinas de literatura de cordel, as quais servem tanto para tornar mais conhecida a arte dos antigos, como para despertar nos jovens o interesse de perpetuarem a tradição.

Lugares

Designação: Quilombos Mangal e Barro Vermelho

As duas comunidades, que representam um mesmo conjunto, se localizam às Margens do rio São Francisco. As terras das comunidades já foram tituladas. Essa titulação foi realizada em janeiro de 1999, em ação conjunta entre a Fundação Cultural Palmares e o Instituto de Terras da Bahia (ITERBA), inicialmente versando sobre 153 hectares. Mais tarde, em julho de 2000, outros 7.615 hectares foram titulados pela Fundação Cultural Palmares. Trata-se da primeira titulação de terras a remanescentes de quilombo do estado da Bahia (Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPISQ)¹.

Bom Jesus da Lapa/BA

Ofícios e Modos de Fazer

Designação: Artesanato

Berço de diversos segmentos artísticos, a Bahia possui uma grande variedade de artesanato, com peculiaridades próprias de cada região. Em Bom Jesus da Lapa destacam-se principalmente o artesanato mineral e as peças em madeira, que utilizam matérias-primas encontradas na própria localidade.

¹ http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/ba/ba_mangal.html

Celebrações

Designação: Romaria da Terra e das Águas

Realizada há 36 anos no mês de julho, a Romaria da Terra e das Águas reúne centenas de romeiros em uma celebração de fé que tem como palco o Santuário de Bom Jesus da Lapa. É uma festa composta de missas, confissões, via-sacra, e, também, uma ocasião de debates e reflexões sobre a fé e o papel social da Igreja e de seus fiéis.

Designação: Romaria do Bom Jesus

No mês de agosto ocorre a celebração ao Senhor Bom Jesus, e, nesta época, a cidade de Bom Jesus da Lapa recebe há 322 anos a Romaria do Bom Jesus, quando milhares de romeiros, vindos de diferentes lugares, acorrem à cidade em um ato de fé, celebração e penitência.

Lugares

Designação: Morro da Lapa

Com seus 90 m de altura e 2.000 m de diâmetro, o Morro da Lapa representa um marco geográfico, histórico e da religiosidade local. No paredão de pedra que circunda o morro, formam-se grutas. A mais famosa delas é a gruta do Bom Jesus da Lapa com 50 m de comprimento, 15 m de largura e 7 m de altura. Há, ainda, a Gruta de Nossa Senhora da Soledade, com mais de 1.000 m². As outras tantas grutas existentes no Morro são dedicadas a diversos santos: Santa Luzia, Santo Afonso, Santo da Ressurreição, Santo de Belém, Santos Mártires, Santa Helena, Nossa Senhora Aparecida, São Geraldo e São Geraldo do Santíssimo Sacramento. Em todo o conjunto, as imagens instaladas no local a partir do século XVII contrastam com as paredes de calcário desenhadas pela erosão.

Designação: Comunidades Remanescentes de Quilombo

De acordo com levantamento sob a responsabilidade do IBGE e INCRA, existem em Bom Jesus Lapa 26 comunidades quilombolas. São elas: Alagoinhas, Bandeira, Barreiras, Barrinha, Batalhinha, Bebedouro, Campo Grande I e II, Capão de Areia, Cariaca/Araca, Fazenda Batalha, Fazenda Jatobá, Fazenda Volta, Fortaleza, Juá, Lagoa do Peixe, Macaco, Nova Batalhinha, Nova Patos, Pedras, Peixes, Piranhas, Rio das Rãs, Santa Rita, Mumbuca e Samambaia.

Riacho de Santana/BA

Celebrações

Designação: Festejos de Nossa Senhora da Glória

Durante o mês de maio ocorrem as festividades em louvor à Padroeira da cidade, Nossa Senhora da Glória. Ao longo de todo o mês são realizadas novenas em diferentes bairros da cidade. No dia 31 é realizada uma missa na Igreja Matriz em homenagem à padroeira.

Lugares

Designação: Comunidades Remanescentes de Quilombo

De acordo com levantamento sob a responsabilidade do IBGE e INCRA, existem em Riacho de Santana 12 comunidades quilombolas. São elas: Agreste, Agrestino, Capão das Gamelas, Duas Lagoas, Gatos Vesperina, Largo da Vitória, Mato do Sapé, Paus Pretos, Quilombo, Rio do Tanque, Samambaia e São José.

Macaúbas/BA

Lugares

Designação: Comunidades Remanescentes de Quilombo

O município de Macaúbas abriga 04 (quatro) comunidades remanescentes de quilombo em seu território. São elas: Bomba, Calcadinho, Catulé e Fazenda Maria (MDS, 2009).

Igaporã/BA

Celebrações

Designação: Festa de São Pedro

A festa junina de São Pedro é realizada entre os dias 27 a 29 de junho na Praça do Forró, com apresentação de quadrilhas. Outras festas religiosas realizadas no município são de: São João, São Sebastião, Maria, e Nossa Senhora do Livramento. (<http://www.igapora.ba.gov.br/igapora/pages/noticia.php?id=17>).

Lugares

Designação: Comunidades Remanescentes de Quilombo

De acordo com levantamento sob a responsabilidade do IBGE e INCRA, existem em Igaporã nove comunidades quilombolas. São elas: Bringela, Canabrava, Guarenta, Gurunca, Ibirucu, Lagoa Grande, Lapinha e Adjacências, Santa Maria e Santana.

Caetité/BA

Formas de Expressão

Designação: Encontro dos Ternos de Reis

A cidade de Caetité sedia, durante o mês de janeiro, o Encontro dos Ternos de Reis, ao qual comparecem grupos de várias cidades da região, apresentando cada qual o seu Terno, suas danças, folia e fé. Na apresentação, há lugar ainda para rodas de capoeira e Bumba-meu-boi.

Livramento de Nossa Senhora/BA

Lugares

Designação: Comunidades Remanescentes de Quilombo

De acordo com levantamento sob a responsabilidade do IBGE e INCRA, existem em Livramento de Nossa Senhora 14 comunidades quilombolas. São elas: Amola Faca, Cipoal, Couros, Jatobá, Jiboia, Lagoa do Leite, Lagoa dos Couros, Lagoinha e Poco, Maracujá, Olho D'Água do Meio, Pajéu, Poco, Rocinha-Itaguassu, e Várzea Grande de Quixabeira.

Rio de Contas/BA

O município de Rio de Contas já foi alvo de um Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), realizado nos anos de 2005 e 2006, em uma parceria entre o Instituto de Tecnologia Socioambiental e o IPHAN, com o objetivo de identificar, documentar e registrar os bens culturais expressivos da diversidade cultural da cidade, o qual efetuou o registro de Festa Religiosa, Liras, Reisados, Crivo Rústico e danças das Comunidades Quilombolas, Renda e Franja e Artesanatos variados.

O material, bastante completo, conseguiu mapear e detalhar uma série de referências culturais do município de Rio de Contas. São apresentadas as de maior destaque.

Ofícios e Modos de Fazer

Designação: Culinária

Com influência dos escravos e garimpeiros, a comida típica local traz no menu carne-de-sol, pirão de parida (galinha com pirão do próprio caldo), e angu à moda do escravo (carne de porco e mamão verde), acompanhados de arroz com pequi, godó de banana (ensopado de carne seca com banana verde), cortado de palma (cacto), de mamão verde e abóbora, tudo preparado em fogões a lenha, o que torna o preparo dos alimentos mais lento, mas dá sabor inigualável às iguarias.

Celebrações

Designação: Carnaval

O Carnaval de Rio de Contas é um dos carnavais mais antigos da Bahia. A folia é marcada pelo belo desfile de fantasias, bonecos gigantes, concursos de máscaras, lavagem da Escadaria de Santana e festa na Praça da Matriz. Durante os festejos, as ruas do Centro Histórico recebem no primeiro dia o Rei Momo, que faz a abertura oficial do carnaval com as bandas de sopro locais. Nos dias 16 e 17, acontecem os desfiles dos fantasiados embalados pelo som animado das marchinhas e músicas tradicionais até os clubes da cidade, onde ocorre o grandioso baile de fantasias. Atualmente, a festa se modernizou para agradar as gerações mais jovens, mas preserva as tradições com marchinhas das bandas de sopro, chorrós e as caretas.

Lugares

Designação: Comunidades Remanescentes de Quilombo

De acordo com levantamento sob a responsabilidade do IBGE e INCRA, existem em Rio de Contas sete comunidades quilombolas. São elas: Bananal, Bananeira dos Negros, Baraúnas, Barra I e II, Barra do Brumado e Riacho das Pedras.

Jussiape/BA

Formas de Expressão

Designação: Novenário de Nossa Senhora da Saúde

Durante nove noites no mês de janeiro ocorre o Novenário de Nossa Senhora da Saúde de Jussiape, nas quais a comunidade dos fiéis se reúne na Igreja para assistir à missa, rezar e celebrar sua fé em Maria, mãe de Jesus.

Celebrações

Designação: São João

Em Jussiape, a festa de São João dura de 21 a 24 de junho, e é uma festa repleta de atrações. Todas as noites, acontecem bailes animados por grupos de forró. Há ainda apresentação de inúmeros grupos de quadrilheiros da cidade e de outras localidades. Os grandes shows também se fazem presentes, e se alternam em três diferentes palcos: Maria Regina, Forró dos Largados e Luiz Gonzaga. Completam a grande festa as brincadeiras e comidas típicas dos festejos juninos. Toda a festividade é uma homenagem a Maria Regina da Silva Pinto, nascida em Jussiape no ano de 1879 e que, já aos 17 anos, era responsável pelos tradicionais festejos juninos no início do século 20.

Ibicoara/BA

Lugares

Designação: Comunidades Remanescentes de Quilombo

De acordo com levantamento sob a responsabilidade do IBGE e INCRA, existem em Ibicoara 04 (quatro) comunidades quilombolas. São elas: Córrego Fundo, Lapão da Volta, Rio da Lage e Rio da Palha.

Iramaia/BA

Saberes e Ofícios

Designação: Presépios

A tradição dos presépios remonta, segundo a tradição católica, ao ano de 1223, quando São Francisco de Assis teria montado uma cena simbolizando o nascimento de Jesus, utilizando-se de figuras moldadas em argila. Desde então, o presépio se faz presente em diversas culturas, assumindo os ares e formas particulares de cada lugar. Em Iramaia, encontram-se belos exemplares da arte dos presépios, confeccionados pela artesã Maria da Natividade de Souza, e que unem a tradicional história cristã aos costumes e materiais locais.

Marcionílio Souza/BA

Celebrações

Designação: Cavalgada Sertaneja

Há sete anos é realizada na cidade de Marcionílio Souza a Cavalgada Sertaneja (**Figura 7**), a qual ocorre durante o primeiro final de semana de fevereiro. O evento visa firmar as raízes do homem no campo e o resgate das tradições sertanejas. Acorrem à cidade para a festividade centenas de cavaleiros e amazonas provenientes de diversos municípios da região. Além de participarem da cavalgada, os participantes ainda desfrutam de shows musicais à noite.



Fonte: <http://www.gazvale.com.br>.

Figura 7 - Registro da 6ª Cavalgada de Marcionílio Souza, 2012.

Maracás/BA

Saberes e Ofícios

Designação: Artesanato em palha

Em Maracás são encontrados trabalhos feitos com palhas, na produção de diferentes peças, desde utilitárias a decorativas. Destacam-se as peças produzidas pelo artesão Manoel Paciência (**Figura 8**), que utiliza principalmente cascas e fibra de coco e palha de diferentes tipos. Com estes materiais, ele produz abajures, camas, cadeiras, luminárias, dentre outras peças, todas destacando-se pela beleza e criatividade.



Fonte: <http://pacienciaarte.blogspot.com.br>.

Figura 8 - Peças do artesão Manoel Paciência, feitas para decoração do Resort Kiaroa, em Barra Grande. Vários resorts da região possuem peças deste artista.

Designação: Cultivo de Flores

Maracás é considerada a 'cidade das flores' pela presença de um grande número de produtores comerciais de flores para exportação. O clima frio da região possibilita essa atividade, que é patrocinada pelo governo do estado desde o ano de 2003, pelo Programa Flores da Bahia. Os conhecimentos e a tradição agregados ao cultivo de flores, no entanto, são anteriores no município, sendo atividade digna de ser arrolada entre os bens que caracterizam culturalmente o município.

Formas de expressão

Designação: Capoeira

A capoeira, fruto da tradição dos africanos trazidos como escravos para o Brasil, está presente em várias cidades do País, e é considerada um tipo de luta genuinamente brasileira. Em Maracás, encontra-se o grupo de Capoeira dos Guerreiros do Mestre Nal Pires, que além de manter a roda de capoeira, também trabalha com projetos sociais e educativos.

Celebrações

Designação: Festa das Flores

Dada a tradição de Maracás como maior produtor de flores para exportação no Nordeste, uma das festas mais importantes do município é a Festa das Flores, que acontece no mês de dezembro. A festividade envolve shows variados, além de uma estrutura expositiva dos produtos locais.

Planaltino/BA

Celebrações

Designação: São João

A festa mais popular do município de Planaltino é o São João, realizada no mês de junho, e com duração de 04 (quatro) dias. A festividade compreende apresentações de quadrilha, barracas com brincadeiras e comidas típicas e bailes animados por bandas de forró.

Designação: Cavalgada da Amizade

Durante o mês de março, há 14 anos, é realizada em Planaltino a Cavalgada da Amizade, um final de semana inteiro de atrações celebrando a vinculação dos munícipes com a terra e as lidas do meio rural. A abertura da festa é a Cavalgada propriamente dita, que parte de uma fazenda do município e segue até outra fazenda, onde é realizado um almoço comunitário, o 'Almoço da Amizade'. Depois, os cavaleiros partem em direção à sede municipal, onde assistem a vários shows na praça central da cidade.

Nova Itarana/BA

Celebrações

Designação: São João

As festividades em louvor a São João, em Itarana, duram 03 (três) dias, durante os quais a cidade desfruta das barracas de brincadeiras e comidas típicas juninas, assiste ou participa de apresentações de quadrilha e se diverte com os shows de música tradicional nordestina. Além disso, o São João da cidade é, segundo os moradores, uma festa 'sustentável', que prima pela não derrubada de árvores.

Brejões/BA

Celebrações

Designação: São João

Como não raro na maior parte das cidades nordestinas, as celebrações juninas são as principais do calendário festivo municipal de Brejões. A festa se compõe de shows musicais, apresentações das tradicionais quadrilhas, barracas de brincadeiras e comidas típicas.

Milagres/BA

Formas de Expressão

Designação: Romaria dos Milagres

Durante o período entre 02 de fevereiro até final de abril, a cidade de Milagres é o destino de milhares de ônibus e caminhões pau-de-arara levando romeiros, que para lá se dirigem a fim de pagar promessas e render homenagens a Nossa Senhora dos Milagres. A romaria movimenta a economia local como um todo.

Celebrações

Designação: Festa dos Vaqueiros

A Festa dos Vaqueiros de Milagres acontece todos os anos no mês de abril. A antiga festividade se modernizou, tendo sido deixado um pouco de lado a parte religiosa da festa, que se iniciava com a Missa dos Vaqueiros. Atualmente, a festa se reporta mais aos shows de bandas convidadas, e as barracas que vendem comidas e bebidas. Essa nova roupagem é bastante criticada por grupos mais tradicionais da cidade, mas, ainda assim, trata-se de uma festa de notável importância para a cidade e região.

Designação: Festa de São Pedro

Realiza-se no dia 29 de junho no Distrito de Tartaruga, a 16 km da sede municipal de Milagres. A festa é animada por bandas típicas juninas, com zabumba, sanfona e triângulo.

Lugares

Designação: Comunidades Remanescentes de Quilombo

De acordo com dados do INCRA e IBGE, existem em Milagres 04 (quatro) comunidades quilombolas. São elas: Cariri, Gameleira, Lage de Pedra e Lagoa Duas Irmãs.

Itatim/BA

Saberes e Ofícios

Designação: Paneleiras de Goiabeiras

O ofício das Paneleiras de Goiabeiras é a confecção de panelas de barro artesanalmente. Após a modelagem em argila, as panelas são cozidas em fogueiras abastecidas com lenha, recebendo, após isso, uma tintura de tanino, em um ritual denominado de 'sova'.

Santa Terezinha/BA

Lugares

Designação: Comunidade Remanescente de Quilombo

O INCRA registra a presença de uma Comunidade Remanescente de Quilombo em Santa Terezinha. Trata-se da Comunidade Campo Grande.

Sapeaçu/BA

Saberes e Ofícios

Designação: Beiju de Coco

Na cidade de Sapeaçu há um grupo de homens que através da produção do beiju de coco encontraram um caminho para superar a situação de desigualdade social presente no sertão nordestino. A respeito de seu trabalho, foi lançado, durante o Circuito de Exibição do Revelando os Brasis, o documentário 'A força de um grito', de Edson Silva, gravado na cidade.

No levantamento de dados secundários realizado, não foram identificadas informações sobre referências culturais nos municípios baianos de Catolândia, Serra Dourada, Irajuba e Castro Alves.

3.3 - Bens de Natureza Material

Segundo o IPHAN, o patrimônio material é composto por um conjunto de bens culturais que podem ser divididos em bens móveis e imóveis, bem como classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os bens imóveis são: o patrimônio edificado, os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos. Já os bens móveis são: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, fotográficos, esculturas, arte sacra (imagens religiosas), etc. (<http://portal.iphan.gov.br>). O patrimônio material está diretamente relacionado aos processos históricos e sociais de formação e desenvolvimento de núcleos populacionais e seu entorno. Sendo assim, a associação da história dos atuais

municípios com os elementos do patrimônio histórico cultural, fornece pontos importantes de análise sobre as significâncias e potencialidades locais.

A seguir serão apresentadas as informações referentes ao diagnóstico dos bens culturais englobados na categoria de Natureza Material.

3.3.1 - Patrimônio Edificado

O patrimônio edificado, segundo o IPHAN, é formado por bens imóveis, ou seja, edificações tomadas em conjunto ou individualmente que possuam relevância histórico-cultural construída no processo histórico de ocupação das cidades. As mesmas se destacam por seu estilo arquitetônico, bem como pela história local e regional. A seguir, serão apresentados os bens imóveis que possuem proteção legal nas esferas federal e estadual e, posteriormente, os bens de interesse que ainda não são protegidos, divididos por município.

3.3.2 - Bens tombados no IPHAN/BA por município

Rio de Contas

- Bem / Inscrição Antiga Casa de Câmara e Cadeia, na Praça Senador Tanajura (atual Fórum) - Nome atribuído Casa de Câmara e Cadeia. Nº Processo 0446-T Outro processo 891-T-73. Livro Histórico Nº inscr.: 330; Vol. 1; F. 055; Data: 31/07/1959.
- Bem / Inscrição Casa à Rua Barão de Macaúbas, 11 - Nº Processo 0446-T Outro processo 891-T-73. Livro Histórico Nº inscr.: 327; Vol. 1; F. 054; Data: 22/09/1958. OBS.: "Casa com ornatos de massa representando folhas de fumo, entorno das janelas da fachada."
- Bem / Inscrição Casa Natal de Abílio César Borges, à Rua Barão de Macaúbas, 19 - Nome atribuído Casa Natal do Barão de Macaúbas. Nº Processo 0446-T Outro processo 891-T-73. Livro Histórico Nº inscr.: 326; Vol. 1; F. 054; Data: 09/09/1958.
- Bem / Inscrição Conjunto Arquitetônico da Cidade de Rio de Contas. Nome atribuído Rio de Contas, BA: conjunto arquitetônico. Nº Processo 0891-T-73. Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 076; Vol. 1; F. 020; Data: 08/04/1980.

- Bem / Inscrição Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, inclusive as seguintes alfaias:
a) duas tochas, b) outras duas tochas menores, c) uma cruz processional, d) seis varas de pátio, e) dois turíbulos, f) uma custódia grande, dourada, g) uma custódia pequena, de prata. Nº Processo 0446-T Outro processo 891-T-73. Livro Histórico Nº inscr.: 324; Vol. 1; F. 054; Data: 29/08/1958. OBS.: "O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Proc. Administ. nº 13/85/SPHAN".
- Bem / Inscrição Ruínas da Igreja de Sant'Ana. Nome atribuído Igreja de Santana: ruínas. Nº Processo 0446-T Outro processo 891-T-73. Livro Histórico Nº inscr.: 325; Vol. 1; F. 054; Data: 29/08/1958.

Castro Alves

- Bem / Inscrição Capela de São José de Jenipapo - Nome atribuído Capela de São José de Jenipapo - Nº Processo 0267-T - Livro Histórico Nº inscr.: 432; Vol. 1; F. 070; Data: 31/08/1971.

3.3.3 - Bens Tombados na Esfera Estadual IPAC/BA

Castro Alves

Antiga sede da Fazenda Curralinho - Decreto nº 9.213/2004-IPAC.

3.3.4 - Patrimônio Edificado sem Proteção Legal

Pedro Afonso/TO

Matriz de São Pedro

A Igreja Matriz de São Pedro (**Figura 9**) é um belo exemplo arquitetônico com seus arcos diversos, e colunas que lembram o estilo positivista. No seu interior está enterrado o fundador da cidade, o italiano Frei Rafael de Taggia.



Fonte: Prefeitura de Pedro Afonso.

Figura 9 - Igreja São Pedro, Pedro Afonso/TO.

Casarões Centenários

A cidade de Pedro Afonso, fundada no século XVII, abriga casas centenárias, que se constituem em um patrimônio histórico, não apenas no que se refere ao estilo arquitetônico que suas construções empregam, mas também no que concerne à vinculação dos mesmos com fatos e personagens históricos da cidade e da região. Boa parte dessas construções está concentrada nas proximidades da Praça da Matriz, ela própria, um patrimônio histórico da cidade.

Lizarda/TO

Igreja Matriz Imaculada Conceição

A antiga Matriz de Lizarda é dedicada à Imaculada Conceição. Existe, atualmente, uma nova Matriz na cidade, mas a antiga se mantém preservada, como um registro da história da cidade. Em seu interior está enterrada D. Lizarda Maria de Freitas, filha do fundador da cidade, José Benedito da Silva.

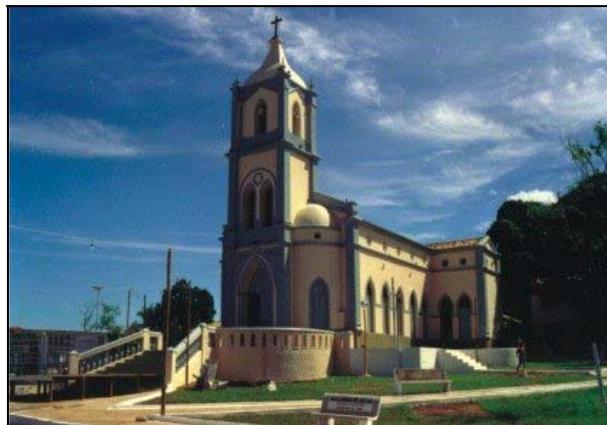
Balsas/MA

Porto dos Caraíbas

O Porto dos Caraíbas é o marco de nascimento da cidade de Balsas, ainda no século XVIII. Este era o local por onde atravessavam os viajantes e moradores das fazendas da região, **pelo trabalho do canoeiro José Pedro, primeiro morador da localidade.**

Igreja Matriz de Santo Antônio

A primeira Capela dedicada a Santo Antônio foi construída no município no ano de 1879. Desde então, o templo do padroeiro do município (**Figura 10**) sofreu reformas e ampliação para atender ao aumento do número de fiéis com o crescimento da cidade. Há, ainda, compondo o conjunto histórico da Igreja, uma estátua do padroeiro Santo Antônio.



Fonte: Prefeitura de Balsas.

Figura 10 - Igreja Matriz de Balsas, dedicada a Santo Antônio.

Escola Virgínia Cury

A primeira escola da cidade de Balsas foi instituída em 1882. Era pública e funcionava sob orientação e direção da educadora Maria Justina Serrão, oriunda de São Luís e formada na Escola Normal do Estado.

Alto Parnaíba/MA

Cais de Alto Parnaíba

A cidade, construída, e que se desenvolveu às margens do Rio Paraíba, possui um belo cais (**Figura 11**) por onde se acessam as águas do curso d'água que a margeia. Nas proximidades, erguem-se casas centenárias, que ainda guardam em suas linhas construtivas ecos dos modelos construtivos e da história deste lugar.



Fonte: <http://altopar.no.comunidades.net>.

Figura 11 - Vista do Cais de Alto Parnaíba/MA.

Santa Filomena/PI

Matriz de Santa Filomena

A Igreja Matriz de Santa Filomena (**Figura 12**) foi fundada em 1854 e elevada à condição de Paróquia em 1856. O nome da cidade foi escolhido pelo seu fundador, José Lustosa da Cunha, nome que também batizava uma de suas filhas, a primeira a nascer já nas terras que ele viria a explorar. Mais tarde, ele seria agraciado com o título nobiliárquico de

"Barão de Santa Filomena", por ser devoto desta santa, e ter mandado adquirir na Bahia uma imagem dela, para que fosse a padroeira da cidade.



Fonte: <http://www.gp1.com.br>.

Figura 12 - Vista lateral da Matriz de Santa Filomena/PI.

Corrente/PI

Matriz de Nossa Senhora da Conceição

A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição foi criada em 07 de agosto de 1860 e, como não raro na história oficial brasileira, este é o marco de consolidação do povoamento de Corrente como uma Vila. A Igreja Matriz (**Figura 13**), de linhas simples, mas imponentes, é dedicada a uma das figuras de Maria, mãe de Jesus, que faz louvor à sua concepção virginal.



Fonte: Rildo Cunha, Panoramio.

Figura 13 - Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Corrente/PI.

Cristalândia do Piauí/PI

Igreja e estátua de Santana

Data de 1925 a doação de terras para o Patrimônio de Santana em Cristalândia do Piauí. À época, construiu-se uma pequena capela, em torno da qual a cidade se desenvolveu. Hoje, a Matriz de Santana (**Figura 14**) é um templo maior, reformulado para abarcar o aumento de moradores da cidade, fiéis a esta Santa, cuja estátua também adorna a entrada da cidade (**Figura 15**).



Fonte: <http://sbcpiaui.blogspot.com.br>.

Figura 14 - Templo atual da Igreja de Santana.



Fonte: <http://sbcpiaui.blogspot.com.br>.

Figura 15 - Estátua de Santana na entrada da cidade.

Santa Rita de Cássia/BA

Igreja Matriz

A Matriz de Santa Rita de Cássia (**Figura 16**), padroeira do município que leva o seu nome, é um prédio imponente, dedicado à Santa que faz parte da constituição da cidade. A Imagem da Santa foi encontrada em meados do Século XVIII, em um casebre abandonado na Fazenda Ribeira do Rio Preto. A primeira Capela dedicada à Santa deu lugar à Matriz atual, que é a principal instituição de divulgação cultural da cidade. Ela mantém um vasto arquivo histórico à disposição da comunidade e, além disso, ela mantém o Coral Santa Rita, composto por um regente e 55 integrantes. A manutenção

da Igreja é feita por meio de donativos arrecadados pela Novena dos Conterrâneos realizada anualmente em Brasília e enviados à paróquia de Santa Rita de Cássia. Na cidade, ainda é possível ter contato com as ruínas da antiga Matriz de Santa Rita de Cássia, construída no Século XVII por escravos. Parte do prédio foi demolida em 1963, mas ainda se mantêm erguidas as paredes externas do templo.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 16 - Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia.

Angical/BA

Matriz de Santana

A Padroeira de Angical é Santana, santa católica que, pela tradição, seria a mãe de Maria, portanto, avó de Jesus. A primeira Igreja em sua homenagem foi erguida em 1810. Em seu interior estão enterrados os restos mortais do primeiro padre da cidade, Antônio Neto. No ano de 2010 a Paróquia completou 200 anos de existência (**Figura 17**).



Fonte: Prefeitura Municipal.

Figura 17 - O belo templo dedicado a Santana em Angical/BA.

Barreiras/BA

Igreja Matriz

O Padroeiro da cidade de Barreiras é São João Batista. Em seu louvor, foi erigido na cidade um imponente e belíssimo templo, construído em estilo mourisco e inaugurado em 1925 (**Figura 18**). Sofreu uma grande reforma e foi reinaugurada em junho de 1997.



Fonte: Gláucio Almeida, Panorâmio.

Figura 18 - Igreja Matriz de São João Batista, Barreiras/BA.

Capela do Senhor dos Aflitos

A capela erigida em homenagem ao Senhor dos Aflitos, figura de Jesus Crucificado, foi erguida no ano de 1946 na localidade de Cantinho, 18 km da sede de Barreiras. Em seu interior há uma imagem do Senhor dos Aflitos que teria chegado ao Brasil em 1720.

Casarões Centenários

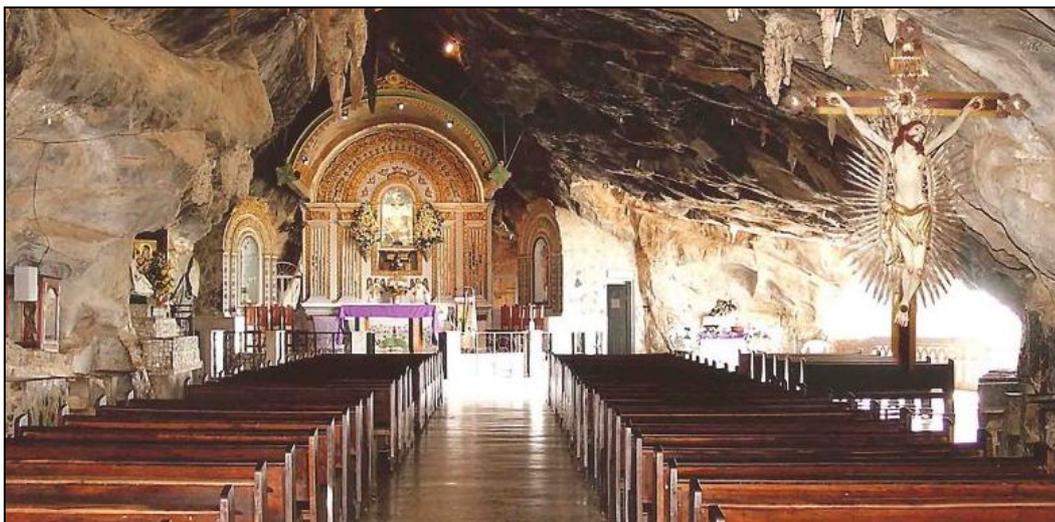
A cidade abriga casas centenárias, que se constituem em um patrimônio histórico, não apenas no que se refere ao estilo arquitetônico que suas construções empregam, mas também no que concerne à vinculação dos mesmos com fatos e personagens históricos da cidade e da região. Algumas dessas construções encontram-se já em franco processo de deterioração, sendo imprescindíveis ações para preservar este importante patrimônio.

Bom Jesus da Lapa/BA

Santuário de Bom Jesus da Lapa

O Santuário de Bom Jesus de Lapa foi eleito em votação da internet uma das Sete Maravilhas do Brasil no ano de 2008 (**Figura 19**). Está instalado em uma das inúmeras grutas de pedra existentes na localidade, descoberta em 1691 pelo português Francisco Mendonça Mar, um pintor e artista plástico contratado para pintar o Palácio da Aclamação pelo governador geral do Brasil na Bahia. Porém, ao fim do trabalho, tendo sido preso e açoitado injustamente, decidiu deixar Salvador, partindo em peregrinação para o sertão, levando consigo as imagens de Senhor Bom Jesus da Lapa e de Nossa Senhora de Soledade. Após muito andar, encontrou o Morro do Bom Jesus da Lapa, com seus noventa metros de altura e nove grutas.

A escolhida por Francisco foi batizada de Gruta do Bom Jesus. Tempos depois, garimpeiros de passagem pelas redondezas viram a luminosidade das velas que ele acendia, com o que foram se formando romarias. Mais de trezentos anos passados, o santuário ainda atrai inúmeros romeiros, sendo um dos mais conhecidos e visitados do Brasil. Atualmente, a sua administração está a cargo da Congregação do Santíssimo Redentor.



Fonte: <http://www.pjmp.org>.

Figura 19 - Interior do Santuário de Bom Jesus da Lapa.

Ponte Gercino Coelho

Construída em 1990, tem uma extensão de 1.180 m, e faz ligação entre as duas margens do rio São Francisco. Serve de ligação entre as estradas federais BR-349 e BR-430, permitindo o acesso rodoviário ao oeste baiano, e representou, à época, a maior ponte construída no estado. O nome da ponte homenageia Gercino Coelho, pai do então governador do estado Nilo Moraes Coelho, falecido em 1950 em um acidente aeronáutico na cidade de Bom Jesus da Lapa, quando viajava em campanha como candidato a vice-governador, ao lado do seu companheiro de chapa Lauro Farani de Freitas.

Riacho de Santana/BA

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória

A Padroeira de Riacho de Santana é Nossa Senhora da Glória, em louvor a quem construíra a bela Igreja Matriz, localizada na Praça Monsenhor Tobias (**Figura 20**), e a qual possui em seu interior pinturas de Godofredo Guedes². O santuário também abriga o túmulo do Padre Aldo Luchetta, sacerdote italiano famoso e respeitado na comunidade por ter dedicado toda a sua vida aos menos favorecidos.



Fonte: Vicente Queiroz.

Figura 20 - Matriz de Nossa Senhora da Glória, Riacho de Santana.

2 Godofredo Guedes era músico instrumentista, fabricava instrumentos, compositor e artista plástico. Godofredo nasceu em Riacho de Santana e seu instrumento musical preferido era a clarineta. Com ela compôs diversas músicas como o chorinho “Cantar”, gravado por seu filho Beto Guedes, Paulinho Pedra Azul, Paula Toller e Caetano Veloso. Autor de quase 100 músicas, Godofredo Guedes, era um compositor dos mais inspirados e sensíveis que a música popular brasileira registrou.

Casarões Centenários

A cidade de Riacho de Santana abriga casas centenárias, que se constituem patrimônio histórico, não apenas no que se refere ao estilo de arquitetura que suas construções empregam, mas também no que concerne à vinculação das mesmas com fatos e personagens históricos da cidade e da região. Boa parte dessas construções está concentrada no centro antigo da cidade, ao redor da Praça Monsenhor Tobias.

Macaúbas/BA

A cidade de Macaúbas possui uma quantidade notável de construções de grande valor histórico e arquitetônico. Seguem algumas das mais relevantes:

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição

A Padroeira de Macaúbas é Nossa Senhora da Imaculada Conceição. A Matriz dedicada a ela foi reconstruída entre os anos de 1956 e 1962 (**Figura 21**).



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>.

Figura 21 - Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Museu Regional

Construído pelo Monsenhor Hermelino Marques Leão para receber e impressionar o Arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Tomé da Silva, que, passando por todas as paróquias da Arquidiocese, escolheria três para sediar as primeiras Dioceses do sertão baiano. Hoje, no prédio funciona o Museu Regional de Macaúbas administrado pela Fundação Cultural Professor Mota.

Casarão dos Borges - Antiga Prefeitura

O casarão foi construído entre o final da década de 1860 e o início de 1870 pelo Tenente Lourenço Seixas. Em 1876 era a melhor casa da Vila e foi cogitada a sediar a Câmara Municipal de Vereadores. Foi adquirida pelo coronel Pedro José de Sousa, conhecido como 'Pedro Roque' cuja fortuna se juntou a dos Borges Figueiredo pelo casamento de D. Argentina de Sousa Borges com o coronel Francisco Borges de Figueiredo e Filho.

Capelinha

Construída como ex-voto do coronel Pedro José de Sousa (Pedro Roque) e inaugurada em 1906 pelo Arcebispo D. Jerônimo Thomé da Silva.

Caetité/BA

A cidade de Caetité possui uma quantidade notável de construções de grande valor histórico e arquitetônico. Seguem alguns deles.

Casa do Periquitão

Casarão colonial, situado à Praça da Catedral, que pertenceu ao herói da Independência da Bahia, Major José Antônio da Silva Castro.

Igreja de São Benedito

Erguida em 1833, pela família do Barão de Caetité, possui linhas singelas, mas de beleza incontestável (**Figura 22**).



Fonte: <http://www.citybrazil.com.br>

Figura 22 - Igreja de São Benedito em Caetité.

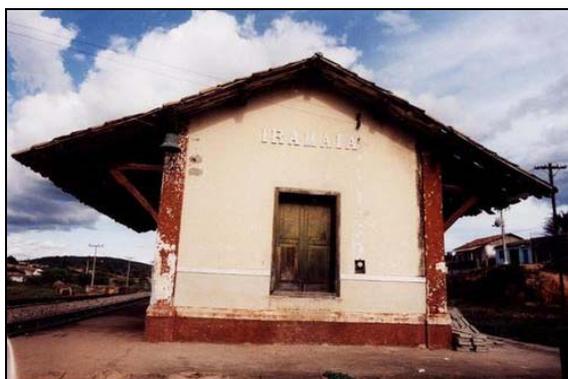
Prefeitura Municipal

A Prefeitura, erguida na década de 50 do século XX, restaurada há pouco tempo, é um prédio que serve de referencial à busca de novos conceitos estéticos, tendo de manter as técnicas seculares de construção. É um edifício maciço, de grossas paredes, finalmente adaptado para o novo milênio, sob a diretriz de respeito ao passado no rumo ao futuro. Hoje teve incorporada a sua arquitetura uma bela praça, que é visitada e elogiada pelos turistas e a população local.

Iramaia/BA

Estação Ferroviária

O desenvolvimento da cidade de Iramaia se deu em função da construção da linha férrea na década de 1920 (**Figura 23**).



Fonte: <http://www.flogao.com.br/iramaia>.

Figura 23 - Estação de trem de Iramaia/BA.

Marcionílio Souza/BA

Estação Ferroviária

A estação de Tamburi foi criada pela Estrada de Ferro Central da Bahia em 1883. Em 1963, a cidade mudou o nome para Marcionílio de Souza, mas a estação manteve o nome originário (**Figura 24**). A construção ainda existe, mas requer medidas de restauro e salvaguardar.



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>.

Figura 24 - Estação de trem de Marcionílio Souza/BA.

Maracás - BA

Matriz de Nossa Senhora das Graças

Os primeiros registros documentais acerca da região de Macarás datam de 1888, e eles já fazem menção à Matriz de Nossa Senhora das Graças como um elemento importante a compor a paisagem, o que demonstra o valor histórico desse belo templo na composição do município. O povoamento iniciou-se precisamente pela doação de terras para a construção da capela, e, posteriormente da Matriz (**Figura 25**), possibilitando a elevação do povoado em Freguesia no ano de 1842.



Fonte: <http://ceeb1power.blogspot.com.br>.

Figura 25 - Matriz de Nossa Senhora das Graças, Maracás/BA.

Casarões Centenários

A cidade de Maracás abriga casas centenárias, que se constituem em um patrimônio histórico, não apenas no que se refere ao estilo arquitetônico que suas construções empregam, mas também no que concerne à vinculação dos mesmos com fatos e personagens históricos da cidade e da região. Dentre essas, destacam-se a casa que abriga a Prefeitura Municipal, a casa onde morou o Coronel Marcionílio Souza, o Bangalô Parque dos Eucaliptos, dentre outras.

Planaltino/BA

Capela de São Roque

A Igreja foi construída no século XIX pelo Sr. Diocleciano Pereira da Silva, como pagamento de uma promessa feita a São Roque: na época, a varíola assolava a região, ocasionando muitas mortes. Então, o Sr. Diocleciano, católico fervoroso, prometeu a São Roque, que se ninguém mais morresse desta doença ele construiria uma capela no alto do morro. A bela Capela até hoje existente em Planaltino.

Capela de São João

Construída no Século XVIII, a Capela de São João é a mais antiga da cidade. A capela foi construída pelo Sr. João Clemente para servir de mausoléu para ele e sua família. Os restos mortais dele e de sua esposa estão enterrados em seu interior, já que na época não existia cemitério. No seu interior há um grande altar de madeira com uma escada que vai até ao coro onde ficava o coral para acompanhar as celebrações.

Matriz de Nossa Senhora das Dores

A primeira igreja dedicada a Nossa Senhora das Dores foi construída há 200 anos por Benedito Cardoso de Novaes, avô de Antônio Cardoso, apelidado de “Charuto”, que tinha que tocar o sino, que era utilizado como meio de comunicação. Para avisar da missa, às badaladas eram em tom rápido; já as badaladas com tom compassado e lento eram para anunciar o falecimento de alguém no município. A construção original tinha estilo colonial, mas a Matriz foi reformada para dar mais conforto aos fiéis.

Nova Itarana/BA

Matriz de Nossa Senhora de Lourdes

A Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes (**Figura 26**) em Nova Itarana pertence à Diocese de Jequié. A igreja, construção do Século XVIII, constitui-se em um marco histórico e de fé do município.



Fonte: Diocese de Jequié

Figura 26 - Matriz e imagem de Nossa S^a de Lourdes na Praça Central da cidade

Brejões/BA

Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Vinculada à Diocese de Jequié, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Brejões é um belíssimo templo que se constitui em um notável marco histórico, arquitetônico e da fé desta cidade.

Casarões Centenários

A cidade de Brejões abriga casas centenárias (**Figura 27**), que se constituem em um patrimônio histórico, não apenas no que se refere ao estilo arquitetônico que suas construções empregam, mas também no que concerne à vinculação dos mesmos com fatos e personagens históricos da cidade e da região. Dentre tais casarões, pode-se destacar a Casa da Cidadania e o Colégio Góes Calmon.



Fonte: <http://www.ferias.tur.br>.

Figura 27 - Ruas onde podem ser vistos os casarões de Brejões/BA.

Milagres/BA

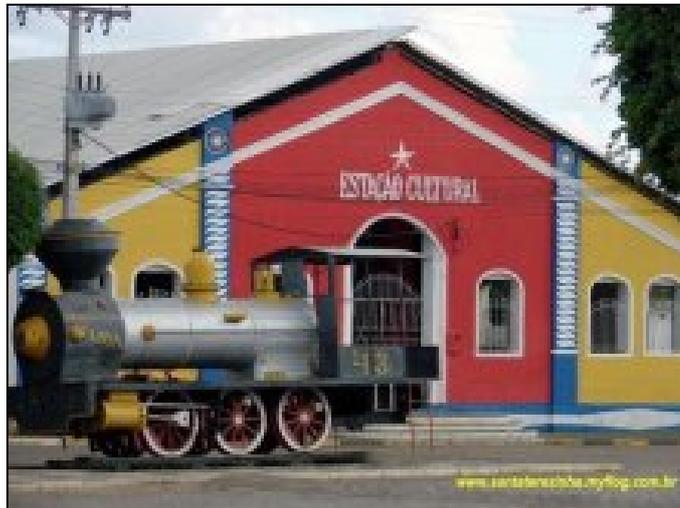
Igreja de São Cristóvão

Localizada no alto de um dos morros que circundam a região, a Igreja de São Cristóvão é ponto obrigatório das visitas de romeiros que acorrem todos os anos à região. Para chegar até o templo, é necessário subir uma escadaria de 290 degraus. Dado que as romarias são exatamente o ponto de formação desta localidade, fica evidente que este templo, assim como os demais existentes na cidade, são uma referência cultural para esta comunidade.

Santa Terezinha/BA

Estação Ferroviária

Consta que a abertura da estação ferroviária de Santa Terezinha data de 1883 (**Figura 28**). Ela ficava em um ramal de cerca de 1 km apenas; na estação de Taperi. O trem entrava pelo ramal, ia até a estação e retornava de ré. Com a supressão do ramal Santa Terezinha-Taperi em 1964, a estação foi fechada. Um dos pontilhões do ramal hoje fica dentro de uma fazenda e ainda está conservada. Atualmente, o prédio da Estação, que fica na frente da Prefeitura da cidade, foi transformado em espaço cultural do município.



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>.

Figura 28 - Estação ferroviária de Santa Terezinha/BA.

Castro Alves/BA

Casa de Castro Alves

Antônio Frederico de Castro Alves, autor de célebres poemas, como Navio Negreiro, verdadeiro épico denunciando os horrores da escravidão, nasceu em 1847 na Fazenda Cabeceiras, a 42 km da vila de Nossa Senhora da Conceição de "Curralinho", hoje Castro Alves. A cidade cujo nome homenageia seu filho ilustre abriga a Casa onde o poeta morou, e escreveu 13 de seus livros (**Figura 29**).



Fonte: <http://www.citybrazil.com.br>.

Figura 29 - Casa do poeta Castro Alves.

Igreja Matriz

A Padroeira da cidade de Castro Alves é Nossa Senhora da Conceição, em louvor de quem construiu-se, no ano de 1875, uma imponente igreja que se destaca na paisagem da cidade (**Figura 30**).



Fonte: <http://www.citybrazil.com.br>.

Figura 30 - Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Estação Ferroviária

A Estação de Curralinho foi aberta pela Estrada de Ferro Central da Bahia na sua linha principal, em 1881. Em 1900, vinte e nove anos depois da morte do grande poeta baiano ali nascido, Castro Alves, a cidade e a estação ganharam seu nome. A estação, que fica no centro da cidade, encontra-se em ruínas.

Sapeaçu/BA

Casarões Antigos

A cidade de Sapeaçu abriga casas antigas, algumas das quais centenárias, que se constituem em um patrimônio histórico. A arquitetura típica de tais casas, com janelas e portas que se abrem diretamente para a rua são retratos vívidos da época na qual foram construídas.

Para os municípios de Miracema do Tocantins, Miranorte, Rio dos Bois, Centenário, Riacho Frio, Monte Alegre do Piauí, Gilbués, Sebastião de Barros, Riachão das Neves, Catolândia, Baianópolis, Brejolândia, Tabocas do Brejo Velho, Serra Dourada, Santana, Sítio do Mato, Igarporã, Livramento de Nossa Senhora, Rio de Contas, Jussiape, Ibicoara, Irajuba e Itatim não foram identificadas informações sobre bens edificados de relevância histórica. Estas informações serão complementadas com a pesquisa de campo.

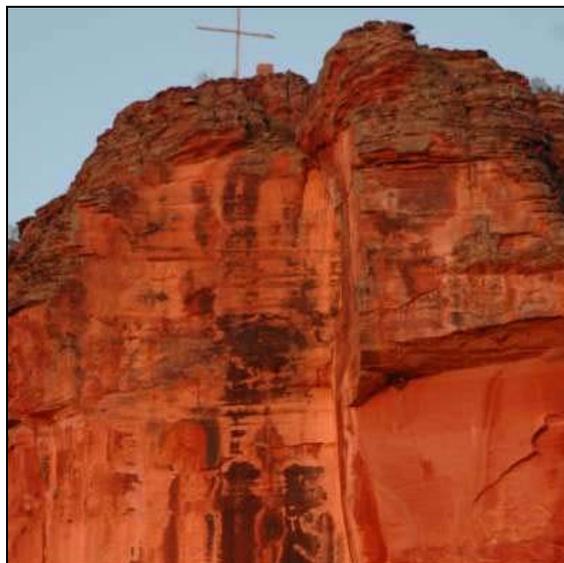
3.3.5 - Patrimônio Paisagístico

O Patrimônio Natural-Paisagístico, também denominado de Jardins Históricos, Parques e Paisagens, conforme, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o qual equipara o Patrimônio Natural ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tornando monumentos naturais como Jardins e Paisagens, assim como os bens agenciados pela indústria humana, como os Parques, passíveis de tombamento, uma vez que o objetivo é conservar e proteger a feição notável. Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público e como tal é considerado monumento.

Monte Alegre do Piauí/PI

Morro do Santo

O Morro do Santo, também chamado de Santo do Morro (**Figura 31**), é um ponto turístico e também da devoção dos moradores de Monte Alegre do Piauí. Trata-se de um outeiro com um dos lados se erguendo em um paredão quebrado e vertical, com pouca presença vegetal em seu cimo, de onde se tem uma ótima vista de toda a circunvizinhança.



Fonte: Prefeitura de Monte Alegre do Piauí.

Figura 31 - Morro do Santo, ou Santo do Morro.

Catolândia/BA

Gruta do Catão

A gruta do Catão (**Figura 32**) é uma formação geológica de extrema beleza e forma junto com seu entorno um rico patrimônio natural de Catão e do município vizinho, São Desidério. Ali, a natureza construiu uma enorme represa natural de águas que variam do azul ao verde, dependendo da iridescência do dia (**Figura 33**). As águas muito límpidas adentram a gruta do Catão.



Fonte: <http://www.flogao.com.br/tetimassu>

Figura 32 - Vista do lago azul da gruta do Catão.



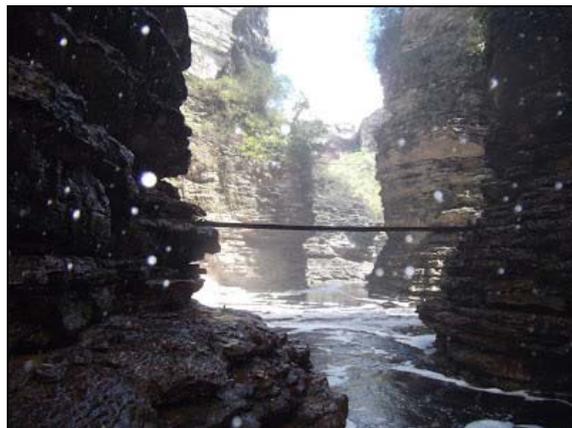
Fonte: <http://www.latinoamerica24.com>

Figura 33 - Gruta do Catão, Catolândia/BA.

Ibicoara/BA

Canyon e cachoeiras

A região de Ibicoara, na Chapada Diamantina, possui o Canyon da Fumacinha com aproximadamente 290 m de altura e 7 km de extensão (**Figura 34**). Ao longo deste canyon, vários saltos e quedas d'água surgem, deixando ainda mais belo o passeio em seu interior, que acontece nos meses do ano em que o rio não está cheio.



Fonte: <http://belezasnaturaisdobrasilibicoara.blogspot.com.br/>

Figura 34 - Algumas das belezas do Canyon da Fumacinha.

Iramaia/BA

Grutas

Iramaia está localizada na região da Chapada Diamantina, de modo que, em seu território, são encontradas algumas cachoeiras e grutas de notável beleza, algumas das quais foram alvo de mapeamento pelo Grupo Pierre Martin de Espeleologia durante o biênio 2011/12, no projeto "Expedição Bahia". Destaca-se, neste cenário, a Gruta do Calixto, com aproximadamente 2 km de profundidade. Há, ainda, as Grutas Salitre I e II, dentre outras várias que permeiam a região.

Milagres BA

Morro e Gruta da Bandeira

A cidade de Milagres é literalmente cercada de morros. Tais morros são importantes para o município não apenas do ponto de vista natural ou geológico: eles também perfazem toda a história do município, já que é neles que se desenrolam as narrativas milagrosas que justificam a constituição e o nome da localidade.

3.3.6 - Patrimônio Paleontológico

Corrente/PI

Fósseis

Na localidade de Porto Araçá, a 30 km da sede municipal de Corrente, relata-se a descoberta de ossadas de Preguiça Gigante, animal pré-histórico extinto há aproximadamente 11 mil anos. O trabalho de coleta e identificação dos ossos vem sendo realizado por uma equipe de paleontólogos da Universidade Federal do Piauí.

3.4 - Patrimônio Arqueológico

O patrimônio arqueológico constitui-se por coleções e/ou acervos de peças arqueológicas e sítios arqueológicos de diferentes tipologias. O IPHAN possui registrados no Cadastro Nacional cerca de 19 mil sítios. No entanto, este número não reflete o número real de registros arqueológicos existentes no Brasil devido às diminutas pesquisas sistemáticas existentes nos Estados Brasileiros. As pesquisas realizadas pela chamada Arqueologia

Preventiva junto ao Licenciamento Ambiental de empreendimentos têm contribuído para mudança desse panorama, ao mesmo tempo que contribui para preservação dos mesmos. A partir do entendimento que Preservar não é somente deixar intacto, congelado, mas é também abrir um campo de possibilidades para que seja vivido intensamente, de modo que se possa através da geração de conhecimento e materializações sobre o passado estabelecer benefícios científicos e públicos-patrimoniais (HODDER, 1999 *apud* LIMA, 2007; FERNANDES, 2008).

O diagnóstico do patrimônio arqueológico buscou realizar a caracterização deste nas Áreas de Influência do empreendimento. Para tanto, nos aspectos relacionados à All há necessidade de contextualizações mais amplas que abarquem não apenas a presença de bens patrimoniais, mas também os diferentes processos histórico-culturais; socioeconômicos e ambientais relacionados à sua ocorrência.

Esta caracterização possibilita determinar, entre outros, as significâncias científicas e patrimoniais dos registros existentes, seu estado atual de conservação e, além disso, o levantamento de indicadores para novas ocorrências em áreas ainda não pesquisadas sistematicamente. Neste sentido, são descritos a seguir os principais contextos indicadores de relevâncias e potencialidades arqueológicas para a All e, a seguir, o levantamento extensivo realizado na AID do empreendimento.

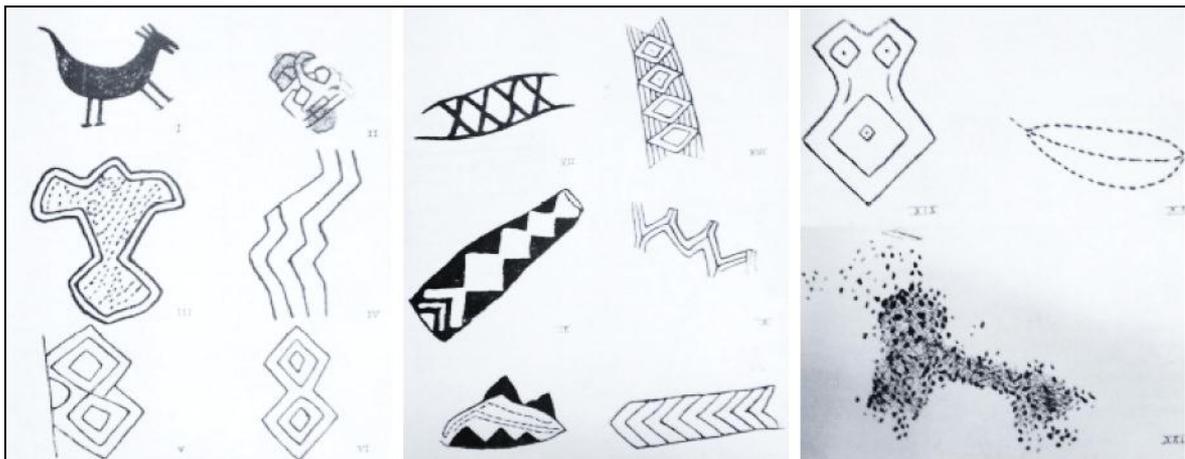
3.4.1 - Contexto Arqueológico

A região de estudo é marcada por diversos compartimentos ambientais, que nem sempre apresentam fronteiras fitogeográficas bem definidas. Nesse sentido, Etchervarne (1999-2000: 113-114) ressalta a importância de se atentar para a interação entre os espaços naturais e os grupos humanos para a compreensão da ocupação do território em uma escala de longa duração temporal.

Ocupações humanas foram documentadas arqueologicamente em ambientes de floresta úmida, por grupos caçadores-coletores e horticultores; em cordões dunares de restinga, no litoral da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte; na caatinga, próximos aos chapadões e nas planícies, próximos aos únicos cursos d'água permanentes, o rio Parnaíba e São Francisco. O médio curso do rio São Francisco, que atravessa a caatinga, tem sido entendido como um eixo referencial para os grupos pré-coloniais do interior, permitindo a subsistência em todas as estações do ano (ETCHEVARNE, 1999-2000: 115).

As pesquisas arqueológicas na região nordeste foram implantadas de maneira sistemática durante os anos 1960. Os núcleos de pesquisa associados à Universidade Federal de Pernambuco e ao Museu do Homem Americano, do Piauí, foram pioneiras no registro de grafismos rupestres e contextos arqueológicos que discutem a antiguidade da ocupação humana nas Américas (GUIDON, 1991 *apud* ETCHEVARNE, 1999-2000: 117).

As primeiras informações sobre representações rupestres na Bahia, por exemplo, são provenientes de pesquisas amadoras realizadas por Carlos Ott entre os anos 1940 e 1960, que evidenciou diversos painéis com pinturas nos municípios de Campo Formoso e Serrinha (COSTA, 2005). No primeiro município foi documentado o sítio Buraco D'água (**Figura 35**).



Fonte: COSTA, 2005 (adaptado).

Figura 35 - Grafismos rupestres evidenciados no sítio Buraco D'água, em Serrinha/BA associados à Tradição São Francisco.

Com efeito, os sítios com representações rupestres foram evidenciados por toda região nordeste, com exceção para o estado do Maranhão (ETCHERVARNE, 1999-2000: 127). A diversidade dos grafismos permitiu o estabelecimento de várias unidades estilísticas, subsídio para a definição de várias tradições arqueológicas (PROUS, 1992: 511).

Correlatos etno-históricos reforçam a hipótese de que o rio São Francisco, principal da bacia hidrográfica da região semiárida do nordeste brasileiro, foi um dos grandes veículos de penetração e permanência de populações humanas na região há pelo menos 10 mil anos (LUNA, 2006: 175).

No médio curso do rio Tocantins, no ponto mais setentrional do Planalto Central Brasileiro, tem sido evidenciados sítios a céu aberto e em abrigos sob rocha com artefatos líticos associados à Tradição Itaparica, cujas datações abrangem um intervalo que vai de 11.500 anos AP a 500 anos AP (BUENO, 2005; BUENO 2005-2006; SCHMITZ *et al.*, 1997).

Com isso, a presente contextualização abordará a diversidade do registro arqueológico nos diversos ambientes de abrangência do empreendimento a partir de uma caracterização da arqueologia regional, dando ênfase: 1) às evidências arqueológicas associadas às primeiras ocupações do nordeste (GUIDON, 1991; PROUS, 1992); 2) aos sítios rupestres distribuídos no Piauí e na Bahia (RIBEIRO, 2006); 3) aos sítios do holoceno inicial e médio evidenciados na bacia do rio Tocantins (BUENO, 2005) e nas proximidades do rio São Francisco (SCHMITZ *et al.*, 1997); 4) aos sítios arqueológicos associados à tradição cerâmica Aratu na Bahia (CALDERÓN, 1971; COMERLATO, 2008) e 5) aos sítios arqueológicos históricos no sertão e Recôncavo Baiano (COSTA, 2007; FERNANDES, 2007; COMERLATO, 2008).

Questionamentos sobre as primeiras ocupações humanas:

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas por Niède Guidon desde os anos 1970 em São Raimundo Nonato (Piauí) têm gerado grande polêmica no meio acadêmico, uma vez questionam e recuam a cronologia da ocupação humana para a região para em torno de 50.000 anos AP. As datações radiocarbônicas foram obtidas no sítio arqueológico Toca do Boqueirão da Pedra Furada, um abrigo rochoso de natureza arenítica, cuja estratigrafia aponta uma sucessão de ocupações desde 50.000 anos até 6.000 anos AP. Os indicadores da presença humana na região são restos de estruturas de combustão e artefatos líticos em quartzo utilizados para corte e quebra de ossos de animais (GUIDON, 1987; ETCHEVARNE, 1999-2000: 118).

Os trabalhos de Maria Beltrão no município de Central (Bahia), na Chapada Diamantina, também questionam a cronologia tradicional para a ocupação humana na região (BELTRÃO *et al.*, 1991 *apud* ETCHEVARNE, 1999-2000). No sítio Toca da Esperança, a pesquisadora evidenciou material lítico de confecção rudimentar que foi associado a ossos fossilizados datados por meio do método tório/urânio em quase 300.000 anos (ETCHEVARNE, 1999-2000: 119). Assim, a autora propôs que tais evidências supõem a

presença do *Homo Erectus* na América, o que tem gerado uma série de questionamentos que dizem respeito: i) a origem antrópica do material lítico (PROUS, 1992: 140) e ii) do contexto estratigráfico onde foram evidenciados o suposto registro arqueológico. André Prous aventa a possibilidade dos supostos artefatos terem sido fabricados por processos naturais, tal como o “transporte subterrâneo”, de modo que poderiam ser vestígios da antiga cobertura que cobria o calcário Bambuí no vale do rio São Francisco (PROUS, 1992: 141).

Os modelos de ocupação das Américas mais aceitos apontam que a ocupação humana nas Américas teria ocorrido no fim do pleistoceno, em torno de 14 a 12 mil anos AP. Neves & Piló (2008) sustentam tal hipótese tendo como base as pesquisas desenvolvidas no carste de Lagoa Santa, em Minas Gerais. Com efeito, o crânio humano batizado como “Luzia”, cuja datação aproximada é de 11.000 anos AP, tem balizado as hipóteses mais contundentes na América do Sul, ao lado das evidências levantadas por Tom Dilleway no Chile, datadas em 12.300 nos AP (NEVES & PILÓ, 2008: 251).

3.4.1.1 - As Tradições Rupestres no Piauí e Bahia

A partir de 12.000 anos AP, próximo ao fim do pleistoceno, a ocupação humana é balizada com as evidências arqueológicas associadas a caçadores-coletores, com instrumentos líticos retocados em rochas, como o sílex e a calcedônia. No Piauí, os primeiros grafismos rupestres também estão associados com esse período, e são compostos por motivos humanos de estilo naturalístico, com cenas de movimento (ETCHEVARNE, 1999-2000), denominada por Guidon & Pessis (1995) como tradição arqueológica Nordeste (**Figura 36**), no sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada. A outra fase de ocupação do abrigo é associada em torno de 6.000 anos AP e os instrumentos são confeccionados novamente em quartzo, com pouco acabamento. A arte rupestre associada a esse período corresponde à tradição arqueológica Agreste, caracterizada pelas representações de figuras humanas e não humanas em cenas estáticas (ETCHEVARNE, 1999-2000: 118).

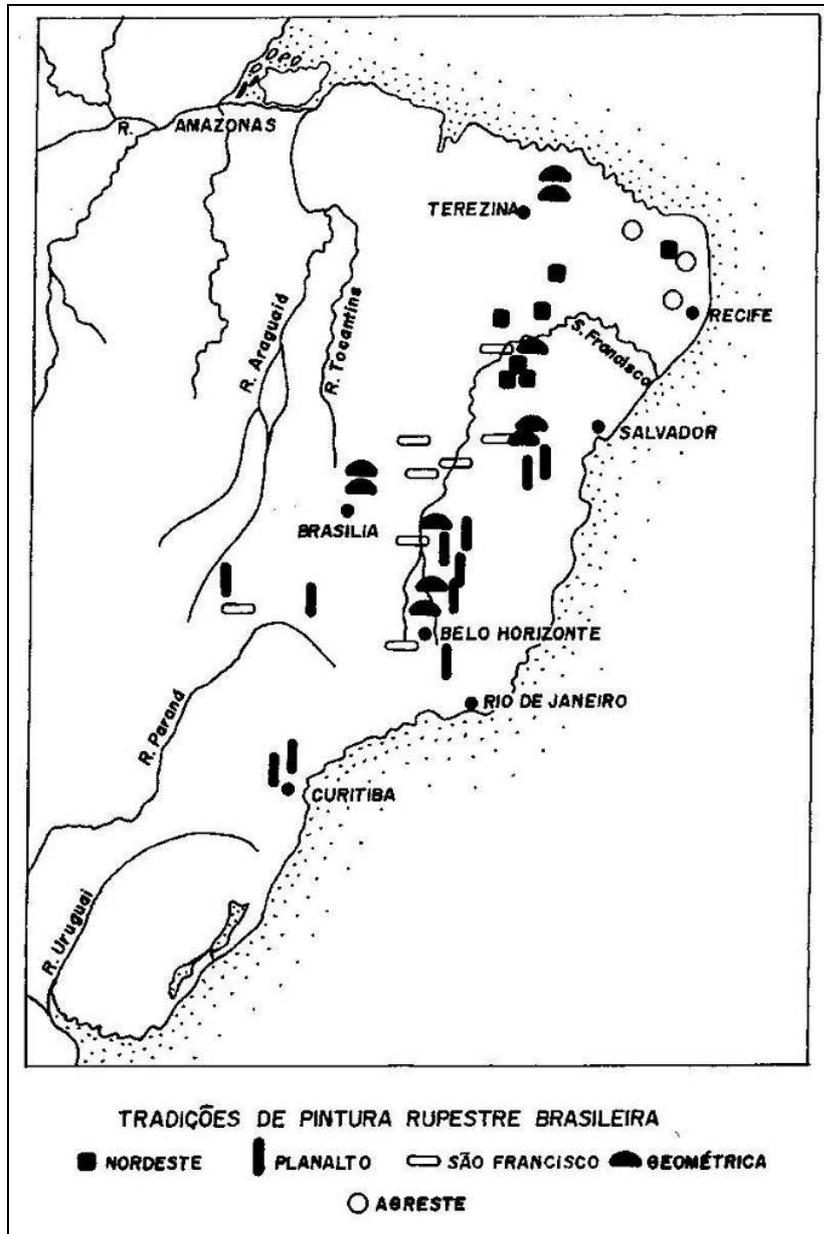


Fonte: PROUS, 1992 (adaptado).
São Raimundo Nonato/PI - a-d; e em Seridó/RN - e-g

Figura 36 - A tradição Nordeste

Na região mineira do rio São Francisco, Prous (1992) definiu a Tradição São Francisco, que se caracteriza pelos motivos geométricos de campos retangulares ou quadrangulares. A referida tradição também foi encontrada na Chapada Diamantina, na Bahia e no Vale do rio São Francisco em Sergipe (ETCHEVARNE, 1999-2000) (**Figura 37**). Na região de Jussiapé/BA, foram evidenciados em torno de 12 sítios rupestres, também associados à tradição São Francisco (COMERLATO, 2008). Gravuras em rochas - conhecidas regionalmente como itaquatiras - são comumente encontradas próximas a fontes e cursos d'água (ETCHEVARNE, 1999-2000: 128).

Na região do sudoeste baiano, durante as pesquisas do Projeto Serra Geral, que abrangeu uma ampla área entre os estados de Goiás e Bahia, Schmitz (SCHMITZ *et al.*, 1997; 1984) evidenciou grafismos rupestres em: i) campos altos e cerrados com sítios líticos a céu aberto, eventualmente acompanhados de gravuras dentro dos cursos de água e ii) na caatinga, em grutas e abrigos (SCHMITZ *et al.*, 1997: 7-10). Na região da Serra do Ramalho/Bahia, foram registrados dez abrigos calcários com arte rupestre (**Figura 38**), que a partir de análises estilísticas foram enquadradas cronologicamente no período médio da tradição São Francisco (**Figura 38**) (SCHMITZ *et al.*, 1984; 1997).

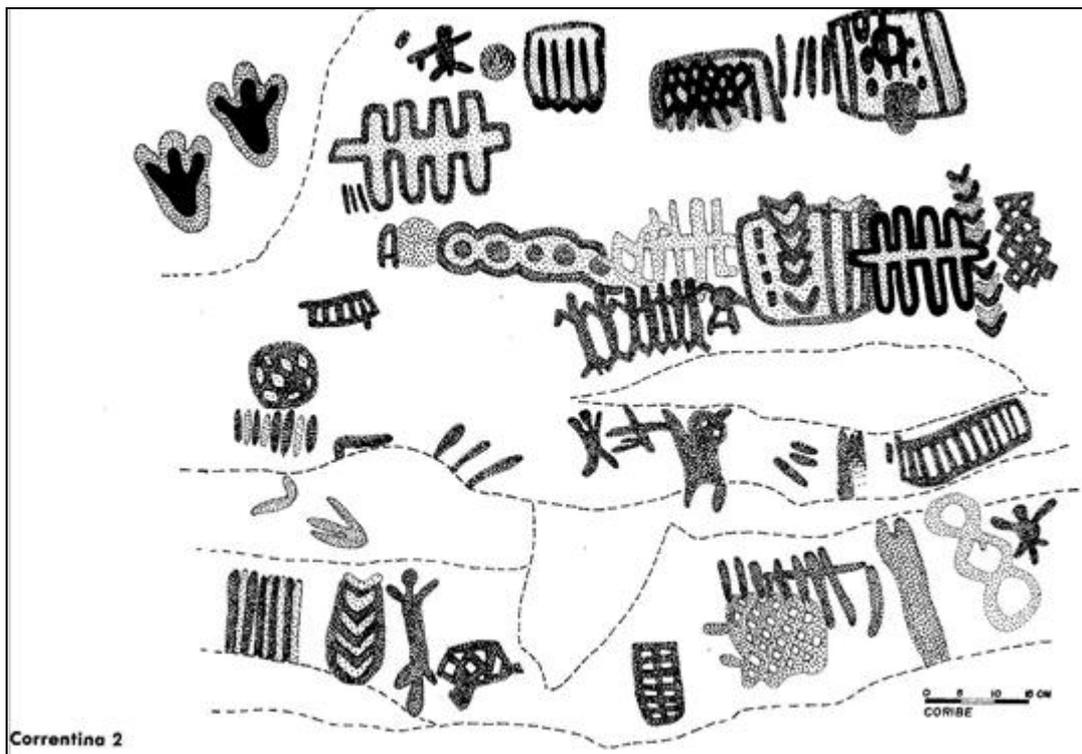


Fonte: SCHMITZ et al., 1984.

Figura 37 - Principais tradições arqueológicas de arte rupestre no Brasil.

Ao lado dos trabalhos de arte rupestre que, tal como aponta Prous (1992), limitaram-se a estabelecer quadros descritivos sobre a arte rupestre, Ribeiro (2006; 2007) realizou uma análise estilístico-comparativa de sítios rupestres do norte mineiro e sudoeste baiano. A partir desses parâmetros, a autora apresentou como resultados: i) uma periodização hipotética para a arte rupestre regional; ii) a caracterização da distribuição e uso do

espaço pelos estilos atribuídos ao período intermediário de ocupação dos suportes; e iii) a caracterização de aspectos gráficos desses estilos, cujo aparecimento e desaparecimento demarcam rupturas de padrão observadas (RIBEIRO, 2007: 117). Assim, a autora discute a viabilidade da noção de “tradição arqueológica” em termos metodológicos na arqueologia da arte rupestre.



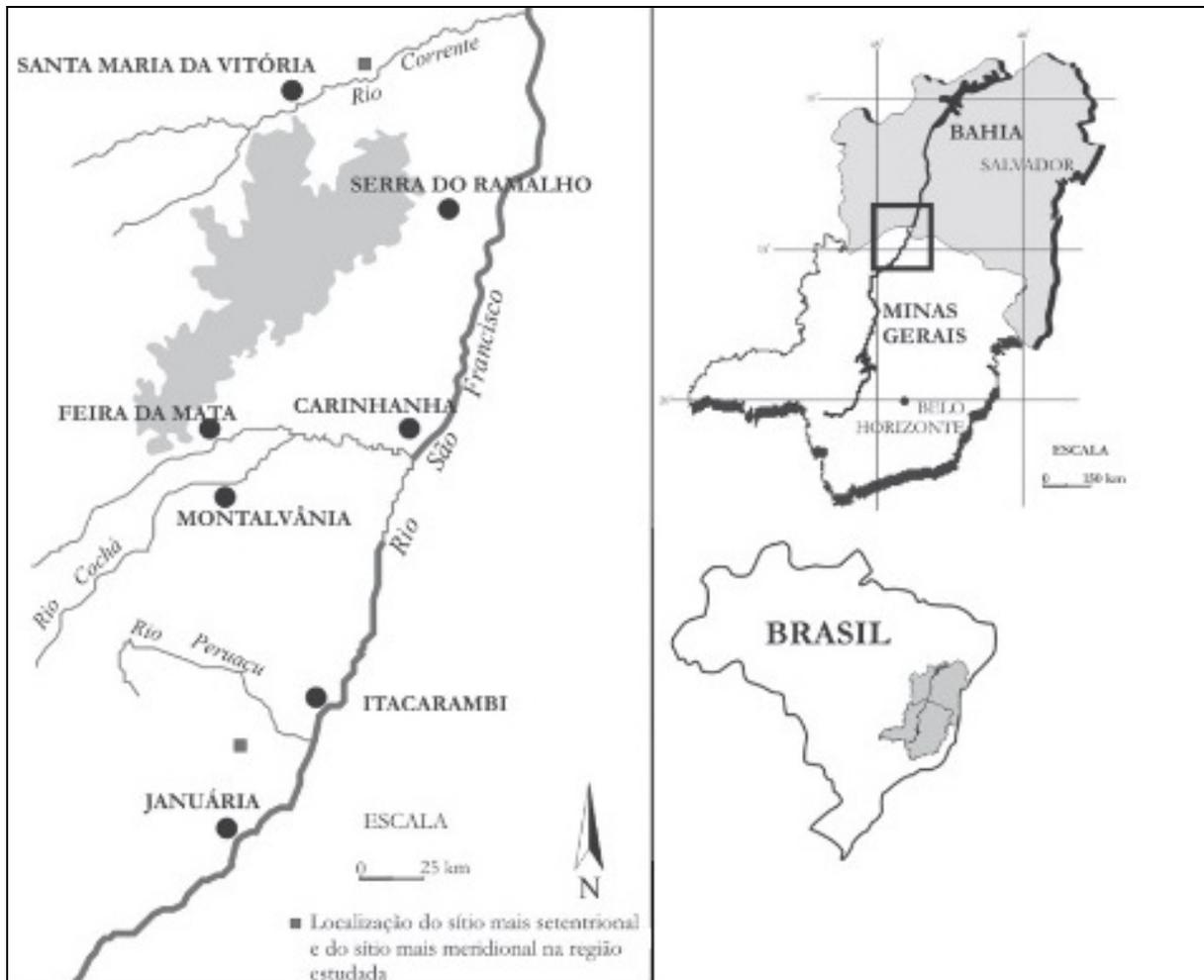
Fonte: SCHMITZ, 1984.

Figura 38 - Pannel rupestre registrado em Coribe/BA associado à Tradição São Francisco.

A noção então vigente de tradição rupestre em muito se sustenta na ideia de que os conjuntos de temas representados com mais frequência na arte rupestre são manifestações de repertórios culturais, distintos a partir dos repertórios temáticos (PESSIS & GUIDON, 2000: 21; PROUS 1992: 255). Nesta abordagem, Ribeiro (2006) observa que a arte rupestre é interpretada como reflexo passivo da orientação cultural de seus autores, onde as mudanças nos padrões de continuidade gráfica são indicativas de mudanças culturais (RIBEIRO, 2007: 142). Os estudos pioneiros da arte rupestre no Brasil foram iniciados por missões arqueológicas franco-brasileiras, por especialistas nos grafismos do paleolítico europeu, como Annette Laming-Emperaire (ROAHNY, 2013: 3). Assim, o autor

aponta que a metodologia de estudo da arte rupestre no Brasil deu primazia ao estabelecimento de unidades classificatórias como parâmetros e metas de análise, ao invés de perspectivas interpretativas - como era corrente pela arqueologia francesa na época. Isso se deve em função da grande variabilidade da arte rupestre no território brasileiro, o que inviabilizaria a orientação estruturalista de análise aplicada no paleolítico europeu (RIBEIRO, 2006 *apud* ROAHNY, 2013: 4).

A viabilidade do conceito de “tradição arqueológica” foi questionada a partir da definição de estilos regionais, isto é, da associação de características gráficas e de inscrição no espaço. Os estilos definidos foram aqueles primeiramente associados às tradições Agreste, São Francisco e Nordeste, além do Complexo Montalvânia (RIBEIRO, 2007: 129). A pesquisadora sublinha que a mobilização da categoria “estilo” ao invés de “tradição” se fez pertinente tendo em vista a associação das dimensões espaço, tempo e dos marcadores gráficos. Nesse sentido, “possíveis afiliações culturais poderiam ser melhor discutidas com a observação de relações significativas entre estilos em mais de uma destas dimensões do que a partir de relações observadas em apenas uma delas (RIBEIRO, 2007: 129). Os sítios analisados pela autora são localizados em abrigos que são distribuídos no extremo norte de Minas Gerais e sudoeste baiano. Alguns sítios localizam-se próximos ao rio São Francisco, no município de Serra do Ramalho, Bahia (**Figura 39**).



Fonte: RIBEIRO, 2007 (adaptado).

Figura 39 - Localização da área de pesquisa que abrange os estados da Bahia e Minas Gerais.

As análises gráficas e espaciais sugerem continuidade entre a Tradição São Francisco e o Complexo Montalvânia. Nesse sentido, Ribeiro (2006; 2007) propôs que as duas classificações podem estar separando manifestações culturais aparentadas, ao invés de caracterizar comunidades culturais distintas. Pinturas do Complexo Montalvânia são distribuídas de norte a sul na região em estudo. As da Tradição São Francisco, ao seu turno, concentram-se em áreas específicas no carste regional. A autora ainda observa que cada estilo ocupa um suporte preferencial, desprezados por praticantes de outros estilos:

“As pinturas de todos os estilos São Francisco estão principalmente em painéis altos e destacados; as pinturas Montalvânia estão geralmente em painéis discretos, colocados sobre superfícies de média altura, irregulares e compartimentadas; as gravuras aparecem nos suportes naturalmente polidos que estão em pisos nas zonas de penumbra dos abrigos ou nas bases de paredes. As diferenças de suporte preferencial são tão marcadas que, excluindo as sequências sanfranciscanas em alguns sítios do Peruaçu (como estilos São Francisco bem representados na Lapa do Rezar) não se conhece ainda nenhum painel que tenha sido igualmente utilizado por dois ou três destes estilos combinados” (RIBEIRO, 2007: 134).

A prática dos grafismos rupestres estaria associada com uma maneira específica de apropriação e construção da paisagem cultural local, em que se priorizariam realizações gráficas com atributos opostos a algumas características naturais do meio cárstico, onde *“[...] essa oposição podia estar relacionada a uma inversão simbólica que favorecesse a apropriação humana e socialização do meio ambiente rochoso” (RIBEIRO, 2007: 138).*

Algumas similaridades nos estilos São Francisco e Montalvânia são observadas no que diz respeito aos elementos geométricos mínimos, o que Ribeiro (2006: 268) chama de “diálogos internos”, fruto de expressões relativas a um único sistema de representações visuais - ao invés de pensar tais elementos como estilos de tradições culturais distintas.

3.4.1.2 - As indústrias líticas e os Grupos Ceramistas Pré-coloniais no Planalto Central Brasileiro

As primeiras ocupações humanas durante o holoceno no nordeste têm sido associadas aos artefatos líticos da Tradição Itaparica (**Figura 40**). Os artefatos evidenciados para o seu estabelecimento foram identificados em um abrigo rochoso, nas margens pernambucanas do rio São Francisco, conhecido como Gruta do Padre, próximo à localidade de Itaparica. As escavações nesse sítio, em 1967, possibilitaram diagnosticar quatro momentos de ocupação do abrigo, o primeiro datado em 7.600 anos AP e o último em 2.300 anos AP. Os artefatos evidenciados foram produzidos com lascas de seixos encontrados no rio São Francisco, e correspondem a instrumentos de morfologia variada, sendo de destaque a presença de raspadores semicirculares e a ausência de pontas de projétil (ETCHEVARNE, 1999-2000: 120).



Fonte: ETCHEVARNE, 1999-2000.

Figura 40 - Material lítico comumente associado à Tradição Itaparica.

Foram os artefatos plano-convexos conhecidos como “lesmas” ou “raspadores”, em seus conjuntos, aqueles tomados como diagnósticos para a identificação da Tradição Itaparica em outras áreas. A partir dessas características, Pedro Ignácio Schmitz pôde identificar tal tradição no cerrado goiano, com datações compreendidas entre 11.000 e 8.000 anos AP, também identificada em Pernambuco, no oeste da Bahia e em sítios dunares do Rio Grande do Norte. Etchevarne compreende que a presença dessa tradição em áreas ecológicas diversas pode ser explicada pela “universalidade do conhecimento tecnológico aplicado em situações ambientais com recursos distintos” (ETCHEVARNE, 1999-2000: 120).

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto Serra Geral (SCHMITZ *et al.*, 1997), entre os anos de 1981 e 1985, vieram na esteira de um conjunto de intervenções arqueológicas sistemáticas do Projeto Arqueológico Goiás, proposta que visava obter um quadro geral dos vestígios pré-históricos no estado goiano. Assim, ficou a cargo do Projeto Serra Geral levantar informações arqueológicas sobre a área do sudoeste da Bahia e pequena parte de Goiás. A abordagem desenvolvida no ambiente variado da região - a área abrange campinas em áreas altas, cerrados em zonas intermediárias e caatinga nas proximidades do rio São Francisco - permitiu levantar questões tais como a expansão da tradição Itaparica, a coleta de moluscos como marcadores de fases e as relações entre sítios em áreas abertas e em abrigos (SCHMITZ *et al.*, 1997: 8).

Os sítios levantados na área do Cerrado foram evidenciados ao longo dos rios Correntina, Formoso e Pratudão. De acordo com Schmitz *et al.* (1997: 68), todos os sítios dessa área são de superfície e caracterizados pelos artefatos líticos, em que a matéria-prima predominante é a calcedônia e o quartzito. O estabelecimento de uma cronologia de ocupação da área, bem como a análise do material lítico, não permitiu associar os sítios a nenhuma tradição arqueológica estabelecida, ainda que a tecnologia de produção de alguns sítios - que apresentaram lascas médias e grandes, retocadas em um ou dois bordos para produzir raspadeiras e lesmas - aponte similaridades com a tradição Itaparica.

As pesquisas empreendidas na área da Caatinga, ao longo do baixo curso do rio Corrente e na Serra do Ramalho, na Bahia, apresentaram maior diversidade de ocupações humanas pré-coloniais. Com efeito, a variedade de possibilidades de implantação dos sítios na paisagem - a maior parte dos 18 sítios arqueológicos identificados encontra-se em abrigos ou grutas calcárias - contrasta com aquele apresentado na área do cerrado (SCHMITZ *et al.*, 1997: 177). Nos sítios em abrigos sob rocha, os estratos arqueológicos inferiores apresentam vestígios de artefatos líticos, que o autor associa a grupos caçadores-coletores pré-cerâmicos e material cerâmico atribuído a outros agrupamentos humanos atribuídos à Tradição Una. Na parte externa do canyon conhecido como Morro Furado, na Serra do Ramalho, foram evidenciados vestígios de duas aldeias com tal cerâmica que sugere que a ocupação dos abrigos e das aldeias pode estar associada a um mesmo assentamento (*id.*). Em terrenos ondulados, distantes dos espaços enfunados dos abrigos e grutas, foram localizados apenas dois sítios cerâmicos associados à Tradição Tupiguarani. Todos os abrigos escavados possuem pinturas ou gravuras rupestres associadas à tradição São Francisco, relatada na seção anterior.

Os sítios mais antigos correspondem àqueles que apresentam material lítico atribuído a grupos caçadores coletores da tradição Itaparica, tanto no Cerrado como na Caatinga. Os sítios superficiais são evidenciados na área do planalto central que vai do rio Tocantins ao rio São Francisco (SCHMITZ *et al.*, 1997: 182). As semelhanças dos sítios são observadas não só na cultura material, mas também no que diz respeito à disponibilidade e exploração da matéria-prima. Os sítios evidenciados em abrigos corresponderiam, pois, aos locais de acampamentos de funções variadas, diferentes daquelas que o ambiente do Cerrado permitiria nos sítios a céu aberto.

Pesquisas desenvolvidas no médio curso do rio Tocantins têm explorado aspectos comuns apresentados pela indústria lítica associada à Tradição Itaparica a nível regional (BUENO, 2005). Nesse sentido, Bueno (2005-2006: 10) compara os dados relativos a sítios líticos da

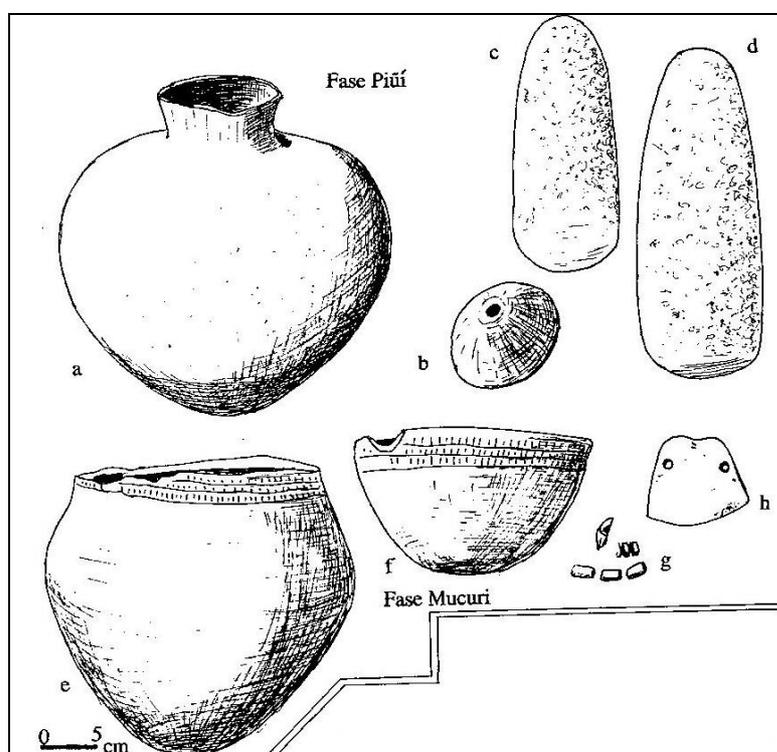
Lapa do Boquete/MG e Serranópolis/GO ao contexto analisado na região de Lajeado/TO. No contexto de Lajeado/TO, o autor explorou os dados relativos a uma área de 210 km², que abrange também Palmas/TO e Miracema do Tocantins/TO, em que foram evidenciados 110 sítios arqueológicos a céu aberto e 20 em abrigos sob rocha (BUENO, 2005-2006: 2). O autor pode observar três horizontes de ocupação dos sítios, sendo o primeiro composto por artefatos unifaciais, tais como os evidenciados nos outros contextos, com datações entre 11.000 e 9.000 anos AP. Nos horizontes 2 e 3, foi observado o súbito desaparecimento de tal indústria lítica, sendo predominante artefatos informais e formais não padronizados, bem como diferenças na qualidade da matéria-prima escolhida para o lascamento - os vestígios líticos seriam compostos por rochas amplamente disponíveis na região, como o quartzito. A partir da comparação do horizonte 1 com os contextos de Serranópolis/GO e Lapa do Boquete/MG e a mudança nos horizontes 2 e 3, Bueno avança a hipótese de que por volta de 9.000 anos AP as populações do Brasil Central compartilharam de uma série de mudanças, documentadas no registro arqueológico:

“A desaparecimento dos artefatos que caracterizamos como toolkit, associada a modificações na forma de uso e ocupação do espaço, pode indicar uma alteração ou uma fragmentação nas relações sociais dos diferentes grupos que habitaram essa região no início do Holoceno e que seria responsável pela homogeneidade tecnológica característica desse período. Essa fragmentação, por sua vez, estaria relacionada a um processo de regionalização, para o qual um dos indicadores seria a variabilidade presente entre diferentes regiões no que tange à indústria lítica, mas que seria, em todos os casos, essencialmente expediente. Assim, poderíamos dizer que a transição do Holoceno Inicial para o Holoceno Médio envolve um processo de grande mobilidade dos grupos que habitavam a região, talvez com a redefinição de territórios e das redes de contato e aliança entre os grupos, associado à fragmentação de um padrão tecnológico de ampla dispersão geográfica” (BUENO, 2005-2006: 19).

Grupos horticultores teriam sucedido os anteriormente apresentados, e no Planalto Central são identificados a partir do material cerâmico atribuído à tradição Una. Nas pesquisas do projeto Serra Geral, Schmitz *et al.* (1997: 184) ressaltam que os grupos associados a tal tradição foram evidenciados somente na área da Caatinga, em abrigos e grutas - ou próximo a elas, como ocorre no caso do canyon do Morro Furado. Desse

modo, em consonância com o evidenciado para tal tradição em outras áreas de relevo acidentado no centro e sudeste do Brasil (SCHMITZ *et al.*, 1997: 187).

Prous (1992: 336) e Schmitz *et al.* (1997: 187) apontam para o fato de que a identificação e estabelecimento da tradição arqueológica Una considera como uma “unidade cultural” um conjunto de sítios arqueológicos com características parecidas - no que diz respeito ao padrão de implantação na paisagem, por exemplo - porém, não totalmente coincidentes. No que diz respeito ao “artefato-guia” da referida tradição, Prous (1992: 336) aponta que a cerâmica Una é comumente identificada a partir do contraste com as cerâmicas atribuídas às tradições Aratu e Tupiguarani. De maneira geral, a cerâmica Una é caracterizada pela ausência de qualquer decoração, dimensões pequenas (vasilhames não excedem 22 cm de diâmetro), formas globulares ou cônicas semelhantes a cabaças (**Figura 41**). O antiplástico empregado na confecção das cerâmicas apresenta consideráveis variações, como o uso de cariapé nas evidenciadas entre Goiás e Minas Gerais e carvão na Bahia (PROUS, 1992: 337).



Fonte: PROUS, 1992.

Figura 41 - Representação dos vasilhames cerâmicos e artefatos líticos associados à tradição Una.

A variabilidade interna observada na tradição Una levou a caracterização da referida tradição em duas variedades: na variedade 'A', evidenciada em abrigos em uma área que abrange o norte mineiro, os afluentes do rio Parnaíba em Goiás e sudoeste baiano, têm-se os sítios mais antigos, com datações de 3.490 anos AP (PROUS, 1992: 333-334); a variedade 'B', por outro lado, foi estabelecida a partir dos sítios que foram evidenciados entre o sudoeste mineiro, Espírito Santo e Rio de Janeiro, caracterizada a partir da mudança no padrão de assentamento com sítios a céu aberto além daqueles localizados em abrigos com a presença de sepultamentos humanos (PROUS, 1992: 338). Deve-se ressaltar que o padrão de assentamento dos grupos pré-coloniais associados à tradição Una - ainda que pese os questionamentos sobre a viabilidade do estabelecimento de uma tradição arqueológica para sítios com marcada heterogeneidade, como foi apontado acima - faz parte de um conjunto amplo evidenciado em áreas acidentadas longe dos relevos ondulados, onde comumente são evidenciadas grandes aldeias da tradição Aratu (SCHMITZ *et al.*, 1997: 187).

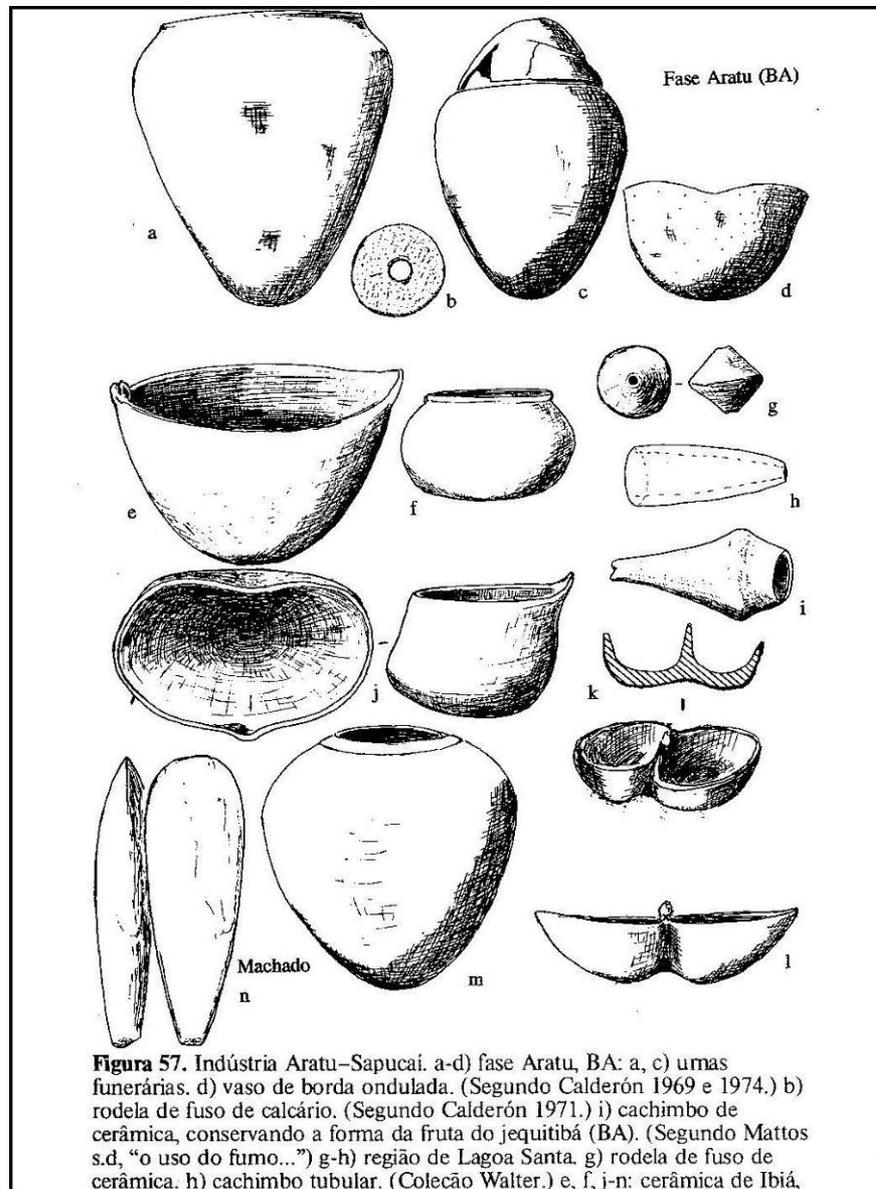
Os ceramistas pré-coloniais da Tradição Aratu

Etchevarne (1999-2000: 122) pontua que há um hiato entre os grupos ceramistas evidenciados em abrigos e grutas e o surgimento de sociedades ceramistas de grandes aldeias, associadas à tradição Aratu.

No Recôncavo Baiano, Valentín Calderón identificou uma série de sítios que possuíam cerâmica com características bastante uniformes, a partir de então, associados à Tradição Arqueológica Aratu, a partir de 1.100 anos AP (CALDERÓN, 1974). Os sítios evidenciados nessa área foram implantados em vários ambientes, tanto a encosta de pequenos morros, como as imediações do mangue (PROUS, 1992: 346). Os artefatos diagnósticos da tradição são urnas funerárias em forma de pera, com a extremidade superior mais larga em oposição à outra mais afilada, até terminar em um vértice arredondado (**Figura 42**). Comumente evidenciadas em conjunto, as urnas funerárias sugeriram aos pesquisadores delimitações de espaços das aldeias (ETCHERVARNE, 1999-2000: 123). O registro arqueológico Aratu se estende comumente em camadas entre 15 e 90 cm de profundidade do solo, de teor escuro em função da matéria orgânica decomposta nas áreas das antigas aldeias (PROUS, 1992: 347). O autor ainda sugere que os grupos associados a tal tradição ocupavam aldeias de 500 × 200 m, como se pode

evidenciar a partir das camadas, bem como pelas concentrações de materiais indicadoras de diversas habitações (id.).

Em Muquém de São Francisco, Etchervarne evidenciou 103 urnas Aratu distribuídas em uma área de 100 × 400 m (id). O autor pontua que a Tradição Aratu possui uma dispersão territorial desigual no nordeste. Além da Bahia, também pode ser evidenciada em Sergipe, Pernambuco e sul do Piauí (ETCHEVARNE, 1999-2000: 124). Em região próxima ao rio São Francisco, Fernandes (2002) registrou urnas Aratu em São Félix do Coribe/BA e Muquém de São Francisco/BA, durante salvamento arqueológico realizado em área a ser impactada por empreendimento residencial (FERNANDES, 1997). A partir do estado de conservação do registro arqueológico, o autor procurou realizar um estudo de tafonomia comparada das urnas cerâmicas funerárias. Com o objetivo de compreender os processos degradantes e atuantes sobre os contextos funerários, foram analisadas dinâmicas relacionadas com: i) os padrões e causas da fragmentação das urnas, ii) a posição dos corpos ao serem sepultados e iii) a cadeia de eventos ligados à decomposição dos corpos (FERNANDES, 2002: 292). Elementos como a característica do solo interferem no processo de rompimento e fraturas das urnas. Em São Félix do Coribe/BA, o solo arenoso, com índices mínimos de expansão e contração, minimizou as quebras longitudinais das urnas, em contraste, por exemplo, com as urnas escavadas em Muquém de São Francisco/BA, que apresentaram maiores elementos de degradação, devido ao sedimento argiloso no qual se encontrava implantado o sítio arqueológico (FERNANDES, 2002: 301). A partir do padrão de dispersão dos fragmentos cerâmicos e ósseos, o autor caracterizou a posição original dos corpos dentro das urnas do sítio Piragiba, em Muquém de São Francisco. De acordo com as observações, os corpos eram sepultados de cócoras, tendo o crânio sido evidenciado entre os membros pélvicos devido à queda em função da decomposição dos tecidos moles (FERNANDES, 2002: 302). No sítio arqueológico Pio Moura, localizado no município de São Félix do Coribe/BA, o sedimento de alto teor arenoso de baixa acidez permitiu a conservação de estruturas delicadas do sepultamento, tais como o estribo do ouvido interno.



Fonte: PROUS, 1992 (adaptado).

Figura 42 - Ilustração dos artefatos cerâmicos associados à Tradição Aratu, na Bahia.

Nos trabalhos de salvamento e monitoramento arqueológico nos municípios de Rio de Contas e Jussiape, ambos na região do semiárido baiano, foram realizadas pesquisas em 2007 nas Áreas de Influência da rodovia BA-146 (COMERLATO, 2008), que permitiram evidenciar o sítio arqueológico Marcolino. O sítio apresentou vestígios de grandes aldeias comumente encontrados no território baiano, com manchas de terra preta e urnas

funerárias. No sítio, disperso em uma área de 400 m², foram resgatadas 04 (quatro) urnas funerárias e mais de 800 fragmentos de vasilhames de menor tamanho, além de instrumentos líticos lascados (COMERLATO, 2008: 29-30). A indústria lítica associada à tradição Aratu inclui 'quebra-cocos', lascas (**Figura 43**) e machados de granito (PROUS, 1992: 347).



Fonte: COMERLATO, 2008 (adaptado).

Figura 43 - Lasca retocada em quartzito do sítio Marcolino.

Comerlato (2002: 24) aponta que o sítio teve que ser reclassificado durante a etapa de salvamento, pois à medida que se desenvolveram as escavações, foram evidenciadas estruturas remanescentes de atividades produtivas do século XX. Com efeito, dentre os 34 sítios caracterizados no trecho de 32 km do empreendimento, 11 correspondem a sítios arqueológicos históricos, com vestígios que remetem a unidades domésticas e produtivas dos séculos XVIII, XIX e XX.

3.4.1.3 - Arqueologia Histórica no Sertão e Recôncavo Baiano

Desde os anos 1990 uma série de tipos de sítios arqueológicos históricos tem sido alvo de pesquisas, uma vez que até o período, Symanski (2009: 13) aponta que era dada primazia aos sítios que apresentavam vestígios cerâmicos, associados a missões indígenas. A partir desse período, sítios associados a atividades de mineração, lixeiras coletivas, senzalas, engenhos e cemitérios foram intensamente pesquisados (SYMANSKI, 2009: 14). Nesse sentido, antigas unidades domésticas e produtivas são frequentemente analisadas com o objetivo de elucidar questões ligadas ao cotidiano doméstico dos grupos na região.

Na costa sul da Bahia, entre os municípios de Camamu, Maraú e Itacaré, pesquisas de salvamento arqueológico das obras da rodovia BA-001 (FERNANDES, 2007) permitiram evidenciar 20 sítios, sendo 16 sítios arqueológicos históricos. Dentre esses, engenhos reais³ e unidades domésticas associadas ao fim do século XIX e início do século XX. Além das estruturas construtivas, a cultura material desses contextos corresponde à tralha doméstica descartada, como louças e fragmentos de vasilhames cerâmicos de produção local/regional. O sítio Engenho Rio das Contas, no município de Itacaré/BA, corresponde a um engenho real do século XIX, em que foram evidenciadas estruturas da casa-grande, o chão batido do engenho, a fornalha para processamento de açúcar e vários fragmentos da cultura material ligada ao cotidiano doméstico, como louças importadas (COSTA, 2008: 65) e fôrmas de pão de açúcar, vidros, entre outros (**Figura 44**).

As louças, ao lado do material vítreo, são amplamente utilizadas na arqueologia histórica para obter datações relativas dos sítios arqueológicos. Atributos como pasta, coloração do esmalte e padrões decorativos oferecem parâmetro que permitem inferir os intervalos de uso e descarte das louças (LIMA, 1989). A faiança fina, por exemplo, permite associar as ocupações dos sítios para períodos posteriores a 1808, uma vez que foi a partir desse período que produtos industrializados, sobretudo ingleses, adentraram no mercado brasileiro (ARAÚJO & CARVALHO, 1993).

3 De acordo com Costa (2008), os engenhos reais correspondem “aqueles maiores e mais bem organizados, que faziam uso de água como força motriz de suas máquinas de moer, ao invés de força animal. Os engenhos hidráulicos, também denominados “reais”, durante o “ciclo” nordestino do açúcar” exigiam uma infraestrutura de alvenaria grande e onerosa; tais engenhos tornaram-se elementos associados a uma reduzida elite de grandes cabedais. A instalação destes engenhos implicava a construção de canais de adução (às vezes de represas), de fossos para a instalação da roda, e geralmente de telheiros para a cobertura dos engenhos, das fornalhas e demais elementos integrantes do conjunto (COSTA, 2008: 25).



Fonte: COSTA, 2008.

Figura 44 - Louças importadas (parte superior), fragmento de fôrma de pão de açúcar (inferior esquerda) e fundo de garrafa (inferior direita) com marca de fabricante do sítio Engenho Rio das Contas.

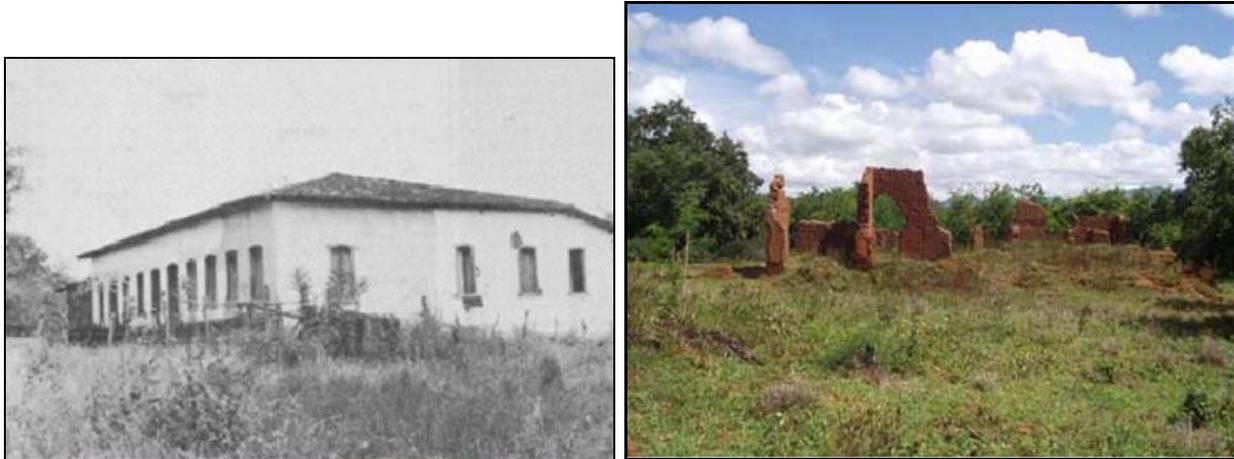
Para a área do sertão nordestino, Symanski (2008) aponta a posição periférica ocupada em relação à costa atlântica, com marcadas implicações na estrutura produtiva e na composição social:

[...] as características ambientais do sertão fizeram com que seu aproveitamento pelo sistema colonial português adquirisse uma configuração nitidamente diferenciada daquela da região costeira, tendo sido basicamente utilizado para a pecuária extensiva, combinada com agricultura de subsistência, desde a sua penetração inicial pelos portugueses nos séculos XVI e XVII (SYMANSKI, 2008: 75).

Assim, pesquisas realizadas em dois sítios arqueológicos associados ao século XIX no sertão cearense indicaram elementos significantes do comportamento material das populações sertanejas de Abaiara/CE e Brejo Santo/CE (SYMANSKI, 2008). A análise da variabilidade das louças industrializadas e cerâmicas de produção local-regional indicou a importância das esferas de produção local para a manutenção e autossuficiência dos grupos domésticos. Nesse sentido, o comportamento de consumo dos sertanejos dessa região seria marcado por uma lógica camponesa, em que o produto do trabalho na terra é trocado por itens artesanais de produção local-regional, demarcando, também, a condição subalterna desse grupo na estrutura social do sertão:

A cerâmica de produção local-regional, portanto, ainda que tivesse um valor econômico inferior ao das louças importadas, manteve um valor social muito superior ao daquelas, representando os laços, obrigações, deveres, e reciprocidade que deviam ser mantidos pelos grupos domésticos que compunham essa sociedade para garantirem a sua sobrevivência em um meio natural e social muitas vezes imprevisível (SYMANSKI, 2008: 93).

No sertão baiano, os trabalhos de salvamento arqueológico realizados entre Rio das Contas e Jussiape (COMERLATO, 2008) indicam uma diversidade de ocupações que remetem a unidades domésticas dos séculos XIX e XX. Além de engenhos, sedes de fazenda - como da fazenda Laranjeiras, próximo ao rio Baeta (**Figura 45**) - e abundante cultura material doméstica foi evidenciada na região (COMERLATO, 2008). O sítio multicomponencial Marcolino, o mais representativo da região em termos de cultura material, apresentou uma ocupação histórica correspondente a um engenho de rapadura, em ruínas, e fragmentos de louça em faiança fina e faiança portuguesa.



Fonte: COSTA, 2008 (adaptado).

Figura 45 - Fotos da sede da fazenda Laranjeiras em meados do século XX e as ruínas evidenciadas durante a pesquisa no sítio Laranjeiras.

Como se pode observar em vários contextos apresentados acima, muitos sítios arqueológicos apresentam vestígios de distintas ocupações, não necessariamente indicadoras de contato entre as populações - como é o caso de sítios multicomponenciais Aratu e histórico (COMERLATO, 2008). Por outro lado, evidências da presença de populações associadas à tradição Tupiguarani⁴ distantes da costa atlântica no nordeste atestam o possível contato com os grupos ceramistas pré-coloniais dominantes na região.

3.4.2 - Sítios Arqueológicos Registrados na Área de Pesquisa

A área de pesquisa possui uma grande variabilidade de tipologias de Sítios Arqueológicos e de diferentes filiações culturais. Esta variabilidade também é representada por uma grande extensão temporal, pois estão cadastrados no CNSA/IPHAN sítios de gravuras e pinturas rupestres representativos de ocupação humana bastante antiga em torno de 10 mil anos, até Registros Arqueológicos pós-coloniais de cerca de 200 anos. A relação dos Sítios Arqueológicos cadastrados pelo CNSA/IPHAN é apresentada dividida por estado no **Quadro 1**.

4 A tradição tupiguarani, que teria ocupado toda a costa e porção meridional do território brasileiro, tem como correlatos etnográficos povos do tronco linguístico tupi-guarani (PROUS, 1992:371).

Quadro 1 - Relação dos Sítios Arqueológicos cadastrados pelo CNSA/IPHAN na área de estudo.

Estado	Município	Sítio/denominação	Informações
Tocantins	Miracema do Tocantins	Sítio Pilão	Sítio Lito-cerâmico, o céu aberto e de superfície.
Tocantins	Miracema do Tocantins	Sítio Canaã	Cerâmico, a céu aberto e de superfície.
Tocantins	Miracema do Tocantins	Recanto (Subestação Miracema)	Cultura pré-ceramista. Sítio de extração de matéria-prima lítica (quartzito) com prepara de pré-formas. Localizado na borda leste de um patamar pré-cerâmico. Os líticos ocorrem da superfície a 60 cm de profundidade.
Tocantins	Miracema do Tocantins	Sítio Serra Alegre	Sítio em pequena elevação, pouco distante (30/50 m) da margem esquerda do Rio Providência.
Tocantins	Miracema do Tocantins	Lajeado 38	Arte rupestre - gravuras
Tocantins	Miracema do Tocantins	Serragem 1	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Serrinha	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Surucuiu 1	Sítio lítico e histórico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Surucuiu 2	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins 1	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins 3	Sítio lito-cerâmico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins 4	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Porteira	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Santa Luzia 2	Sítio cerâmico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Santa Luzia 3	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Cedro 1	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Cedro 2	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Chiquinha 1	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Chiquinha 2	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Córrego Grande 1	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Emas 1	Sítio lítico

Estado	Município	Sítio/denominação	Informações
Tocantins	Miracema do Tocantins	Emas 2	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Funilinho	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Gameleira 1	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Gameleira 2	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins 2	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins 6	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Cedro 3	Sítio cerâmico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Abrigo Mutamba	Abrigo rupestre
Tocantins	Miracema do Tocantins	Surucuiu 3	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Surucuiu 4	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins 5	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Boi 1	Sítio lítico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Bacabinha 1	Sítio de abrigo cerâmico
Tocantins	Miracema do Tocantins	Engenho São Romão	Sítio histórico de engenho de aguardente e cana de açúcar.
Tocantins	Miracema do Tocantins	São Romão I	Sítio histórico de engenho de aguardente e cana de açúcar.
Tocantins	Miracema do Tocantins	Água Fria	Sítio histórico de engenho de aguardente e cana de açúcar.
Tocantins	Miracema do Tocantins	Caridade	Sítio lito-cerâmico a céu aberto com material em profundidade e superfície.
Tocantins	Miracema do Tocantins	Monte Verde	Sítio lito-cerâmico a céu aberto com material em profundidade.
Tocantins	Miracema do Tocantins	São Judas Tadeu III	Sítio lítico a céu aberto com material em profundidade.
Tocantins	Miracema do Tocantins	São Judas Tadeu II	Sítio lítico a céu aberto
Tocantins	Miracema do Tocantins	São Judas Tadeu IV	Sítio lítico a céu aberto
Tocantins	Miracema do Tocantins	Itaúba	Sítio cerâmico a céu aberto
Tocantins	Rio dos Bois	Sítio Santana	Sítio Pré-cerâmico
Tocantins	Rio dos Bois	Sítio Santana II	Sítio cerâmico, céu aberto, em área de plantio de abacaxi.
Tocantins	Rio dos Bois	TORRE C-M 349	Sítio Pré-cerâmico

Estado	Município	Sítio/denominação	Informações
Tocantins	Pedro Afonso	Cajazeiro	Sítio Lito-cerâmico
Tocantins	Pedro Afonso	Papa Mel	Sítio Lito-cerâmico
Tocantins	Pedro Afonso	Olaria	Localiza-se em uma pequena elevação plantada com milho; feijão e mandioca, situado entre os córregos Poção e Lança Perfume, sendo também cortado pela TO-010.
Maranhão	Balsas	Fazenda Cachoeira	Oficina lítica em plataforma de laterita entre vários seixos de calcedônia, em frente a residência. Lascas espalhadas pelo bananal
Piauí	Santa Filomena	Toca do Brejo da Areia	Abrigo sob rocha com gravuras de pegadas humanas, pegadas de ave, motivos geométricos e amoladores.
Piauí	Santa Filomena	Sítio Padre João	Região com fragmentos líticos (núcleo, ponta, raspador) e cerâmicos (borda e base) de grande espessura e com decoração incisa.
Piauí	Santa Filomena	Toca dos Índios	Caverna com gravuras em toda a parte interna e nos blocos caídos no chão; com incisões, estas basicamente perfurações e linhas, algumas vezes circulares. Muitos pés humanos e pegadas de aves, inúmeras superposições, sem definição espacial.
Piauí	Corrente	Figuras	Lajedo horizontal contendo gravuras
Bahia	Angical	Missões	Ficha original sem informações.
Bahia	Angical	Curral do Sr. José Hermes	Sítio cemitério e lítico.
Bahia	Barreiras	Barreiras	Sítio em solo Sílico-argiloso. Tipo: Cemitério. Vestígios: urnas funerárias.
Bahia	Barreiras	Riachinho	Sítio do tipo Cemitério com fragmentos cerâmicos.
Bahia	Barreiras	Serra do Mimo	Sítio aldeamento. Possui material lítico e cerâmico.
Bahia	Barreiras	Toca do Caboclo	Sítio com gravuras (tridáctilos).
Bahia	Barreiras	Barreiras II	O Sítio é caracterizado por lascas e um núcleo de arenito silexificado.
Bahia	Barreiras	Barreiras I	O sítio é caracterizado por lascas bifaciais e estilhas de retoque de arenito silexificado.
Bahia	Catolândia	Boa Vista	Sítio tipo cemitério. Vestígios: uma urna funerária intacta.
Bahia	Catolândia	Catolândia	Sítio tipo cemitério. Vestígios: duas urnas funerárias inteiras.
Bahia	Catolândia	Serra do Mimo	Sítio do tipo aberto sobre rochas com pictografias e oficina lítica.
Bahia	Bom Jesus da Lapa	Quilombo de Piranhas	Fósseis humanos enterrados desordenadamente (área com esqueletos humanos material cerâmico e lítico superficiais e enterrados, além de ruínas de estruturas históricas de senzala, cemitério de escravos e engenho, conforme informação oral.
Bahia	Bom Jesus da Lapa	Fazenda Lagedo	Sítio de Arte rupestre (pinturas), apresenta material em solo argilo-silicoso.
Bahia	Macaúbas	Ponta do Morro	Sítio de pintura rupestre localizado num paredão arenítico apresentando predominância de figuras geométricas.
Bahia	Macaúbas	Carrapato	Sítio de pinturas rupestre localizado em vários afloramentos rochosos, apresentando figuras humanas, de animais, e geométricos.

Estado	Município	Sítio/denominação	Informações
Bahia	Macaúbas	Pajeú	Sítio de pinturas rupestre localizado num pequeno abrigo, apresentando figuras, de animais, e geométricos.
Bahia	Macaúbas	Pé do Morro	Sítio de pinturas rupestre localizado em um paredão arenítico, apresentando figuras humanas, de animais, e geométricos.
Bahia	Igaporã	Igaporã I	Sítio Lítico
Bahia	Caetité	Moita dos Porcos	Sítio de gravuras localizado nas paredes de um abrigo arenítico.
Bahia	Caetité	Morro do Jacaré	Abrigo sob rocha, com painel de pintura rupestre, próximo a pedreira, com áreas do abrigo já depredado.
Bahia	Livramento de Nossa Senhora	Boqueirão de Baixo	Trata-se de um abrigo calcáreo com pinturas geométricas e figurativas (zoomorfos) feitas com dedo e graveto, nas cores amarelo, vermelho e bordô.
Bahia	Livramento de Nossa Senhora	Santiago	Trata-se de um abrigo em calcário com dois conjuntos gráficos no teto e em parede vertical com figuras geométricas simples feitas a dedo em vermelho e graveto em preto.
Bahia	Livramento de Nossa Senhora	Ingrijil	Ruínas de uma civilização desconhecida. Estão localizadas em um altiplano na Serra das Almas no município de Livramento de Nossa Senhora - BA. No local aplainado existe nascente de água, menires, alicerces, morretes artificiais e uma pedra parabólica.
Bahia	Rio de Contas	Estrada Real	Sítio histórico. Via Real ligando Livramento do Brumado a Rio de Contas.
Bahia	Rio de Contas	Itatiba	Sítio de Arte Rupestre (pinturas e gravuras) e lítico com grandes quantidades de evidências de lascamento a nível de superfície.
Bahia	Rio de Contas	Galeria	Semelhante a uma caverna ou gruta, mas de formação antrópica, tem uma abertura em arco romano pleno, com inscrições em seu interior, corresponde a uma lavra de mineração subterrânea.
Bahia	Rio de Contas	Baeta	Assentamento a meia encosta com material lítico lascado em superfície. Os artefatos conformam-se em raspadores obtidos por percussão direta unipolar, sobre arenito silicificado e quartzito.
Bahia	Rio de Contas	Gameleira	Estrutura de fazenda, pouso e demais estruturas adjacentes localizadas na encosta do vale do riacho Baeta. Local de pouso de tropeiros e romeiros, próximo a Estrada Real, construído em no primeiro quartel do século XVIII.
Bahia	Rio de Contas	Alambique	Sítio com material lítico e ocupação histórica. Assentamento na baixa encosta com material em superfície, raspadores obtidos por percussão direta unipolar. Neste local, foram localizadas as estruturas da Fazenda Teixeira.
Bahia	Rio de Contas	Laranjeiras	Estrutura de fazenda em um vale, com a presença de material arqueológico em superfície e casa arruinada; casa de fazenda típico do Alto Sertão, com planta retangular sem varandas, subdividida em 3 partes: salões sociais, alcovas e salas íntimas.
Bahia	Rio de Contas	Marcolino	Sítio multicomponencial, cerâmico atribuído a Tradição Arqueológica Aratu e histórico (século XX). O assentamento pré-colonial encontra-se em um platô ao lado do rio das Furnas, principalmente na margem direita.

Estado	Município	Sítio/denominação	Informações
Bahia	Rio de Contas	Casa de Telha	Sítio lítico lascado (raspadores ogivais e laterais) em uma região plana, com forte presença de matéria prima em superfície na forma de seixos e com ocupação histórica permanente (Fazenda Cajueiro).
Bahia	Rio de Contas	Palma	Sítio lascado em área plana, atualmente usada para plantio de palma, com a presença de artefatos líticos lascados em arenito silicificado e quartzito.
Bahia	Rio de Contas	Pilões de Baixo	Sítio lito-cerâmico, trata-se de uma antiga aldeia Tupi-guarani, localizada em um platô ao lado do rio de Contas, na sua margem direita. Presença de material lítico lascado e polido, bem como fragmentos cerâmicos com decoração plástica e pintada.
Bahia	Rio de Contas	Pilões de Cima	Sítio lítico lascado, destacando-se artefatos em arenito silicificado e quartzito. O sítio encontra-se em uma área plana, caracterizada como o trecho final da baixa vertente, já no seu encontro com o vale do rio de Contas.
Bahia	Rio de Contas	Canavial	Sítio lítico lascado em região plana com baixa densidade de lascamentos sobre seixos. Possível área de captação de recursos e oficina lítica.
Bahia	Rio de Contas	Encosta	Sítio lítico situado em uma meia encosta dotada de forte inclinação, onde foram localizados choppers e outros produtos da debitage de seixos.
Bahia	Rio de Contas	Cascavel	Sítio lítico trata-se de choppers e outros objetos lascados distribuídos em meia encosta, precisamente por entre os grandes matações de granito, aflorados do solo e que demarcam um aumento da inclinação da vertente da serra.
Bahia	Rio de Contas	Brumadinho	Trata-se de um abrigo sob rocha com pinturas e gravuras rupestres em uma serra com vegetação de Gerais, tendo como curso de água mais próximo o rio Brumado.
Bahia	Rio de Contas	Igreja Santa Efigênia	A Igreja de Santa Efigênia não foi completamente construída, data do século XVIII. São encontrados os alicerces do templo, sendo possível a identificação da área do altar mor, nave central, entradas laterais e fachada.
Bahia	Rio de Contas	Fazenda Paracatu	O sítio é composto de vestígios de uma ocupação histórica com a presença de fragmentos de cerâmica roletada escovada, cerâmica vermelha de torno e faiança fina.
Bahia	Rio de Contas	Galeria II	Galeria, difícil acesso, escavada em rocha de formação maciçamente arenítica, refere-se a duas cavidades escavadas na rocha durante a mineração, provavelmente de ouro.
Bahia	Rio de Contas	Galeria III	Galeria de mineração escavada na rocha com extensão de 35 m, largura média de 1,2 m e altura de 6 m. Em alguns momentos tem expressão de vala e em outros de galeria.
Bahia	Rio de Contas	Galeria IV	Trata-se de uma cavidade escavada na rocha para exploração mineral, de fácil acesso. Na ocasião da visita a este sítio, não foi possível acesso e mensuração ao seu interior, em decorrência de estar cheio d'água.
Bahia	Rio de Contas	Galeria V	Cavidade escavada para mineração, não foi possível acesso e mensuração ao seu interior, pois seu espaço estava cheio de água.

Estado	Município	Sítio/denominação	Informações
Bahia	Rio de Contas	Casa do Minerador	Trata-se de uma pequena unidade de habitação, feita com pedras e pouca argamassa, provavelmente coberto com palha, com partido típico das casas de mineração encontradas em outras áreas da Bahia, a exemplo de Igatu, antiga Xique-Xique.
Bahia	Rio de Contas	Pedra da Acauã	Sítio de pinturas rupestre localizado em um abrigo, apresentando predominância de figuras geométricas. Em um bloco, numa das extremidades do abrigo, existem algumas gravuras ("cupules").
Bahia	Jussiape	Estácio	Sítio lítico lascado, trata-se de uma cascalheira em que são vistos inúmeros lascamentos para a produção de choppers, raspadores e lascas.
Bahia	Jussiape	Sítios dos Bichos	Sítio lítico trata-se de uma cascalheira dentro da qual se utilizaram seixos para a execução de lascamentos e de artefatos. A cascalheira acompanha uma suave inclinação desde a sua baixa vertente até o seu topo, local onde escasseiam as rochas.
Bahia	Jussiape	Caracão	Sítio lítico lascado localizado em uma colina, com raspadores elípticos e choppers em arenito silicificado e quartzito. Destacamos a presença de um caldeirão natural na própria rocha da pedreira, que acumula água no período das chuvas.
Bahia	Jussiape	Pedra da Tapera	Abrigo em alta vertente, em rocha granítica apresentando dois painéis de pinturas em vermelho, amarelo, preto e branco. As figuras são em sua maioria geométricas e representações humanas com muitas superposições.
Bahia	Jussiape	Pedra do Chapéu	O sítio em forma de cogumelo com pequenas dimensões, é de rocha granítica com algumas paredes pintadas com representações geométricas em vermelho e branco.
Bahia	Jussiape	Lapão	Trata-se de um abrigo sob rocha granítica com três painéis de pinturas em vermelho; muito depredado com vandalismo feito em carvão.
Bahia	Jussiape	Buraco da Onça	Trata-se de um abrigo sob rocha granítica em baixa vertente ao lado do riacho do Espinho, com pinturas rupestres predominando representações geométricas e humanas.
Bahia	Jussiape	Tapera	Sítio de pintura rupestre localizado em um abrigo de granito, predominância de figuras geométricas.
Bahia	Ibicoara	Mangada do Zé Mineiro	Sítio Arqueológico histórico composto por edificação de muro de pedra, por meio de "junta seca" de blocos de arenito encontrados na região de dimensões 0,45 x 0,30 m. Possui cerca de 600 m de extensão e 1,5 m de altura.
Bahia	Santa Teresinha	Morro do Jatobá	Sítio de pinturas em abrigo.
Bahia	Itatim	Conflito	Sítio de pinturas rupestres em inselbergues.
Bahia	Itatim	Leteiro	Sítio de pinturas rupestres em abrigo em inselbergues.
Bahia	Itatim	Pedra Grande	Sítio de pinturas rupestres em inselbergues.
Bahia	Itatim	Torre Pintada	Sítio de pinturas rupestres em inselbergues.

Na área de pesquisa estão cadastrados 115 sítios arqueológicos, sendo 49 no estado do Tocantins, 1 (um) no estado do Maranhão, 04 (quatro) no estado do Piauí e 61 no estado da Bahia.

Dos 47 municípios atravessados, 19 possuem registro de sítios. Os demais 28 não possuem Sítios Arqueológicos cadastrados pelo CNSA/IPHAN.

A densidade de sítios por município, ao longo do traçado do empreendimento, é apresentada no **Apêndice 1**.

3.4.3 - Contexto Ethnohistórico

Estudo sobre a emigração de povos, a interação étnica desses povos com outros grupos, a adequação às novas regras definidoras de papéis sociais e a criação de novos ambientes a partir de distintas intenções necessitam ser investigadas a partir de fontes diversas. A observação das relações que o ser humano estabelece com o meio ambiente, bem como dos resultados materiais dessas relações, demanda um esforço para buscar a compreensão não de um ou outro objeto, mas sim do contexto⁵ no qual tais objetos se originam e como se inter-relacionam.

Neste levantamento etno-histórico busca-se abordar, de maneira geral, as populações existentes na macro área compreendida pelo norte do estado do Tocantins à leste do estado da Bahia, de modo que seja possível evidenciar a história de povoamento da área, desde o contato dos habitantes nativos com os colonizadores europeus até momentos da história mais recente.

Além desses grupos, existem indígenas provenientes de diversas etnias e troncos linguísticos, bem como apenas o relato histórico que reporta aqueles que teriam vivido antes da chegada de povos de origem mestiça ou/e européia.

Historiadores afirmam que antes da chegada dos europeus à América havia aproximadamente 100 milhões de índios no continente (RAMINELLI, 1994). Só em território brasileiro, esse número chegava a 5 milhões de nativos, aproximadamente. Estes

⁵ A arqueologia não é, contudo, simplesmente o estudo da descoberta de objetos individualmente - é também o estudo do contexto no qual os objetos são encontrados e como isto se relaciona a outros materiais escavados. Além disso, toda a evidência que o arqueólogo estuda é indireta: artefatos provêm a base para a inferência sobre aspectos particulares do comportamento, ao invés de evidências diretas" (SINGLETON, 1996:142).

índios brasileiros estavam divididos em tribos, de acordo com o tronco linguístico ao qual pertenciam: tupi-guaranis (região do litoral), macro-jê ou tapuias (região do Planalto Central), aruaques (Amazônia) e caraíbas (Amazônia).

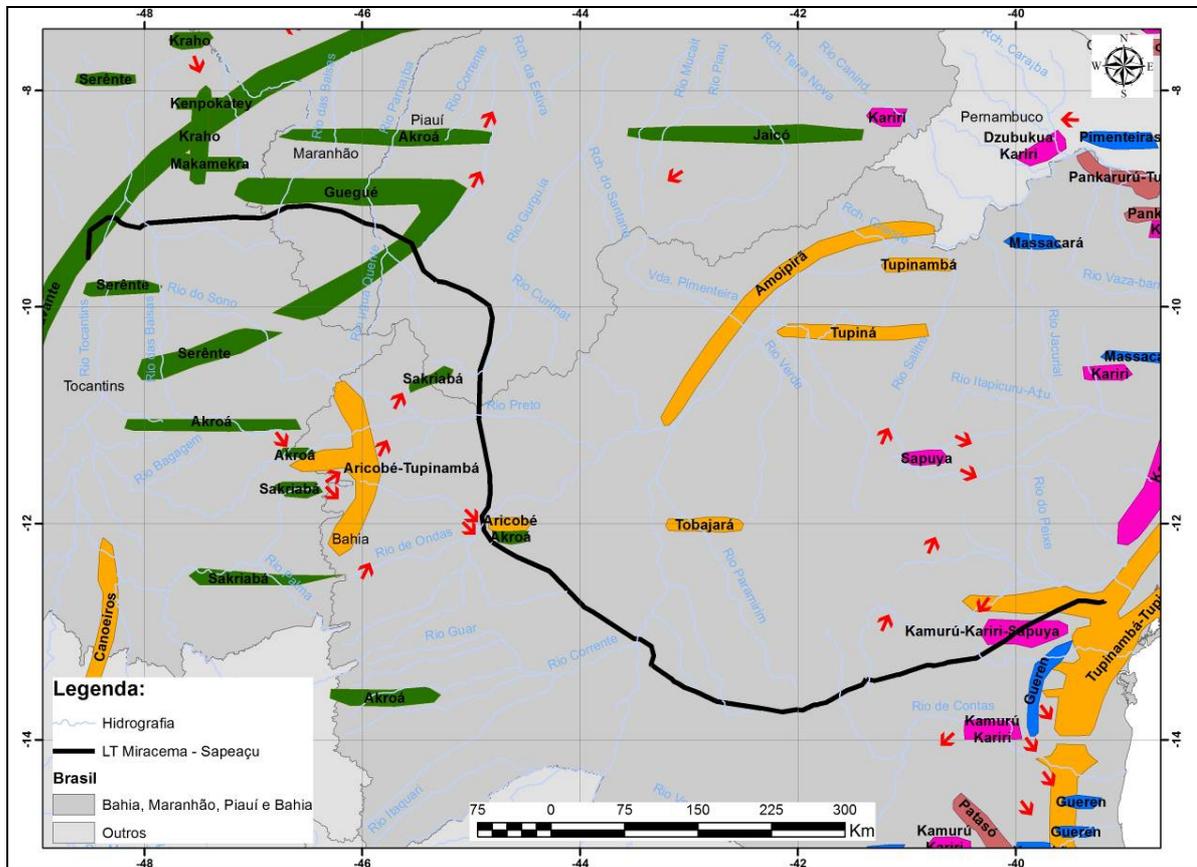
Atualmente, conforme os dados do censo demográfico de 2010, a população indígena soma 896 mil pessoas, o que corresponde a 0,47% da população brasileira, porém, representam uma grande sociodiversidade. São 305 povos indígenas com cerca de 274 línguas e sociedades diferenciadas, vivendo em milhares de aldeias espalhadas de norte a sul do país, presentes em todos os estados, com exceção do Rio Grande do Norte e Piauí⁶.

O contato com o homem branco fez com que muitas tribos fossem dizimadas. As terras indígenas são propriedades da União, de posse coletiva das etnias que as ocupam, as quais detêm legalmente o direito a seu usufruto exclusivo, encontrando-se em graus variados de reconhecimento pelo Estado.

A **Figura 46** é uma adaptação do mapa de Nimuendajú (ZARUR, 2009:03) no qual são considerados apenas as delimitações do projeto da Linha de Transmissão. Nele pode-se verificar que, dentre as etnias existentes nesses estados, os estudos de Nimuendajú, realizados no início do século XX, já apresentavam uma tendência à diminuição. Hoje estima-se que grande parte desses grupos seja ainda menor, ou inexistente.

A correlação com os dados do IBGE, relacionados ao surgimento e constituição das cidades, aponta as etnias existentes na atualidade em relação àquelas que existiam na época que a área começou a se desenvolver enquanto município (**Quadro 3**). Este é um meio de se constatar que muitas das etnias existentes na época em que surgiram as cidades, não mais existem, ou então, migraram, como é o caso de Pedro Afonso, no Tocantins; Santa Filomena, Gilbués e Monte Alegre do Piauí, no Piauí; Santana, Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Macaúbas, Caetité, Marcionílio Souza, Maracás, Planaltino e Santa Teresina, na Bahia.

6 http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editorial/Pdf/encarte_censo_indigena_01%20B.pdf
Consultado em: 02/08/2013 e http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf Consultado em: 02/08/2013.



Fonte: ZARUR, 2009:03.

Figura 46 - Mapa de Nimuendajú com as delimitações do projeto da LT apresentando a presença de grupos indígenas da família linguística Macro Jê no início do traçado no século XVIII e no final Tupi também no mesmo período.

No **Quadro 2** são apresentadas informações sobre as primeiras populações identificadas nos registros históricos dos municípios indicados para este levantamento.

Quadro 2 - Etnias indígenas nos municípios atravessados pelo empreendimento.

Nº	Município	Estado	Primeiros Habitantes	Dados Recentes
1	Miracema do Tocantins	Tocantins	Xerente	Xerente
2	Miranorte	Tocantins	Português	-
3	Rio dos Bois	Tocantins	Português	-
4	Pedro Afonso	Tocantins	Xerente e Krahô	Xerente e Krahô
5	Centenário	Tocantins	Recente (1960)	-
6	Lizarda	Tocantins	Piauenses	-
7	Balsas	Maranhão	Migrantes outros Estados	-

Nº	Município	Estado	Primeiros Habitantes	Dados Recentes
8	Alto Parnaíba	Maranhão	Migrantes outros Estados	-
9	Santa Filomena	Piauí	Pimenteiras e Cheréns	-
10	Gilbués	Piauí	Cheréns	-
11	Monte Alegre do Piauí	Piauí	Tapuias e Gilbueses	-
12	Corrente	Piauí	Português	-
13	Cristalândia do Piauí	Piauí	Migrantes outros Estados	-
14	Riacho Frio	Piauí	Pimenteiras, Cheréns, Acoroás, Macoazes e Rodelleiros	-
15	Sebastião Barros	Piauí	Português	-
16	Santa Rita de Cássia	Bahia	Guerém	-
17	Riachão das Neves	Bahia	Português	-
18	Angical	Bahia	Português	-
19	Barreiras	Bahia	Acroás e Mocoás	Acroá
20	Catolândia	Bahia	Acroás	Acroá
21	Baianópolis	Bahia	Português	-
22	Brejolândia	Bahia	Português	-
23	Tabocas do Brejo Velho	Bahia	Português	-
24	Serra Dourada	Bahia	Acroás	-
25	Irajuba	Bahia	Português	-
26	Itatim	Bahia	Português	-
27	Santana	Bahia	Tupiniquins	-
28	Sítio do Mato	Bahia	Recente (1980)	-
29	Bom Jesus da Lapa	Bahia	Tapuias	-
30	Riacho de Santana	Bahia	Canindés	-
31	Macaúbas	Bahia	Tuxás	-
32	Igaporã	Bahia	Português	-
33	Caetité	Bahia	Tupinaens e Pataxós	-
34	Livramento de Nossa Senhora	Bahia	Português	-
35	Rio de Contas	Bahia	Português	-
36	Jussiapé	Bahia	Português	-
37	Ibicoara	Bahia	Português	-
38	Iramaia	Bahia	Português	-

Nº	Município	Estado	Primeiros Habitantes	Dados Recentes
39	Marcionílio Souza	Bahia	Maracás	-
40	Maracás	Bahia	Maracás	-
41	Planaltino	Bahia	Maracás	-
42	Nova Itarana	Bahia	Recente	-
43	Brejões	Bahia	Migrantes outros Estados	-
44	Milagres	Bahia	Recente - divisão territorial	-
45	Santa Teresinha	Bahia	Cariris	-
46	Castro Alves	Bahia	Recente - questão escrava	-
47	Sapeaçu	Bahia	Tupinambás	Tupinambá

Fonte: www.ibge.gov.br/cidadesat, www.icmbio.gov.br, www.portal.to.gov.br e www.socioambiental.org.

Em seguida são apresentadas informações sobre os grupos indígenas citados no contexto anterior.

Xerente

Os Xerente são jês centrais, mas são considerados neste setor, junto com timbiras e apinajés, devido ao prolongado contato que com eles mantêm desde meados do século XIX (MELATTI, 2011:02).

Os Xerente habitavam nas proximidades do rio Tocantins. A partir de 1785, viveram sob constante contato interétnico com não indígenas. A fase de conflito se inicia a partir da publicação de uma Carta Régia em 1811, pelo Príncipe Regente D. João. A partir daí, permite-se a ocupação do território Xerente, além da ação armada e escravização de prisioneiros.

Os povos Jê do Brasil Central foram intensamente estudados por Nimuendaju, na década de 1930 (SCHROEDER, 2006:05), de modo que foram considerados exemplares de organizações dualistas. Os estudos ganharam outras vertentes, quando Lévi-Strauss propôs que o dualismo era, na verdade, um triadismo subjacente (Ibdem).

Posteriormente, nos anos 1950, foram pesquisados por David Maybury-Lewis, que notou que o dualismo Jê não se relacionava com alianças matrimoniais, mas sim pela distinção entre público e privado, nome e corpo, centro e periferia, dentre outras oposições.

Os Xerente falam língua muito próxima à dos xavantes e certamente tinham uma organização muito semelhante. Porém, devido às situações de conflito, se dividiram em Xavante e Xerente (SOUSA, 2007).

Em 1824, os Xavante decidiram isolar-se, migrando da bacia do Tocantins para os campos do rio das Mortes, em Mato-Grosso, enquanto os Xerente se fixaram na margem direita do rio Tocantins. A partir de então, passaram a ter um contato cada vez maior com a língua portuguesa, pois apresentavam uma menor resistência quanto à presença do homem "branco" na região.

Posteriormente, as diferenças linguísticas entre os grupos Xavante e Xerente acentuaram-se, o que acabou provocando o surgimento de duas línguas diferentes, a língua Xavante e a língua Xerente.

Esta fase de conflito permanece até o início dos aldeamentos, em 1851. A partir dos aldeamentos, os Xerente adotam novas estratégias de convivência com os não índios.

Os estudos sobre os povos Jê apontam como sua característica principal a convivência de um sistema tecnológico "simples" - adaptado às condições ambientais - com um sistema sociocultural extremamente complexo. Tais sistemas organizam-se através de um dualismo estrutural que se manifesta por uma multiplicidade de metades nos planos sociais.

No caso dos Xerente, a base deste ordenamento está centrada em uma divisão em duas metades sócio cosmológicas - *Doí* e *Wahirê* - associadas, respectivamente, ao Sol e Lua, que são os heróis míticos fundadores da sociedade Xerente. A onça (*huku*) também faz parte da mítica Xerente, já que foi responsável por ensinar-lhes o uso do fogo.

As duas metades e seus respectivos clãs possuem entre si uma rede de deveres e obrigações recíprocas. As metades, os seis clãs e as linhagens que os constituem são patrilineares, isto é, passam de pai para filho, de avô paterno para neto, ou, sobrinho-neto.

Outro mecanismo fundamental para a identificação e localização dos Xerente em seu universo sociocultural é dado pela pintura corporal. São dois os motivos pictóricos básicos que orientam essa forma de identificação: o traço, indicando que os indivíduos pertencem

a um dos clãs da metade Wahirê (**Figura 47**) e o círculo, que identifica a pertença aos clãs da metade *Doí*. Os adultos Xerente pintam seu corpo só em ocasiões cerimoniais. As crianças, por outro lado, são pintadas cotidianamente. As pinturas entre os adultos podem estar relacionadas a várias esferas da organização social e cerimonial - classes de idade, partidos da festa, partidos da tora, casamentos, funerais, etc.

Nas famosas corridas de tora de buriti (**Figura 48**), reafirmando a sempre presente divisão dual entre os Xerente, cada um dos times - Steromkwá e Htamhã - carrega uma tora esculpida e ornamentada com motivos relacionados respectivamente às figuras da sucuri e do jabuti. Um dos atributos dos pajés é o de ornamentar as toras, para solicitar a proteção dos espíritos da mata.



Fonte: http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Xerente_1809a.JPG

Figura 47 - Jovem Xerente apresentando motivos pintados no corpo, referentes aos clãs da metade Wahirê.



Fonte: <http://www.flickr.com/photos/oswaldoforte/4090978520/>

Figura 48 - Corrida de tora de buri.

Com os processos de evangelização missionária - católica e protestante - os Xerente têm incorporado e reelaborado valores destas religiões, sem, no entanto, abandonar os seus. Prova disso é a participação ativa dos pajés na vida social e política do grupo. Afora 03 (três) grandes aldeamentos (Funil, Salto e Porteira) que ainda se mantêm (com mais de 150 pessoas cada um), atualmente, as demais aldeias Xerente contam com um número que varia de 10 a 50 pessoas.

Krahô

Os Krahô falam uma língua Timbira, que também inclui os Ramkokamekrá, os Apaniekrá, os Krikati, os Pikobyê, todos do Maranhão, os Gavião (no Pará) e os Apinajé (Tocantins) (REIS, 2012:75). Atualmente, existem aproximadamente 2.463 habitantes Krahô⁷, ocupantes de uma área de 320.000 ha situada no norte do estado do Tocantins.

7 Funasa, 2010.

Relata-se que entre essas tribos Timbira, existem semelhanças culturais, uma vez que eles falam línguas muito semelhantes, apesar de que os Apinajé, a única tribo a oeste do Tocantins, é a que mais se diferencia delas, razão pela qual são também classificados como Timbira Ocidentais, em contraposição a todas as demais, consideradas Timbira Orientais (MELATTI, 2011).

Os índios Timbira são parte da família linguística Jê, assim como os Kayapó, os Suyá (Mato Grosso), os Akuen - Xavante (Mato Grosso) e Xerente (Tocantins), os Kaingang (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e os Xokleng (Santa Catarina). Estes índios, por sua vez, são parte do tronco linguístico Macro-Jê, junto com os Bororó (Mato Grosso), os Karajá (Goiás), os Maxakali (Minas Gerais) e os Fulni-ô (Pernambuco). Suas aldeias apresentam estrutura circular, com habitações em torno de uma área vazia (**Figura 49**). Neste pátio central (Ka), se reúnem para dividir o trabalho e tomar as decisões da comunidade. Cada casa normalmente abriga mulheres que ali nasceram e os seus maridos.



Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kraho/440>.

Figura 49 - Estrutura circular das casas.

Geralmente, após a morte do sogro, um dos genros fica com a casa, enquanto os demais, acompanhados de suas esposas e filhos, constroem outras ao lado da mais antiga. Isso permite a distinção de três grupos de residência, um encaixado no outro. O menor deles é a família elementar, formada pelo casal e seus filhos (MELATTI, 1999)⁸.

Os *hotxuás* (**Figura 50**), que são os palhaços sagrados da etnia, representam um elemento de equilíbrio para os índios Krahô. O *hotxuá* não é um personagem e sim uma função social que alguns escolhidos têm o privilégio de possuir. Esta função é propagada pelo nome, considerado o maior bem que um Krahô pode possuir. Sendo assim, quando um recém-nascido recebe o nome de um *hotxuá*, seja do pai, do tio ou de um amigo da família, a criança será *hotxuá*.



Fonte: <http://www.revistamoviola.com>

Figura 50 - Hotxuás.

Os palhaços brincam com as possibilidades de ver a vida sob ângulos distintos, desenvolvendo um importante papel no cotidiano da comunidade. Os demais membros da comunidade nutrem pelos *hotxuás* um grande respeito e afeto. Os *hotxuas* são maquiados com tintas extraídas do urucum, do jenipapo e de pó de giz.

⁸ <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kraho>

Akroá

Inicialmente, é feito um recorte ao estudar a história dos Akroá nas fronteiras do sertão, privilegiando as áreas do sul do Piauí e o então norte de Goiás entre o final do século XVII até 1745 (APOLINÁRIO, 2003:85).

Os Akroá faziam parte da família Jê e a língua que esse povo falava era a Akuen. No norte da capitania de Goiás do século XVIII, encontravam-se nas margens dos rios Sono, Manuel Alves, Palma e ribeiras do Paranã, todos à direita do rio Tocantins. No Piauí, os Akroá foram contactados na região do Pernaguá nas margens do rio Gurguéia e no sertão de Gibués.

Os primeiros conflitos interétnicos entre Akroá e colonizadores ocorreram na região do sul do Piauí nas últimas décadas do século XVII. É nesse período que finda a guerra dos portugueses com os holandeses no nordeste do Brasil. A partir de então, se intensificaram as frentes de expansão da pecuária pelo sertão nordestino. A economia criatória que se formou no sertão era extensiva, pois *“...a condição fundamental da sua existência e expansão eram a disponibilidade de terras. Daí a rapidez com que os rebanhos penetraram no interior, cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins...”* (FURTADO, 1991, p. 58).

O principal elemento da cultura Akroá identificado nos documentos setecentistas é a ação contínua de guerra, que poderia ter uma conotação não só de defesa territorial, mas de caráter cultural de *“vingança”* (APOLINÁRIO, 2003: 92).

Para Giralдин, a vingança entre os Tupinambá era interminável diante dos inimigos, entretanto, para os Jê, a relação com uma sociedade inimiga necessitava de medidas conclusivas como uma forma de compensar mortes e perdas dos seus parentes acarretadas pelos conflitos com os seus inimigos (GIRALDIN, 1997: 51 *apud* APOLINÁRIO, 2003).

Tupinambá

O primeiro contato entre índios e portugueses em 1500 foi de muita estranheza para ambas as partes. As duas culturas eram muito diferentes e pertenciam a mundos completamente distintos. Os Tupinambá estão dentre os grupos tribais Tupi que, na

época da colonização do Brasil, entraram em contato com os homens brancos no Rio de Janeiro e na Bahia, depois povoaram o Maranhão, o Pará e a Ilha dos Tupinambarana.

O que se sabe sobre o primeiro encontro provém da carta de Pero Vaz de Caminha:

“E o Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte.

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio [...]

Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita a modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber.” Edição de base: Carta a El Rei D. Manuel, Dominus: São Paulo, 1963.

O antropólogo Florestan Fernandes, baseado em fontes quinhentistas e seiscentistas referentes a toda a costa da América Portuguesa, apresenta os elementos responsáveis pela consolidação de uma liderança Tupinambá: a vingança devida a um ancestral - solidificada pelo canibalismo - e a família extensa - grande quantidade de mulheres, filhos, filhas e cativos (ROCHA, 2012:02).

Conforme o autor, a chance para ser aceito como noivo dependia do *currículum guerreiro* de um homem. Para acrescentar esposas a sua casa, o homem deveria proceder à rotinização do carisma, isto é, realizar ações guerreiras e, principalmente, o maior

número de sacrifícios possíveis - a vingança antropofágica devida a um parente ou ancestral morto pelos inimigos. Portanto, não era a guerra em si que conferia prestígio ou carisma ao indivíduo, mas, sim, a conexão das atividades guerreiras com o sistema mágico-religioso Tupinambá.

O valor religioso da guerra (vingar os parentes ou antepassados) ocultava a competição por mulheres (ou “riquezas”, como parece as descrever alguns cronistas). Assim, a interdependência entre guerra e poligamia “fazia com que a poliginia fosse o elemento estrutural de maior peso na determinação (inconsciente) das impulsões sociais que conduziam aqueles nativos à guerra e à execução dos inimigos” (FERNANDES, 1952 *apud*, ROCHA, 2012:03). Por outro lado, com matrimônios sucessivos, um homem poderia ligar-se a várias parentelas, estendendo sua influência a diversos grupos locais, de modo a formar um bando guerreiro.

Claude d’Abbeville escreveu em 1614 que os Tupinambás:

“Não fazem guerra para conservar ou estender os limites do seu país, enriquecerem-se dos despojos e roubos dos seus inimigos, e sim por honra e vingança somente. Quando julgam-se ofendidos pelas outras nações, próximas ou remotas, ou quando se recordam que seus parentes e amigos foram aprisionados e comidos noutra tempo por seus inimigos, animam-se uns aos outros para fazerem guerra, e assim vingarem a morte de seus semelhantes”
(D’ABBEVILLE, 1614 *apud* ROCHA, 2012:04).

Todos os povos Tupi constituíam ramos de um mesmo tronco e provavelmente tiveram um mesmo centro de dispersão. Eles tiveram um relevante papel na conquista e colonização do litoral brasileiro. Membros de um subgrupo do povo Tupi e pertencente à família linguística dos Tupi-guarani estavam distribuídos pela costa brasileira, nas regiões dos atuais estados da Bahia e Rio de Janeiro.

Após a chegada dos europeus na costa brasileira, os portugueses foram obrigados a aprender as línguas aborígenes nativas para possibilitarem a convivência com os nativos, assim como a colonização do território. Os que também precisavam conhecer e dominar as línguas indígenas foram os missionários jesuítas chegados ao Brasil no começo de 1549. Estes as usavam para catequizar as tribos e assim converte-las aos valores europeus.

Uma das línguas tupi, Tupinambá, servia de base para a criação da língua geral, a língua mais usada pelos habitantes do Brasil naquela época, quer pelos índios, quer pelos portugueses, que assim conseguiam comunicar com os nativos (BIZIKOVÁ, 2008:20).

Foram os primeiros indígenas a entrar em contato com os viajantes franceses no decorrer do século XVI, sendo objeto de uma série de relatos, devido à surpresa que o modo de vida e a cultura indígena despertaram nesses viajantes. Os índios Tupinambá foram dados como extintos desde o século XVII, mas tiveram o seu reconhecimento oficial pela FUNAI, em maio de 2002, e agora querem resgatar a cultura e preservar a história do grupo. Atualmente, existem aproximadamente 3.700 índios cadastrados em 23 diferentes comunidades que compõem a Aldeia Tupinambá de Olivença (VIEIRA, 2003).

3.4.4 - Contexto Histórico: Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia

Tocantins

Tanto no Brasil como em outros países, os rios foram os caminhos naturais para o conhecimento do interior, nas fases de “descobrimento” e colonização. Utilizados para a penetração no território, contribuíram de forma significativa para a expansão da fronteira brasileira no período colonial, servindo-se deles tanto os religiosos em busca de povos indígenas para a catequese, quanto os bandeirantes, também no aprisionamento de indígenas para serem utilizados como mão de obra, e na procura por metais preciosos.

O rio Tocantins se encaixa nesse contexto, uma vez que servia não só como fonte de alimentação e de vida, mas também como fator decisivo na interiorização e povoamento do Brasil (ABREU, 1982:106). Entretanto, antes deste povoamento, já havia outras populações nativas nesta área, como foi exposto no mapa criado pelo etnógrafo Nimuendajú, em 1944 (ZARUR, 2009:03). Dos grupos que vivem no estado, ou mais precisamente na área delimitada pelo que vem a se constituir a borda oriental e sudestina da Amazônia chamada de Tocantins - Xingu, encontram-se os timbira, apinajé, xerente, caiapó, xavante, carajá, tapirapé, tapuio e avá, dentre outros grupos (**Figura 51**).

O rio Tocantins já era conhecido e navegado por bandeirantes e jesuítas desde o século XVI, no qual recebera as primeiras bandeiras e fora povoado nas suas margens, fato este intensificado no século XVII.

Com a queda da produção aurífera, a região permaneceu pouco povoada, desde o final do século XVIII até a segunda metade do século XX, quando foi construída a rodovia Belém-Brasília (*Ibdem*: 05), apesar de que grupos formados por escravos negros passaram a entrar neste espaço.

Na Amazônia, a escravidão e o tráfico de negros ganharam expansividade no século XVIII (SALLES, 1971), mas esse processo foi acompanhado pela resistência na substituição da escravidão do gentio, bem como constantes fugas e formação de quilombos (PINTO, 2001:331). Neste ínterim, a região do Baixo Tocantins despertava interesse nos escravos, pois parecia ser uma alternativa para aqueles que se mostravam contra o regime implantado na Província do Grão-Pará (*Ibdem*, 336).

A maioria das comunidades de fugitivos estabeleceu-se em regiões não totalmente isoladas das áreas de cultivo, de modo que fosse uma estratégia econômica que permitia a realização de pequenas trocas mercantis entre quilombolas, escravos e taberneiros, de modo que formavam outros miniquilombos na região tocantina (GOMES, 1994:11).

O declínio da mineração, no século XVIII, pode ter ocorrido devido ao fato de que as minas estavam quase totalmente exauridas, principalmente com o esgotamento do ouro de aluvião (DUARTE *et al.*, 2010:03).

Com a crise instaurada, ocorreu uma revalorização da atividade agropastoril, que diferente daquela que servia como abastecimento alimentício para as minas, neste momento teve o papel de se firmar como “nova” atividade econômica, dando continuidade a exploração mais intensa no território do Norte de Goiás.

Em março de 1809, para facilitar a administração, a aplicação da justiça e, principalmente, incentivar o povoamento e o desenvolvimento da navegação dos rios Araguaia e Tocantins, criou-se um Alvará, o qual dividiu a Capitania de Goiás em duas comarcas (regiões): a Comarca do Norte e a Comarca do Sul (DUARTE *et al.*, 2010:05), marco este que influenciou definitivamente a cisão entre o Norte e Sul de Goiás, de modo que abriu caminho para que 170 anos mais tarde fosse criado o estado de Tocantins.

Inicialmente, as terras que posteriormente viriam a se tornar os municípios de Miracema de Tocantins e Pedro Afonso foram povoadas respectivamente pelos índios Xerente e Krahô.

Já os municípios de Miranorte, Rio dos Bois, Centenário e Lizarda passaram a ser povoados, de acordo com os registros historiográficos, a partir dos imigrantes que vieram principalmente da região sudeste e nordeste, atraídos pela possibilidade de adquirir terras para a criação de gado. Apesar, entretanto, desses municípios não apresentarem em seus registros históricos informações sobre populações nativas que teriam vivido na área original, nada implica que não tenham ocorrido contatos que não tenham sido reportados. Tal questionamento reporta à necessidade de se realizar pesquisas nas quais as informações históricas sejam ampliadas ou contrastadas por outras fontes, como a arqueológica.

Maranhão

Esta área era praticamente desconhecida dos portugueses. Contudo, os franceses traficavam sem dificuldades em um processo que se iniciou em 1594, quando o capitão Jacques Riffault embarcou para o Brasil com a intenção de possíveis conquistas. Apesar de haver fracassado em sua expedição e retornado à França, um dos tripulantes chamado Charles des Vaux, permaneceu no local. Após, contudo, longa estada entre os índios, decidiu voltar à França e convencer o rei Henrique IV sobre a importância de uma campanha colonial na região.

Henrique IV ordenou, então, ao Senhor de La Ravardière, que acompanhasse Des Vaux em uma expedição de reconhecimento da “ilha de Maranhão”. Diferentemente de ingleses e holandeses, que nos primeiros anos montam pequenos complexos comerciais e feitorias às margens dos rios, os franceses organizaram uma ação que, mesmo com limitadas proporções, implicava uma ocupação militar-civil, entre 1612 e 1615 (CARDOSO, 2011:325).

Em 1612, a França Equinocial foi fundada, contando com o apoio da monarquia, na figura da rainha regente Maria de Medicis, que nomeou os Senhores de La Ravardière e de Razilly “lugares-tenentes do Rei de França na ilha de Maranhão”, e designou missionários da ordem dos capuchinhos para exercerem o apostolado junto aos Tupinambá da região (DAHER, 2004:69).

As regiões habitadas pelos Tupinambá são, de maneira geral, aquelas acerca das quais existe o maior número de documentos em língua francesa. Entretanto, a “ilha de Maranhão”, como chamavam os franceses, e suas cercanias haviam sido povoadas tardiamente pelos Tupinambá, em grande parte originários das zonas do litoral situadas mais a leste.

Quando, em 1612, os primeiros contatos com os capuchinhos foram estabelecidos, os índios ainda se lembravam da chegada à região (*Ibdem*: 71). Porém, o rápido declínio demográfico, em razão de epidemias, fugas e espoliação por parte dos colonos particulares, favoreceu o seu “ressarcimento” mediante a introdução de grupos descidos de várias regiões da Bacia Amazônica. De acordo com o jesuíta João Daniel, no século XVIII os Tupinambá passaram a conviver com Nhengaíba (referência à “fala má”, usada por índios de “língua travada”, em oposição à “fala boa”, ou Nhengatu) da Ilha do Marajó. Devido a essa interação, o idioma das missões afastou-se cada vez mais da “língua geral tupinambá” e ficou tão “viciada e corrupta que parece outra língua diversa” (MONTEIRO, 1991).

Essa enorme região se encontrava dividida em duas ‘Capitanias Reais’: a ‘Capitania do Maranhão’, cuja capital é cidade de São Luís, tomada aos franceses em 1615; e a ‘Capitania do Grão-Pará’, cuja sede é a cidade de Belém, fundada pelos portugueses em 1616, em um desdobramento de ações militares de tomada do Maranhão engendrado por Gaspar de Sousa, a partir das ordens de Filipe III (CARDOSO, 2011:319-328).

Mais tarde, no reinado de D. José I, um dos objetivos mais importantes foi tentar estabelecer uma reorganização administrativa do império português, com vistas à nacionalização do comércio externo, através do estímulo à produção e às indústrias manufatureiras no reino e da exploração racional das colônias.

Neste momento, começou a se configurar uma nova fase da gestão metropolitana, o qual passou a se constituir em 1751 o Estado do Grão-Pará e Maranhão, governado até 1759 por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (RAYMUNDO, 2006:125). As administrações metropolitana e colonial buscavam obter o controle não somente sobre os índios, mas também sobre a terra, a produção e o comércio realizado no Estado do Grão-Pará e Maranhão, através das “Instruções Régias Públicas e Secretas”, que pregavam a liberdade dos índios, a partir do Diretório dos Índios, a abolição dos missionários e o incentivo à produção e ao comércio.

Nesse contexto produtivo do final do século XVII, a criação do gado, pelo menos em sua fase inicial, tinha rentabilidade baixa e era uma atividade induzida pela economia açucareira a partir dos rebanhos que penetravam o interior cruzando o rio São Francisco e alcançando o rio Tocantins e, mais a norte, o Maranhão (ALCOFORADO, 2007:116).

A mão de obra utilizada era fundamentalmente indígena. A renda gerada por essa atividade era proveniente da venda do gado no litoral e do couro para exportação. A condição fundamental para sua expansão era o aumento vegetativo da população animal e a disponibilidade de terras. Dada a natureza dos pastos do sertão nordestino, a carga que suportavam essas terras era extremamente baixa.

A liberdade dos índios não é vista como uma forma de abolição do trabalho indígena, mas sim na conveniência de que os mesmos fossem remunerados por seu trabalho, o que foi defendido por Sebastião José e por Mendonça Furtado (Marquês de Pombal), como uma forma de garantir trabalhadores (RAYMUNDO, 2006:126).

Os 03 (três) principais centros econômicos do Brasil (a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão) se interligavam de forma tênue através da atividade pecuária. Desses três sistemas, foi o Maranhão que apresentou uma efetiva prosperidade no final do século XVIII devido à produção do arroz, ao se aproveitar da exclusão das colônias inglesas da América do Norte do mercado mundial do produto, em razão da guerra de independência dos Estados Unidos (ALCOFORADO, 2007:121). Exceptuando-se o Maranhão, o restante da economia colonial enfrentava uma grande crise nos últimos decênios do século XVIII.

Nas primeiras fazendas do Maranhão, o trabalho escravizado esteve presente, sobretudo, naquelas que produziam algodão e arroz e, posteriormente, naquelas que serviam para o cultivo de cana-de-açúcar. Em decorrência do elevado número de trabalhadores escravizados, hoje o Maranhão é o estado com maior número de comunidades negras rurais do Brasil (FIABANI, 2009).

Igualmente ao que ocorrera em todas as regiões brasileiras, a condição de existência do cativo maranhense levou-o comumente a fugir e a formar quilombos. Diferente da zona açucareira nordestina, que se concentrava em uma estreita faixa de terras próxima ao litoral, a Zona da Mata, o Maranhão “apresentava, em quase toda parte norte de seu território, abundantes matas com muitos rios e riachos”, facilitando a formação de “quilombos nas cabeceiras dos rios”.

O significativo número de comunidades negras contemporâneas no Maranhão comprova que existiram muitos quilombos originados por escravos fugidos. Nas fazendas predominaram os quilombos de pequeno porte, que ocuparam as matas e tinham contato direto com a sociedade escravista através de trocas ou apropriação. Com o enfraquecimento do poder dos grandes proprietários de terra em razão da extinção da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1777), houve maior interação dos quilombolas com os cativos (*Ibdem*).

Antes mesmo da Abolição, em 1888, foram introduzidos trabalhadores livres na Província do Maranhão. As autoridades distribuíram esses trabalhadores em regiões estratégicas na fronteira, aproveitando-se dos trabalhos de desmatamentos e das roças dos quilombolas. Com a chegada dos camponeses pobres, expulsos pela seca, aos poucos foi se formando um segmento do campesinato maranhense que ocupou terras devolutas ainda não trabalhadas.

Após a Abolição, a população negra livre passou a viver nas terras abandonadas, doadas e devolutas, ligeiramente afastada das ações expropriadoras dos capitalistas, fazendeiros, especuladores, vivendo em uma economia de auto-abastecimento, amonetária. Porém, na primeira década do século XX, um novo contingente de cearenses e piauienses somou-se ao grupo de camponeses pobres, povoando definitivamente as terras livres do Maranhão.

Posteriormente, estas terras acabaram sendo griladas, invadidas, tomadas das comunidades negras (*Ibdem*). Mas, também, povos vindos de outros países. Desta vez, em busca de melhores condições de sobrevivência, como o foi a migração Sírio-Libanesa em São Luis no início do século XX. Nesse caso, ganharam notoriedade e começaram a incomodar alguns moradores que os viam com desconfiança e ressentimento, por serem tidos como competidores no comércio local (MAGALHÃES, 2011:02).

Juntamente à construção da rodovia Belém-Brasília, iniciada na década de 1960, houve a colonização dos "Gerais de Balsas" por agricultores gaúchos que fizeram do Sul do Maranhão um grande polo de agronegócio, no qual Balsas constitui seu maior centro. Segundo Castro (2011:561), o município de Tasso Fragoso encontra-se na porção sul-sudeste das chapadas pediplanadas da macro região de Balsas, na microrregião dos 'Gerais de Balsas', entre chapadas, chapadões mesas e mesetas ao sul do estado do Maranhão, que teriam sido palco de uma população que teria vivido em períodos pré-históricos.

Piauí

A pecuária se constituiu na mais importante atividade subsidiária dos engenhos, de modo que se tornou também a principal desencadeadora do movimento migratório para o interior do território brasileiro (FURTADO, 1967). Esse processo de povoamento do país apresentou na região Nordeste, ainda no século XVI, dois centros pioneiros: Pernambuco e Bahia (PRADO Jr., 1987). É deste último que resulta o povoamento das terras do Piauí.

A colonização do Piauí ocorreu, ao contrário dos demais Estados nordestinos, do interior para a costa (ALVES, 2003:61). Neste caso, teve início na segunda metade do século XVII, e se iniciou pela costa leste e sul do território, pelas margens dos rios Piauí, Canindé, Paraim e Gurguéia.

A pecuária teve seu principal foco de irradiação na Bahia, mais precisamente na cidade de Salvador, centro agrícola fundado em 1549 para abrigar a sede do governo geral (ALVES, 2003:57). Desse núcleo urbano partem os primeiros criadores de gado rumo ao interior do Brasil, em um movimento que, desde a primeira metade do século XVII, se deslocou de maneira contínua até atingir o curso médio do rio São Francisco, onde foram concedidas sesmarias e instaladas várias fazendas de gado.

Depois de seguir em direção às chapadas do Araripe e Mangabeiras, os pecuaristas chegam ao lado oriental da bacia do Parnaíba, onde são instalados os primeiros currais, nos principais afluentes do rio. É nessa área que vai constituir-se o território piauiense.

Segundo alguns relatos, poucos eram os donos de terras que participavam efetivamente do povoamento do território piauiense. Quando ocorria, a ocupação devia-se aos entradistas, que estavam acompanhados de negros e índios catequizados (MARCONDES e FALCI, 2001:04).

A ausência de proprietários de terras no povoamento piauiense pode ser explicada pelas precárias condições de vida que estes sertões apresentavam. Nesse caso, predominava-se o isolamento, tendo em vista que as comunicações com centros urbanos do litoral eram quase inexistentes.

Mesmo 80 anos após a chegada dos primeiros portugueses àquela área, os núcleos urbanos ainda não passavam de pequenas povoações de população flutuante, como constata o vigário da vila da Mocha, Antônio Luiz Coutinho, em meados do século XVIII:

“Acha-se situada esta freguesia de Nossa Senhora da Vitória no centro do sertão do Piauí; não tem outra povoação, vila ou lugar mais que a vila da Mocha, que consta de 60 moradores, pouco mais ou menos, e pouco ou nenhuns permanentes, por serem os mais deles solteiros, e se hoje se acham nela, amanhã fazem viagem e o que avulta nela são os oficiais de justiça. Tem circunvizinhos alguns moradores na distância de 1 légua, que tratam de algumas pequenas roças de mandiocas, milhos, arrozes, que nem a terra admite agricultura abundante por mui seca no tempo do verão e não haver com que regar, e por serem muitas as enxurradas no tempo do inverno. Como a maior parte dos fregueses são criadores de gado vacum e cavalari e não podem comodamente morar junto da vila se acham dispersos por vários riachos, morando com suas famílias para com comodidade tratarem da criação de seus gados”⁹.

Os cursos d'água tornam-se a referência para a fixação do homem à terra no Piauí. Foi nas proximidades deles que se instalaram os sítios, as fazendas de gado e a maioria das aglomerações urbanas. Nesse sentido, os cursos d'água vão empreender o movimento da vida do povo piauiense.

A ocupação do território piauiense resultou da expansão da pecuária, com condições de desenvolvimento melhores do que havia nos sertões da Bahia, como maior disponibilidade de terras, quase todas elas servidas de cursos d'água e pastagens naturais, chuvas mais abundantes e com melhor distribuição e facilidades de instalações das fazendas tanto materiais quanto de recursos humanos (ALVES, 2003:67).

Assim, desenvolveu-se uma sociedade cujo modo de vida associava-se à dinâmica da pecuária, no qual todos recebiam influência da atividade pastoril. O consumo de carne e leite, por exemplo, não era um privilégio dos mais abastados, mas um costume diário da grande maioria dos piauienses, e que, por vezes, constituía a base alimentar daquela população.

9 Vigário Antônio Luiz Coutinho, 11 de abril de 1757 (fl. 502/510). In: MOTT, L.R.B.

As causas da decadência da pecuária estavam ligadas à técnica rudimentar de produção e a própria pecuária, que se expandiu sob a forma de economia de subsistência (SANTANA, 1964). Porém, outros objetivos criados por Pombal, em 1758, acabaram por desenvolver uma indústria pautada no fomento do algodão, do fumo, de madeira e pedras preciosas. Mas, também houve o desenvolvimento da indústria do charque, a partir da confecção e tratamento do couro, do atanoado e chifre, que alidos à agricultura do algodão, instituiu os maiores plantéis de escravos da primeira metade do século XIX (FALCI, 1995:31-55). Nestas atividades, havia a exploração do trabalho escravo, principalmente o negro, no qual apenas 16% eram africanos e 4% provinham de províncias vizinhas (MARCONDES & FALCI, 2001:05-06). O couro passou a ser utilizado em várias situações do cotidiano da sociedade piauiense: vestimentas, utensílios domésticos, equipamentos auxiliares na lida com o gado, etc. (**Figura 52**).



Fonte:
http://www.google.com.br/imgres?safe=off&hl=pt-BR&biw=1280&bih=676&tbnid=aWlh_0Poeo1w-M:&imgrefurl=http://pdnphotooftheday.com/2011/03/8658&dclid=QO9go21Y-eq_M&imgurl=http://www.pdnphotooftheday.com/wp-content/uploads/2011/03/Fabini_Luis_06.jpg&w=954&h=635&ei=zkgxUqzyJpP08ATJlICQBw&zoom=1&ved=1t:3588,r:69,s:0,i:293&iact=rc&page=4&tbnh=171&tbnw=248&start=59&ndsp=20&tx=77&ty=90

Figura 52 - Vaqueiros piauienses com suas roupas de couro.

Além de europeus e africanos, a população do Piauí era constituída por outros grupos. Embora na atualidade não haja registro de tribos ou etnias indígenas no estado (DIEGUES, 2000:63), alguns dos municípios do sul, como Santa Filomena e Monte Alegre do Piauí, se constituíram sob um território indígena. Nesse caso, enquanto Santa Filomena havia sido povoada por índios Pimenteiras e Cheréns, os municípios Gilbués e Monte Alegre do Piauí eram povoados, antes da chegada de outros grupos (portugueses), pelos Tapuias Gilbueses. Os Akroá, conhecidos como “gentios de corso”, foram outro grupo que viveu na região do sul do Piauí.

Os índios Pimenteiras e Cheréns foram repelidos pelo português José da Cunha Lustosa, que chegara à região de Santa Filomena em 22 de julho de 1747. Já os Tapuias Gilbueses permaneceram no sul do Piauí até a década de 1960 e 1970, havendo se retirado por causa da expansão das vilas que passaram a se tornar cidades que modificaram toda a complexidade socioeconômica da região.

Os dados referentes à Corrente não aportam a existência de populações indígenas que teriam existido antes da chegada de famílias portuguesas, que ocorreu em 1754. O contexto de ocupação se deu a partir da divisão de terras realizada pelo engenheiro das Cortes Portuguesas José da Silva Balmar, por ordem do Rei de Portugal. Entretanto, esta área do sul do Estado é apontada historicamente como um local onde havia intenso conflito entre europeus e grupos nativos.

O extermínio dos nativos no Piauí tem uma cronologia elaborada pelo Prof. João Gabriel Baptista, que iniciou em 1537 e se prolonga até 1890, quando os “índios pimenteiras encontram se fazendo incursões no alto Piauí e Parnaguá no início do século XIX” (CHAVES, 1953).

A partir do final do século XIX começara outro processo de construção étnica, dadas as interações já ocorridas no Estado, principalmente pelos sertanejos e vaqueiros, que passam a criar uma história própria dentro do cenário das culturas regionais no Brasil, reverberada principalmente pela relação com a natureza, a partir da criação do gado.

Bahia

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil (**Figura 53**), encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e linguísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos rios Paraná-Paraguai.

Podem-se distinguir dois grandes blocos que subdividem essa população: os tupi-guarani e os tapuia. Os tupi-guarani estendiam-se por quase toda a costa brasileira, os tupi, também denominados tupinambá, dominavam a faixa litorânea, do Norte até Cananéia, no sul do atual estado de São Paulo; enquanto os guarani localizavam-se na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananéia e o extremo sul.

Apesar da localização geográfica diversa dos tupi e dos guarani, fala-se em conjunto tupi-guarani, dada a semelhança de cultura e de língua. Tapuia, por outro lado, era uma palavra genérica usada pelos tupi-guarani para designar índios que falavam outra língua, sendo, portanto, outros grupos.



Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki>.

Figura 53 - Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, em 1500. Autor: Oscar Pereira da Silva. 1902.

Desde o início do processo colonizador, o europeu implantou e desenvolveu na Bahia, como em todo o Brasil, uma economia voltada para o mercado externo, no qual o pau-brasil fora o primeiro produto de exportação.

Nesse caso, as árvores não cresciam juntas, mas encontravam-se dispersas. À medida que a madeira foi-se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la, já que a derrubada de árvores era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias (FAUSTO, 1996:23).

A transição desse processo para outro momento se daria quando a Coroa Portuguesa decidiu empreender um mecanismo de patrulha pela costa mais intenso, uma vez que navegadores providos de outras nações europeias aproximavam-se da costa brasileira com interesses comerciais. Foi dessa forma que foram implantadas as Capitânicas Hereditárias, a partir da doação de terras - sesmarias - a pessoas que deveriam arrecadar impostos para a Coroa (FAUSTO, 1996:24).

A colonização no Brasil do Século XVI estava ligada fundamentalmente à indústria açucareira. Neste contexto, o estabelecimento do latifúndio, isto é, de uma grande propriedade rural, foi o processo que se consolidou, de modo que houvesse, através da monocultura, uma vinculação dependente do país em relação ao exterior (ALCOFORADO, 2007).

Os principais centros de produção açucareira do Brasil se encontravam onde hoje se localizam os estados de Pernambuco, Bahia e São Paulo (São Vicente).

Devido a grande abundância de terras existente no Nordeste, acabou-se por desenvolver um segundo sistema econômico, dependente da economia açucareira, baseado na criação de gado, fato este que fez com que se transformasse em um fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro (*Ibdem*).

A criação do gado, pelo menos em sua fase inicial, tinha rentabilidade baixa e era uma atividade induzida pela economia açucareira. A mão de obra utilizada era fundamentalmente indígena. A renda gerada por essa atividade era proveniente da venda do gado no litoral e do couro para exportação.

A cooperação comercial e financeira holandesa foi fundamental para que o empobrecido e pequeno reino de Portugal continuasse como grande potência colonial na segunda metade do século XVII. Durante sua permanência no Brasil, eles adquiriram o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira. Esses conhecimentos vão constituir a base para a implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe.

Com a saída dos holandeses do Brasil, Portugal retomou o controle da produção açucareira, mas, com o desenvolvimento de uma indústria concorrente nas Antilhas, perdeu o monopólio que exercia anteriormente em conjunto com os holandeses do mercado mundial do açúcar.

Na segunda metade do século XVII, quando se desorganizou o mercado do açúcar e teve início a forte concorrência antilhana, os preços do açúcar se reduziram à metade. A economia açucareira do Nordeste do Brasil, que dependia fundamentalmente da procura externa, passou a enfrentar um processo de decadência resistindo por mais de três séculos às mais prolongadas Depressões.

Todo o processo de desenvolvimento econômico do primeiro período de colonização do Brasil foi acompanhado, senão conduzido, por mão de obra escrava. Como a opção pela grande propriedade ligou-se ao pressuposto da conveniência da produção em larga escala, era necessário ter um contingente que possibilitasse a existência dessa produção.

Para tal situação, nem havia grande oferta de trabalhadores em condições de emigrar como semi-dependentes ou assalariados, nem o trabalho assalariado era conveniente para os fins da colonização. Dada a disponibilidade de terras, não seria fácil manter trabalhadores assalariados nas grandes propriedades. Eles poderiam tentar a vida de outra forma, criando problemas para o fluxo de mão de obra para a empresa mercantil.

Dessa forma, optou-se pelo retrógrado sistema escravista, que, em relação aos variados tipos de trabalho compulsório que se desenvolveram na América Espanhola, foi dominante no Brasil.

A escravidão do índio não obteve êxito, visto que o seu modo de vida era incompatível com o trabalho intensivo, regular e compulsório, como pretendido pelos europeus. Além disso, eles resistiram à sujeição, ao contrário de grupos africanos.

Para Fausto (1996:29):

“No século XV os portugueses haviam começado o tráfico de escravos, facilitado pelo contato com sociedades que, em sua maioria já conheciam o valor mercantil do escravo. Nas últimas décadas do século XVI, não só o comércio negreiro estava razoavelmente montado como vinha demonstrando lucratividade.”

A população escrava na Bahia, no século XVIII, era dependente do intenso tráfico de escravos que se fazia entre o seu porto e os da África, sobretudo os da Costa da Mina. A proporção entre cativos de origem nacional e africana, 37% e 63%, respectivamente, revela esta dependência. Devido às péssimas condições de trabalho, má alimentação, poucas horas de sono, lazer e pesados castigos físicos, as taxas de reprodução entre a população cativa eram baixíssimas (SOUZA, 2009:01-08).

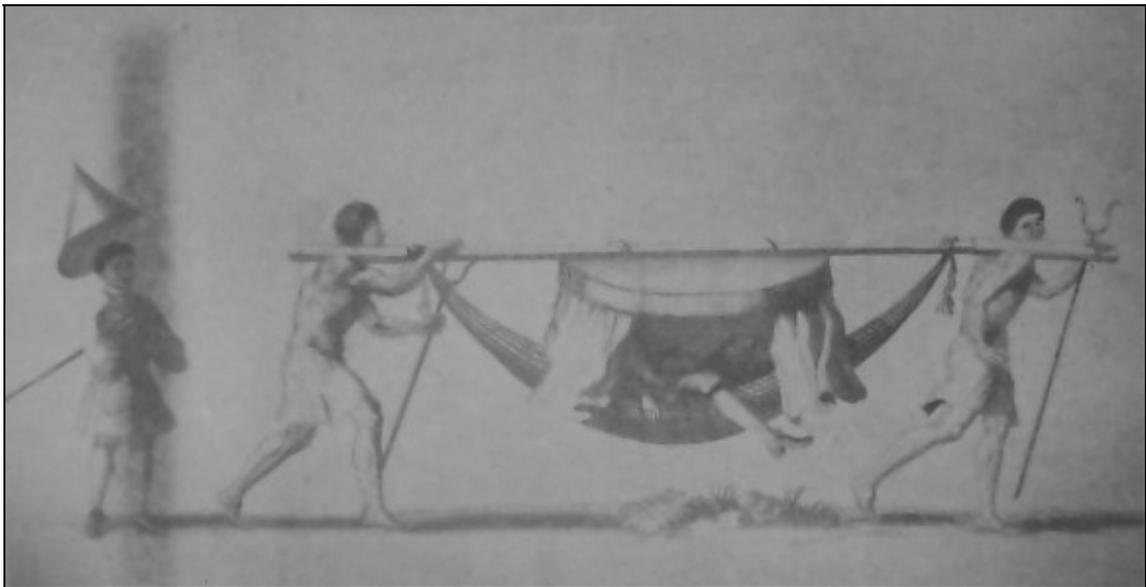
Muitos senhores não estavam interessados nos altos custos e riscos de possuir escravas gestantes e suas “crias”, nas quais investiriam anos em alimentação, remédios e roupas até que pudesse tirar-lhes algum proveito. Por isso, a preferência por homens, que empregados em várias atividades poderiam potencializar as expectativas de lucro senhorial (*Ibdem*).

Tudo indica que, na Bahia, na primeira metade do século XVIII, o trabalho escravo (**Figura 54**) nas ruas já era pautado pelo “ganho”, assim como no XIX (ANDRADE, 1988).



**Figura 54 - Jean Baptiste Debret, O Colar de Ferro
Castigo para os Fugitivos, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.**

A geografia de Salvador, dividida em cidade alta e baixa, dificultava a utilização de carros de tração animal, sem contar no alto custo desse transporte. Como alternativa, para que a “nobreza da terra” não se aviltasse em caminhar pelas ruas ao sol a pino, vulgarizou-se na cidade a utilização de redes, palanquins ou serpentinas, onde as pessoas eram carregadas por dois negros (**Figura 55**) escravos ou forros (*Ibdem*: 04).



Fonte: M. Frézier, Relation du Voyage de la mer du Sud aux côtes du Chily et du Pérou, fait pendant les années 1712, 1713, 1714, Paris, 1732, prancha 31, p. 372. Apud: Sergio Buarque de Holanda (dir.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo 1 - A Época Colonial, vol 2 - Administração, Economia, Sociedade, São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro, 1973, p. 49.

Figura 55 - Rede de transporte.

Seria errôneo pensar, contudo, que enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos, desde os primeiros tempos. Dessa forma, surgiam centenas de quilombos, ou seja, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga, de modo a recompor formas de organização social semelhantes às africanas; uma indicação de insustentabilidade do sistema escravista.

O início do século XIX é caracterizado pelo declínio da produção do ouro ao qual se seguiu uma rápida e geral decadência da região mineira. Todo o sistema produtivo se atrofiou perdendo vitalidade até se desagregar em uma economia de subsistência. Os acontecimentos políticos do continente europeu no final do século XVIII, como as guerras

napoleônicas, o bloqueio e o contra-bloqueio da Europa, aceleraram a evolução política do Brasil com a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro. Foi promovida a abertura dos portos do Brasil em 1808 pelo Rei de Portugal, D. João VI, beneficiando exclusivamente os ingleses, no início do século XIX.

As lutas que se desenvolveram em todo o Brasil pela independência em relação a Portugal, a desarticulação do vasto império espanhol nas Américas resultante da luta dos povos por ele colonizados e da ingerência britânica e a independência dos Estados Unidos fizeram com que a monarquia portuguesa identificasse a necessidade de conceder a emancipação política ao Brasil, o que ocorreu em 7 de setembro de 1822.

Após a independência do Brasil, então, os senhores da grande agricultura de exportação entraram em conflito com a Inglaterra pelo fato de os ingleses não abrirem seus mercados aos produtos brasileiros. Havia também um temor da classe dominante brasileira de uma forte elevação dos custos de seus produtos de exportação, devido à suspensão da importação de escravos, defendida pelo governo britânico que, escudado em fortes razões morais e impulsionado pelos interesses antilhanos que viam na persistência da escravatura brasileira o principal fator de depressão do mercado do açúcar, usou todos os meios a seu alcance para terminar com o tráfico transatlântico de escravos (FAUSTO, 1996).

Na década de 1840, teve início o movimento pela industrialização da Bahia que impulsionou a modernização no século XX, começando pela indústria têxtil, seguido pela de fumo (ALCOFORADO, 2007:228) e cacau. Uma modernização que, para seguir, durante o período republicano, deveria ainda passar pela manifestação de muitas pessoas que clamam por melhorias sociais. Muitas delas conduzidas por pessoas que profetizam o que se pode conseguir apenas no além. A título de exemplo mais conhecido, Antônio Conselheiro peregrinou pelo sertão, construindo igrejas e cemitérios, ensinou a palavra de Deus e o caminho para o céu, transformando-se em uma esperança para “o sertanejo” pobre, ignorado, oprimido e marginalizado (NETO, 2007 *apud* BRAGA, 2011:03).

Uma tendência que surgiu e se intensificou em meio aos muitos problemas socioeconômicos no país no século XX.

Considerações sobre o Potencial dos Bens de Interesse Cultural

O Diagnóstico de Bens de Interesse Cultural levantou e sistematizou importantes informações sobre o Patrimônio Cultural das regiões atravessadas pelo empreendimento. Os bens levantados evidenciam a ocupação humana desde o período pré-colonial, por volta de 10 mil anos atrás até atualmente.

Neste sentido, com relação ao patrimônio arqueológico destacam-se inúmeros sítios arqueológicos identificados desde o final da década de 1950, bem como, a variabilidade formal dos mesmos, demonstrando a intensa ocupação e aproveitamento de recursos ambientais. Encontram-se sítios arqueológicos tanto de grupos com sistemas de subsistência caçador-coletor, quanto agricultor, assim como sítios singulares, como Pinturas rupestres. Na área de estudo existem 115 registros arqueológicos cadastrados pelo IPHAN. Ainda, outra tipologia de sítio que merece destaque, principalmente no estado da Bahia, são os sítios históricos representativos da ocupação desde o século XVI.

Quanto às referências etno-históricas, indicativas de potencial de existência de sítios arqueológicos coloniais e pós-coloniais, destacam-se as informações da presença de territórios indígenas no mapa etno-histórico de Kurt Nimuendaju, na área próxima ao início do traçado por grupos linguísticos macro-jê e ao final Tupi. Ainda podem se destacar as informações referentes a antigos engenhos e áreas quilombolas.

Com relação aos bens de natureza imaterial, o desenrolar histórico e a entrada de diferentes etnias demonstram a diversidade de formas de expressão, saberes e fazeres encontrados na área de pesquisa, tanto de grupos tradicionais até a encontrada de migrantes de outras regiões do país. Destaca-se também o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, único bem imaterial localizado na área de estudo com registro no IPHAN.

Para os bens arquitetônicos, destacam-se os imóveis acautelados na esfera federal e estadual localizados nos municípios de Castro Alves e Rio de Contas, na Bahia.

4 - Envolvimento de Instituições Públicas e Privadas com o Patrimônio Cultural

A seguir, são listadas as principais instituições públicas e privadas, identificadas na Área de Influência do empreendimento, que apresentam envolvimento com o patrimônio histórico e cultural (**Quadro 3**), qual seja a de Resgate, acervo, salvaguarda e preservação do Patrimônio histórico e cultural, projetos culturais, valorização e divulgação..

Quadro 3 - Envolvimento de Instituições públicas e privadas.

Resgate, Acervo, Salvaguarda e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural; Projetos Culturais, Valorização e Divulgação; Associações.	Tocantins	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência Regional do IPHAN no Tocantins - Palmas - TO; • Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Tocantins; • Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude de Miranorte; • Secretaria municipal de Educação, Cultura e Esporte de Paulo Afonso;
	Maranhão	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência Regional do IPHAN no Maranhão - São Luís do Maranhã - MA; • Secretaria do Estado da Cultura; • Secretaria Municipal de Balsas;
	Piauí	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência Regional do IPHAN no Piauí - Teresina - PI; • Secretaria de Educação e Cultura do Piauí; • Secretaria Municipal de Cultura de Gilbués;
	Bahia	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência Regional do IPHAN na Bahia - Salvador - BA; • Instituto do Patrimônio Artístico Cultura da Bahia.

5 - Referências Bibliográficas

AB'SABER, A.N. O Relevo Brasileiro e seus Problemas. In: AZEVEDO, A. Brasil a Terra e o Homem. 1968. (vl: Bases Físicas). São Paulo: Companhia Editora Nacional.

ABREU, Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*, Brasília: UNB, 1982.

ALCOFORADO, Fernando. BAHIA- Desenvolvimento do Século XVI ao Século XX e Objetivos Estratégicos na Era Contemporânea, Salvador: EGBA, 2007.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense In: *Geosul*, Florianópolis, v. 18, n. 36, 2003.

ANDERSON, Anthony, MAY, Peter e BALICK, Michael. *The subsidy from Nature: Palm forests, peasantry and development on an Amazon Frontier*, Columbia University Press, NY, 1991.

ANDRADE, Maria José de Souza, *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*, São Paulo, Corrupio, 1988.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. A saga dos Akroás nas fronteiras do sertão In: *Tellus*, ano 3, n. 5, Campo Grande, 2003.

ARAUJO, A. G. de M. Teoria e método em Arqueologia regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, estado de São Paulo. Tese (Doutorado)-FFLCH/MAE/USP, São Paulo, 2001.

BALLANTYNE, R. Interpreting 'visions'. Addressing environmental education goals through interpretation. IN: Uzzel&Ballantyne. (eds) *Contemporary Issues in Heritage and Environmental Interpretation*. London: Satationey Office. 1998.

BIZIKOVÁ, Lucia. Impotência das línguas tupis para o português brasileiro. *Tese de Doutorado apresentada na Masarykova Univerzita V Brne*. 2008.

BLUM, M.D.; ABBOTT, J.T.; VALASTRO, S. Evolutions of landscapes on the Double Mountain Fork of the Brazoa River, West Texas: implications for preservation and visibility of the archaeological record. *Geoarchaeology*, v. 4, p. 339-370, 1992.

BOËDA, Eric. Uma antropologia das técnicas e dos espaços. *Habitus*, v. 4, n.2, Goiânia, 2006.

BRAGA, Udineia Braga. Canudos: uma guerra, muitas mulheres In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, 2011.

BRANDÃO, Carlos R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BROCHIER L. L. Diagnóstico e manejo de recursos arqueológicos em Unidades de Conservação: uma proposta para o litoral paranaense. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado) -- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BROCHIER, Laércio L. O uso de Controles Geoarqueológicos: perspectivas para o estudo e caracterização de áreas arqueológicas na baía de Guaratuba. *Anais da XI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (Resumos)*, Rio de Janeiro. 2001.

BUTZER, K.W. Geo-archaeology in practice. *Rev. Anthropol.*, v. 4, p.125-131, 1977.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626) In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, 2011.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia. Tese de Doutorado, São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia - USP, 2009.

CASTRO, Cláudio Eduardo. Sítios arqueológicos em abrigos e cavernas areníticas do sul do Maranhão e a contemporaneidade socioambiental In: *Anais do 31º Congresso Brasileiro de Espeleologia*, Ponta Grossa - PR, 2011.

CHAVES, Pe. Joaquim. *O índio no solo piauiense*. Teresina, s/ed., 1953.

CHMYZ, Igor. Terminologia Arqueológica para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*. Ano 1, No 1. Museu de Arqueologia e Artes Populares - Universidade Federal do Paraná: Paraná, 1976.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental -- RIMA.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 237 de 22 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.

COPELAND, T. Constructing history: all our yesterdays. IN: LITTLEDYKE, & HUXFORD (eds). Teaching the Primary Curriculum for Constructive Learning. London: David Fulton. 1998.

COPELAND, T. Presenting archaeology to the public: constructing insights on-site. IN: MERRIMAN, Nick. Public Archaeology. London: Routledge, 2004. p. 132 -- 144.

COSTA, Alfredo; MAIA-RODRIGUES, Brenner; FERREIRA, Renato M.; GARCIA, Ricardo A. A vulnerabilidade social das culturas minoritárias no Brasil contemporâneo: o caso dos índios Tuxás In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG, 2008.

DAHER, Andrea. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; FERREIRA da SILVA, Viviane Capezzuto; FIGOLS, Francisca Aida Barbosa e ANDRADE, Daniela. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e NUPAUB - Núcleo de pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras - Universidade de São Paulo, São Paulo: 2000.

DUARTE, Gêssica de Almeida; LEMOS, Layse Carla de Souza; SOZINHO, Rosseline Brabo; SENA, Tamires Martins. As transformações sócio-espaciais no estado do Tocantins e o desenvolvimento a partir da implantação da rodovia Belém-Brasília (BR-010). In: *Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*, Porto Alegre, 2010.

ETCHEVARNE, Carlos. *Escrito na pedra: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres*. Editora Versal Editores, 2007.

FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais. Piauí, 1826-1888*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil: história do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até os nossos dias*. Edusp.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006 [1952].

FERNANDES, T. C. Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Etnologia). Universidade de São Paulo, 2008.

FIABANI, Aldemir. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra In: *Estudios Historicos* - CDHRP. Nº 2: 2009.

FILHO, Sinval Martins de Sousa. 2007. *Aspectos morfossintáticos da língua akwe- Xerente*. Goiania: UFG. 331 p.

FLANNERY, Kent V & MARCUS, Joyce. Cognitive Archaeology. In: *Meaning and Practice*.

FOGAÇA, E. Mãos para o pensamento. A variabilidade tecnológica de indústrias líticas de caçadores-coletores holocênicos a partir de um estudo de caso: as camadas VII e VIII da Lapa do Boquete (Minas Gerais, Brasil, 12.000 - 10.500 B.P.), Tese de Doutorado, PPGH/PUCRS, Porto Alegre, 2 volumes. 2001.

FOGAÇA, Emílio. Instrumentos líticos unifaciais da transição Pleistoceno-Holoceno no Planalto Central do Brasil: individualidade e especificidade dos objetos técnicos. *Canindé*, Xingó, nº 3, Dezembro de 2003.

FOGAÇA, Emílio; BOËDA, Eric. A Antropologia das técnicas e o povoamento da América do Sul Pré-Histórica. *Habitus*, v. 4, n.2, Goiânia, 2006.

FOGAÇA, Emílio; LOURDEAU, Antoine. Uma abordagem tecno-funcional e evolutiva dos instrumentos planos convexos (lesmas) da transição Pleistoceno / Holoceno no Brasil central. *FUMDHAMENTOS VII*, V. 07, Piauí, 2008.

FUNARI, P.P. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: uma luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: UNICAMP, 1997.

GIRALDIN, Odair; ALVES da SILVA, Cleube. Ligando mundos: relação entre Xerente e a sociedade circundante no século XIX In: *Bol Mus. Para. Emílio Goeldi*, série Antropologia 18 (2), 2004.

GLADFELTER, B.G. Geoarchaeology: the geomorphologist and archaeology. *Am. Antiq.*, v. 42, n. 4, p. 519-538, 1977.

GOHN, Maria da Glória. *Educação Não-Formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. *Para matar a Hidra: uma história de quilombolas no Recôncavo Guanabara - Século XIX*, *Textos Históricos*, v. 2, n. 3, 1994.

HODDER, Ian. *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge University Press, 1991.

HOELTZ, Sirlei Elaine. *Tecnologia lítica: uma proposta de leitura para a compreensão das indústrias do Rio Grande do Sul, Brasil, em tempos remotos*. Tese de Doutorado (Doutorado Internacional de Arqueologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I – A Época Colonial*, vol 2 - Administração, Economia, Sociedade, São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro, 1973.

HOUAISS, Antônio. *Minidicionário da língua portuguesa* Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2003.

INIZAN, M.-L. et al. Technology and terminology of kNapped Stone. *Préhistoire de la pierre taillée - Tome 5*, Meudon: CREP, 1995a.

INIZAN, Marie-Louise; REDURON, Michèle; ROCHE, Hélène; TIXIER, Jacques. *Préhistoire de lapierretaillée 4: technologie de lapierretaillée*. Meudon, Cercle de Recherches et d'Études Préhistoriques/CNRS/Université de Paris X - Nanterre, 1995b.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Página do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no endereço eletrônico: <http://www.iphan.gov.br/> Acessado em: 08/04/2013.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 07 de 01 de dezembro de 1988. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12240&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>, acessado em 20/08/2009.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 230 de 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12240&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>, acessado em 20/08/2009.

JULIANI, L.J.C.O. Avaliação de impactos ambientais de empreendimentos urbanísticos e medidas mitigadoras aplicáveis. In: Caldarelli, S. B. (org.) Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, 1996. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997. p. 71-79.

KASHIMOTO E.M. O uso de variáveis ambientais na detecção e resgate de bens pré-históricos m áreas arqueologicamente pouco conhecidas. In: CALDARELLI, S. B. (Org.). Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, 1996. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997. p. 91-94.

KIPNIS, R. O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. In: Caldarelli, S. B. (Org.). Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, 1996. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997. p. 34-40.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proenza. Cerâmica Guarani. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989. 175p.

LAMING-EMPERAIRE, A. Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul. Manuais de Arqueologia, Curitiba, Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. 1967.

LARAIA, Roque de Barros & DA MATTA, Roberto. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEROI-GOURHAN, A. *Os Caçadores da Pré-História*. Lisboa, Edições 70. 1987.

LEROI-GOURHAN, André. *Pré-História*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1981.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: *Burke, Peter (org). A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LIGHTFOOT, K.G. Regional surveys in the Eastern United States: the strengths and weaknesses of implementing subsurface testing programs. *Am. Antiq.*, v. 51, n. 3, p. 484-504, 1986.

LIPE, W. Archaeological Education and Renewing American Archaeology. IN: BENDER & SMITH (org) *Teaching Archaeology in the Twenty-first century*. Society for American Archaeology. Washington. 2002.

LITTE, B. Archaeology as a Shared Vision. IN: LITTE, B (org). *Public Benefits of Archaeology*. University Press of Florida. 2002. 3-19.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. Sírios e libaneses na cidade de São Luis no início do século XX: relações de alteridade e a busca pelo lugar ideal In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, 2001.

MARTIN Gabriela. *Pré-história do nordeste do Brasil*. 5ª edição. Editora Universitária da UFPE, 2008.

MAYBURY-LEWIS, David. 1960. Parallel descent and and the Apinayé anomaly In: *Southwestern Journal of Anthropology* 16: 191-216.

MAYBURY-LEWIS, David. The Akwe-Shavante: a teste case of "Dual Organization" in Central Brazil In: *Congreso Internacional de Americanistas (Mexico 1962)*. Actas y Memorias II. Mexico.

MAYBURY-LEWIS, David. The analysis of dual organizations: a methodological critique In: *Blijdragen tot de Taal-Land en Volkerkunde*, 116, 1960.

McMANAMON, F. Heritage, History, and Archaeological Educators. In: LITTE, B (org). Public Benefits of Archaeology. University Press of Florida. 2002. 31-45.

McMANAMON, F. P. Discovering sites unseen. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 7, 1984:223-292.

McMANAMON, F. Professional Education and Training for Public Service Archaeology. *Teaching Archaeology in the Twenty-first century*. Society for American Archaeology. Washington. 2002.

MEADER, Robert E. *Índios do nordeste: levantamento sobre os remanescentes tribais do nordeste brasileiro*. Publicação da Sociedade Internacional de Linguística. Cuiabá - MT, 1976.

MEC - Secretaria de Educação Básica. Programa Mais Educação: Educação Patrimonial. Brasília, 2012.

MEGGERS, B.J. & EVANS, C. Como interpretar a linguagem da cerâmica: manual para arqueólogos. Smithsonian Institution, Washington, 1970.

MELATTI, Julio Cezar. *Ritos de uma tribo timbira*. São Paulo: Ática: 1978.

MELLO, Paulo Jobim de Campos. É possível perceber evolução no material lítico lascado? O exemplo das indústrias encontradas no Vale do Rio Manso (MT). *Habitus*, Goiânia, v. 4, n.2, 2006.

MELLO, Paulo Jobim de Campos. Possibilidades de abordagens em Indústrias Expedientes. In: BUENO, Luca; ISNARDIS, Andrei. *Das pedras aos Homens: tecnologia lítica na Arqueologia Brasileira*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

MERRIMAN, N. *Public Archaeology*. London (UK): Routledge, 2004.

MOE, Jeanne M. Project Archaeology: putting the Intrigue of the Past in Public Education. In: LITTE, B (org). *Public Benefits of Archaeology*. University Press of Florida. 2002. 176-192.

MONTEIRO, John M., *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e indigenismo*. Tese para Livre Docência em Etnologia, IFCH - Unicamp, Campinas: 2001.

MONTEIRO, John M., *Escravidão Indígena e Despovoamento na América Portuguesa: São Paulo e Maranhão* In: *Brasil nas Vésperas do Mundo Moderno*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. "Índios e terra no sul da Bahia". In: *Povos indígenas no sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)*. Coleção Fragmentos da História do Indigenismo - 1. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002, p. 368-369.

MORAIS, J. L. 1999 *Perspectivas Geo-ambientais da Arqueologia do Sudoeste Paulista*. Tese de Livre-Docência, FFLCH-USP, São Paulo.

MOTT, Luiz. *Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740-1854)* Scielo Books, EDUFBA: 2010.

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial; População, Economia e Sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NETO, Manoel. Artigo publicado em <http://www.portfolium.com.br/sites/canudos.asp>.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Rio Tocantins: eco de diferentes vozes* In: ANPUH - XXV *Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: 2009.

OLIVEIRA, V. *Arqueologia, Patrimônio e Cultura*. São Paulo: Editora Piaget, 2000.

OLIVEIRA, J. E. *Arqueologia Pública, Universidade Pública e Cidadania*. Ciudad Virtual de Antropología y Arqueología, 2002. Disponível em:
<http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/jorgeeremites.htm>
Acesso em: 02 de novembro de 2002.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Escravidão, fuga e a memória de quilombos na região do Tocantins* In: *Proj. História*, nº 22. São Paulo, 2001.

PLOG, S. *Relative efficiencies of sampling techniques for archaeological surveys* In: Flannery, K. (ed.) *The Early Mesoamerican Village*. Academic Press, New York, 1976.

PLOG, S; PLOG, F. & WAIT, W. Decision Making in Modern Surveys. In: Michael Schiffer (Ed.). *Advances in Archaeological Method and Theory*, Vol. 1. New York, Academic Press. 1978.

POSEY, Darrell Addison- A ciência dos Mebêngokre, alternativas contra a destruição. In: *A ciência dos Mebêngokre, alternativas contra a destruição*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Brasil, MCT/CNPq/MPEG, 1987: 69.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização. Tese de doutorado defendida no Departamento de História da Universidade de São Paulo*, 1994.

RAYMUNDO, Leticia de Oliveira. O estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos índios (1755-1757) In: *Almanaque Braziliense* nº 03, 2006.

REDMAN, C. L. Multistage fieldwork and analytical techniques. *American Antiquity*, v. 38, n. 1, p. 61-79, 1973.

REIS, Demian. *Notas sobre pintura e ornamentação corporar dos ameríndios Krahô* In: *Repertório*, Salvador, nº 19, 2012:73-80.

ROCHA, Rafael Ale. O morubixaba tupinambá: o poder e o prestígio dos chefes indígenas do Maranhão seiscentista nas obras de Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux In: *IV Encontro Internacional de História Colonial*. Belém, 2012.

RUBERTONE, Patricia "The Historical Archaeology of Native Americans." *Annual Review of Anthropology*". 29, 2000.

RYE, Owen S. *Pottery Technology - Principles and Reconstruction*. Washington, D.C., Taraxacum Inc, 1981.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SANTANA, R. Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Edições Cultura, 1964.

SANTOS, M. do C.M.M. dos. A problemática do levantamento arqueológico na Avaliação de Impacto Ambiental. 2000. Dissertação (Mestrado) - FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

SCHIFFER, M. B.; GUMERMAN, G. J. *Conservation Archaeology*. New York: Academic Press, 1977.

SCHIFFER, M. B.; SULLIVAN, A. P.; KLINGER, T. C. The design of archaeological surveys. *World Archaeology*, v.10, n.1, p. 1-28, 1978.

SCHIFFER, M. *Formation Processes of the Archaeological Record*. University of Utah Press, Salt Lake City. 1996

SCHROEDER, Ivo. *Política e parentesco nos Xerente*. Tese de Doutorado. USP: São Paulo, 2006.

SINGLETON, Theresa "The Archaeology of Slave Life." In Orser, C. (org.) *Images of the Recent Past: Reading in Historical Archaeology*. Walnut Creek: AltaMira Press, 1996.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp (Brasílica 117) 1971.

SOUZA, Daniele Santos de. Bahia de todos os santos e africanos: trabalho escravo em Salvador na primeira metade do século XVIII In: *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009.

STONE, PETER G. & MCKENZIE, Robert (eds). *The excluded past: archaeology in education*. London; New York: Routledge, 1994.

TAMANINI, D. Museu, arqueologia e poder público: um olhar necessário. In: P.P.A. FUNARI(org.) *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: IFCHUnicamp, 1998. p.179-220.

TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. Cambridge University Press, Odysseus Editora, 2004

VIDAL, Lux Boelitz. 1977. *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: os Kayapó-Xikrin do rio Cateté*. São Paulo: Hucitec.

WATERS, M. R. Principles of geoarchaeology: a North American perspective. Tucson: University of Arizona Press, 1992. 398 p.

WATERS, M.R.; KUEHN, D. The Geoarchaeology of place: The Effect of Geological Processes on the Preservation and Interpretation of the Archaeological Record. *American Antiquity*, v.61, n. 3, p. 483-497, 1996.

WHITE, W. B. 1988. *Geomorphology and hydrology of karst terrains*. Oxford, U: New York. 456p.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. O mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju In: *Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC - Manaus*, 2009.

Fontes

Catálogo Culturas Populares & Identitárias, 2010. Publicado pela Assessoria de Comunicação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Levantamento de comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, INCRA, atualizado em 2012.

Pastoral da Juventude do Meio Popular <http://www.pjmp.org/>

Prefeitura de Riacho de Santana <http://www.riachodesantana.ba.gov.br>

Portal de Notícias de Lizarda-TO <http://lizardacity.com.br>

Prefeitura Municipal de Balsas-MA <http://www.balsas.ma.gov.br>

Portal de Alto Parnaíba-MA <http://altopar.no.comunidades.net>

Portal de Notícias GP1 <http://www.gp1.com.br/>

ICM BIO <http://www.icmbio.gov.br/>

Site Cidades do meu Brasil <http://www.cidadesdomeubrasil.com.br>

Prefeitura de Monte Alegre do Piauí <http://www.montealegredopiaui.pi.gov.br>

Prefeitura de Riachão das Neves <http://www.riachaodasneves.ba.gov.br>

Prefeitura de Baianópolis <http://baianopolis.ba.gov.br/>

Jornal Opinião de Santana <http://jornalopiniaodesantana.blogspot.com.br>

Prefeitura de Catieté <http://www.caetite.ba.gov.br>

Belezas Naturais de Ibicoara <http://belezasnaturaisdobrasilibicoara.blogspot.com.br/>

Blog de divulgação cultural da cidade de Planaltino
<http://nadoautodidata.blogspot.com.br>

Portal Bahia <http://bahia.com.br>

Prefeitura de Sapeaçu-ba. <http://www.sapeacu.ba.gov.br>

Portal City Brasil: <http://www.citybrazil.com.br>

(<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>),

<http://www.icmbio.gov.br>),

<http://portal.to.gov.br>

<http://www.socioambiental.org/>

